@revistaemevidencia

em evidência

Desde 2009 - Nº 124 | R$ 99,00

Líderes são leitores.

Inscreva-se em nosso canal

Em Evidência Entrevista

Gabriel Souza

Vice-governador do Rio Grande do Sul

Em Evidência Especial
Caderno especial com todas as associações municipalistas do RS



Nelton Carlos Conte
O perfil do presidente da Amesne e do Cisga

Gilson Conzatti
Em Evidência na TV entrevista o presidente da União dos Vereadores do Brasil

Ique Vedovato
"Não existe estado forte sem o protagonismo dos municípios"

Eduardo Leite
Governador do RS assina o editorial com texto exclusivo

Silomar Garcia Silveira
O presidente da Uvergs comemora os 51 anos da entidade

João Alberto Aquino Gomes
Entrevista exclusiva com o presidente da AMM e Funmissões

A cerimônia que marcou a comemoração dos 50 anos da Famurs

Mais da metade dos municípios do estado optam pela Kaysermaq.

FIBAM

METISA

ecoplan

PIM









R. Minas Gerais, 143
Niterói - Canoas/RS
92120-040

Tel.: (51) 3475-2666
(51) 99958-0099

kaysermaq@kaysermaq.com.br

kaysermaq.com.br

Referência de bom atendimento e eficiência no mercado de peças para equipamentos rodoviários.

O foco está na qualidade dos produtos, no atendimento aos clientes, com destaque para o pós-venda, e na agilidade na entrega.



KAYSERMAQ
DISTRIBUIDORA LTDA.

Solidez técnica que garante qualidade jurídica e de gestão

A **CDP - Consultoria em Direito Público** se dedica a assegurar que cada decisão tomada na esfera pública esteja ancorada em fundamentos jurídicos sólidos. Desde 1998, trabalhamos lado a lado com administrações municipais, fortalecendo sua atuação com diretrizes claras e soluções jurídicas personalizadas. Nossa equipe de especialistas, com profunda experiência no âmbito governamental, é o pilar de confiabilidade para muitos municípios. A certificação **ISO 9001** reconhece nosso padrão de excelência, mas é a confiança de nossos parceiros que realmente define nosso sucesso.

Com dedicação e domínio técnico, atendemos mais de 300 municípios ao longo de nossos 25 anos de atuação no Direito Público.



EQUIPE ESPECIALIZADA

A equipe da **CDP** não só detém um conhecimento jurídico profundo, mas também uma familiaridade íntima com as especificidades e nuances do setor público.

CERTIFICAÇÃO DE QUALIDADE

Embora a certificação **ISO 9001** ateste o compromisso da **CDP** com a qualidade, é o contínuo aperfeiçoamento da consultoria e a satisfação de seus parceiros que a motivam a manter um padrão elevado.

SOLUÇÕES PERSONALIZADAS

A **CDP** reconhece que cada município possui suas próprias particularidades. Por isso, a consultoria oferece soluções jurídicas que são adaptadas às necessidades individuais, garantindo eficácia e relevância.

AMPLA EXPERIÊNCIA JURÍDICA

Com anos de atuação no campo do Direito Público, a **CDP** detém uma vasta experiência que lhe permite lidar com complexidades jurídicas de maneira eficiente. Sua trajetória consolidada a capacita a prever desafios e a orientar seus parceiros de maneira proativa e informada.

CDP
CONSULTORIA
DIREITO PÚBLICO

Rua dos Andradas, 1234, cj. 206 - Centro Histórico
Porto Alegre - RS - CEP 90020-008
Fone/Fax: 51 3226.6866
E-mail: cdp@cdprs.com.br

cdprs.com.br



Uma solução spo

SUSI: a IA que zera faltas em consultas e redefine o cuidado na saúde do seu município.



No Brasil, **3 em cada 10 consultas** médicas simplesmente não acontecem.

Essas faltas **custam milhões** em desperdício e colocam em **risco diagnósticos e vidas.**

A **SUSI nasceu para resolver esse problema** e ir muito além das agendas, **conectando pacientes, profissionais e gestores em um ecossistema de cuidado contínuo.**

Fontes: Fiocruz (2022); Conselho Federal de Medicina (2023); UFMG/Unifesp, Ciência & Saúde Coletiva (2021)

A SUSI é um agente de IA especialista em saúde, integrada ao sistema de gestão e WhatsApp, que:

- **Reduz faltas**
- **Automatiza agendamentos**
- **Conecta pacientes e equipes em tempo real**

Ela envia lembretes, confirmações, faz agendamentos e reagendamentos automáticos, sem precisar de aplicativo, além de entregar dados em um painel inteligente para gestores e clínicas.

Como a SUSI funciona?

Lembra e confirma
envia lembretes automáticos de consultas e exames pelo WhatsApp.

Reagenda sozinha
se o paciente não puder comparecer, oferece novas datas, agenda e atualiza o sistema em tempo real.

Analisa mensagens e imagens
entende texto, áudio e fotos clínicas, identificando possíveis riscos e priorizando atendimentos.

Ativa campanhas de saúde
dispara mensagens segmentadas sobre vacinação, prevenção e rastreamento, ampliando o alcance e a adesão.

Gera dados inteligentes
entrega relatórios sobre comparecimento, triagens e engajamento em campanhas.

Integra-se facilmente
conecta-se a sistemas de clínicas, hospitais e prefeituras sem precisar mudar o que já funciona.

Tudo isso sem aplicativos, sem fricção e sem perder pacientes.

Qual é a **importância da SUSI para a saúde?**

Ela combate o absenteísmo, que representa milhões de reais em perdas anuais para hospitais e redes públicas.

Reduz as faltas drasticamente, automatizando lembretes, confirmações e reagendamentos.

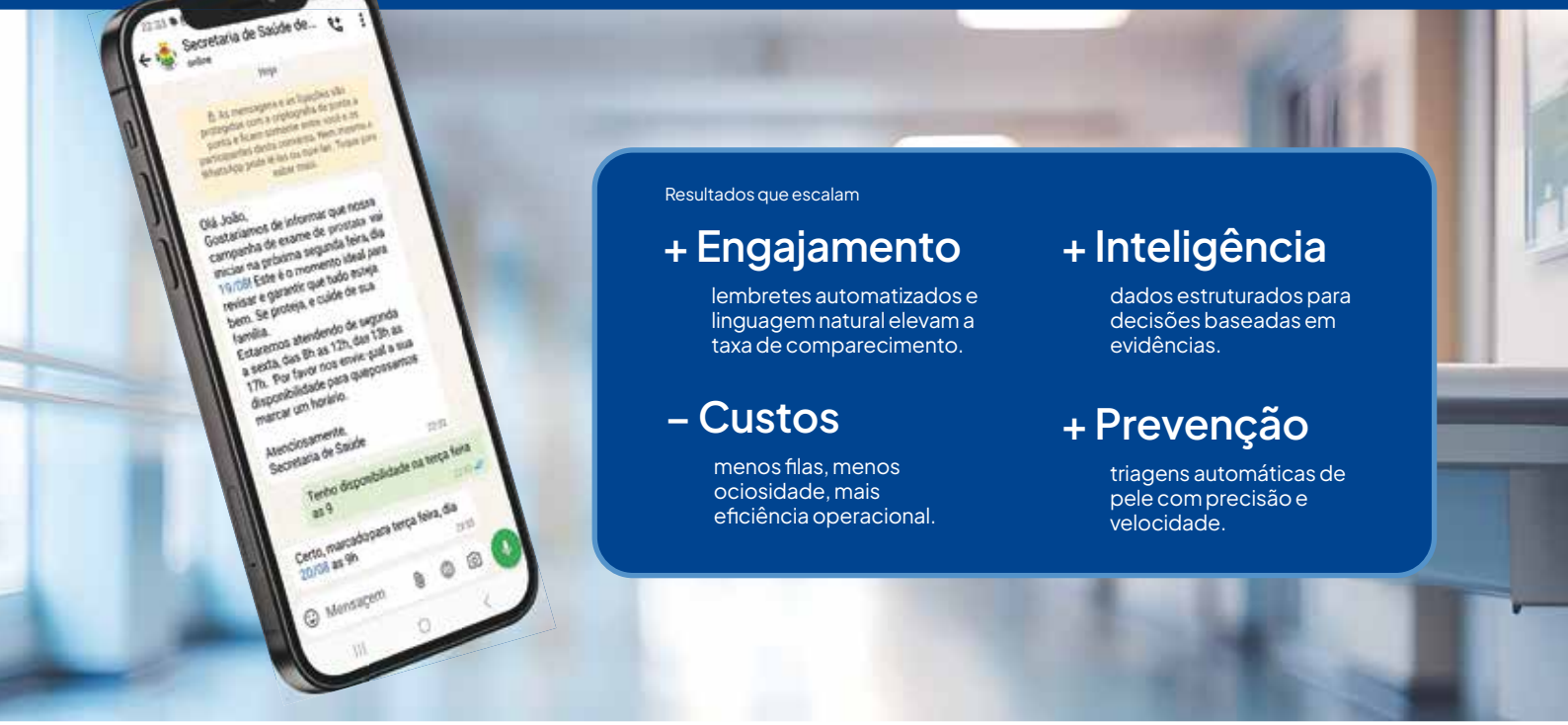
Melhora o fluxo de atendimento e reduz o tempo ocioso das equipes.

Aumenta a adesão a exames, campanhas e programas de prevenção.

Gera dados estratégicos para decisões clínicas e operacionais mais precisas.

Eleva a experiência do paciente, tornando o contato mais ágil, humano e eficaz.

Mais comparecimentos = **Mais diagnósticos** = **Mais vidas salvas**



Resultados que escalam

+ Engajamento
lembretes automatizados e linguagem natural elevam a taxa de comparecimento.

+ Inteligência
dados estruturados para decisões baseadas em evidências.

– Custos
menos filas, menos ociosidade, mais eficiência operacional.

+ Prevenção
triagens automáticas de pele com precisão e velocidade.

Atualização na SUSI

Com sua nova atualização, a SUSI vai além: **agora também realiza triagens automáticas de lesões de pele via imagem, permitindo diagnóstico precoce e encaminhamento imediato, tudo dentro do mesmo fluxo conversacional.**



Entre em contato
Vamos falar sobre como nossas soluções podem ajudar na sua gestão

www.spotec.app
+55 (51) 9 8048–1282

Tupandi | Porto Alegre | São Paulo

spo

EDITORIAL

QUANDO O ESTADO SE APROXIMA, OS MUNICÍPIOS AVANÇAM

GUILHERME PEDROTTI



EDUARDO LEITE
Governador do Rio Grande do Sul

INSCREVA-SE @revistaemevidencia

> “Nesse processo, o vice-governador Gabriel Souza foi interlocutor permanente entre o Estado e as lideranças municipais. Juntos, construímos uma agenda que reconhece o papel estratégico dos municípios no desenvolvimento do Rio Grande do Sul, e que se traduziu em resultados concretos para todas as regiões do Estado. Quando o governo estadual e os gestores municipais trabalham alinhados, quem ganha é a população gaúcha”

Governar um Estado como o Rio Grande do Sul exige compreender uma verdade simples: é nos municípios que a vida acontece. É nas cidades que as pessoas trabalham, estudam, buscam atendimento de saúde, constroem suas famílias e realizam seus projetos. Por isso, desde o primeiro dia desta gestão, a relação com os municípios gaúchos deixou de ser protocolar para se tornar estratégica, construindo uma parceria baseada no diálogo, na confiança e no respeito à autonomia dos gestores locais.

Temos convicção de que construímos o governo mais municipalista da história do Rio Grande do Sul. Desde 2019, foram 6.755 convênios firmados com prefeituras gaúchas, totalizando R$ 4 bilhões em investimentos — o maior volume já registrado entre Estado e municípios. Eliminamos exigências burocráticas que travavam obras e serviços essenciais e reduzimos o tempo médio de repasse de recursos. Fizemos isso sem distinção partidária, porque o interesse das comunidades gaúchas não pode ser refém de disputas eleitorais.

Esse avanço só foi possível porque enfrentamos, com coragem, o desafio que nenhum governo anterior quis assumir: reorganizar as contas públicas do Estado. O equilíbrio fiscal não foi um fim em si mesmo, foi a condição para voltar a investir. Com finanças saudáveis, recuperamos a capacidade de honrar repasses essenciais para saúde, educação e transporte escolar, e voltamos a ser um parceiro confiável para os gestores municipais.

Nesse processo, o vice-governador Gabriel Souza foi interlocutor permanente entre o Estado e as lideranças municipais. Juntos, construímos uma agenda que reconhece o papel estratégico dos municípios no desenvolvimento do Rio Grande do Sul, e que se traduziu em resultados concretos para todas as regiões do Estado. Quando o governo estadual e os gestores municipais trabalham alinhados, quem ganha é a população gaúcha.

As enchentes de 2024 colocaram essa parceria à prova. Em nenhum momento, Estado e municípios estiveram tão próximos, coordenando resgates, distribuindo recursos emergenciais e tomando decisões em conjunto para proteger vidas e reconstruir comunidades. Foi a prova mais dura e, também, a mais clara de que essa relação é real.

> “Temos convicção de que construímos o governo mais municipalista da história do Rio Grande do Sul. Desde 2019, foram 6.755 convênios firmados com prefeituras gaúchas, totalizando R$ 4 bilhões em investimentos — o maior volume já registrado entre Estado e municípios. Eliminamos exigências burocráticas que travavam obras e serviços essenciais e reduzimos o tempo médio de repasse de recursos”

Esta edição da revista da Famurs celebra esse movimento. As associações municipalistas são peças fundamentais da democracia gaúcha. São elas que organizam, representam e amplificam a voz dos municípios no debate público. Honramos esse papel e seguiremos construindo, lado a lado com prefeitos e prefeitas de todo o Estado, um Rio Grande do Sul mais forte, mais justo e mais preparado para o futuro.

EM EVIDÊNCIA NA TV

Inscreva-se no nosso canal no **YouTube**! Acesse pelo **QR Code** ou busque por

@RevistaEmEvidencia

Entrevistas com quem realmente está fazendo a diferença na política e nos negócios do RS.



às 18h, todos os domingos

TRANSMISSÃO:

STREAMING (GRATUITO)
- maspertv.com.br
- SoulTV
- SOPPlay
- NXTV
- YouTube
- Facebook
- Instagram

SATÉLITE
Satélite Star One D2
Canal 575

TV POR ASSINATURA
Claro TV RS | 20 / 520

Apresentador:
Cláudio Andrade

Apresentado por:

CDP Consultoria em Direito Público

Kaysermaq Distribuidora Ltda.

Revista em evidência



12
Gabriel Souza
Vice-governador do RS

Com atuação marcada pela leitura técnica da gestão pública, Gabriel Souza tem sido uma das vozes centrais na aproximação entre o governo estadual e os municípios. Ao lado de Eduardo Leite, participa da definição de prioridades para o RS, com atenção voltada para a reconstrução, a coordenação administrativa e a relação direta com os prefeitos gaúchos.

22 **MATÉRIA DE CAPA**
Famurs celebra 50 anos com homenagens a ex-presidentes e lançamento de livro histórico

24 **FLASH**
Um reencontro de muita emoção

36 **OPINIÃO - Ique Vedovato**
Não existe Estado forte sem o protagonismo dos municípios

38 **CAPA**
Gilson Conzatti

44 **CAPA**
Uvergs chega aos 51 anos como referência do Legislativo municipal no Rio Grande do Sul

46 **AMM/MISSÕES**
Foto legenda: os 400 anos das Missões

47 **CADERNO ESPECIAL**
A força representativa que nasce da união dos municípios

132 **OPINIÃO - Mateus Marques**
Crimes eleitorais em 2026: o que candidatos e gestores públicos precisam saber

134 **OPINIÃO - Andréia Fioravante**
Viver no automático: o absurdo que virou normal

136 **ÚLTIMA PALAVRA - Gladimir Chiele**
Segurança jurídica é tudo

REVISTA em evidência

Rua dos Andradas, 1234 - 2º andar
Centro Histórico, Porto Alegre/RS
CEP 90020-008
revistaemevidencia.com.br

Anuncie:
51 99307-0229

DIREÇÃO EXECUTIVA
Lucio Vaz
revistaemevidencia@gmail.com

SUPERVISÃO GERAL
Lucio Vaz

JORNALISTA RESPONSÁVEL
Gladimir Chiele

REDAÇÃO
Patrícia Cruz
Rafaela Machado

FOTOGRAFIA
Chico Pinehyro

REDES SOCIAIS
Douglas Barcelos
Rafaela Machado

CONTATO COMERCIAL
Rafaela Machado
51 98142-2400

EM EVIDÊNCIA NA TV
Douglas Barcelos
Rafaela Machado
Cláudio Andrade
Chico Pinheyro

GRUPO EM EVIDÊNCIA

Siga-nos nas redes sociais: @revistaemevidencia



GABRIEL SOUZA

VICE-GOVERNADOR DO RS

Dito por muitos como um dos "pensadores" que articularam a aproximação histórica de um governo de Estado com os prefeitos, Gabriel Souza, consolida sua imagem de agente político extremamente técnico. Sua concepção científica de gestão foi um dos pilares que edificaram a base de prioridades do governo Eduardo Leite sobre a causa municipalista. A Revista Em Evidência entrevistou, com exclusividade, o vice-governador do RS

Entrevista: Lucio Vaz e Rafaela Machado
Fotos: Secom/RS e Sérgio Rosa/Revista Em Evidência
Edição, introdução e legendas: Lucio Vaz
Revisão: Patrícia Cruz

INSCREVA-SE @revistaemevidencia



O senhor assumiu um papel de destaque na reconstrução do Estado após as enchentes históricas. Quais são hoje as principais prioridades do governo para garantir que o Rio Grande do Sul esteja mais preparado para futuros eventos climáticos?

A prioridade hoje é transformar a reconstrução em adaptação climática permanente. Por isso criamos o Plano Rio Grande, uma política de Estado voltada não apenas à reconstrução, mas à preparação para os desafios das próximas décadas. Estamos investindo em proteção contra cheias, monitoramento, infraestrutura resiliente, habitação e fortalecimento da capacidade de resposta dos municípios.

O desafio não é apenas recuperar o que foi perdido. É garantir que o Estado esteja mais preparado para proteger vidas, preservar atividades econômicas e responder com mais rapidez aos eventos climáticos extremos que, infelizmente, tendem a ser mais frequentes.

Como o senhor avalia os avanços alcançados pelo governo estadual na recuperação das cidades atingidas pelas enchentes de 2024?

Conseguimos restabelecer serviços essenciais, recuperar estradas, pontes, escolas e hospitais, apoiar municípios e criar programas voltados à reconstrução de moradias e da atividade econômica. Mas talvez o principal resultado tenha sido a capacidade de articulação construída entre Estado, municípios, setor produtivo e sociedade civil. Essa união permitiu acelerar respostas e transformar recursos em ações concretas. O Rio Grande do Sul já passou da fase de reação à tragédia e avançou muito na reconstrução, sempre se preparando para o futuro.

O que ainda precisa ser feito para

LE BERG
CDP ESCOLA DE DIREITO PÚBLICO
MASPER TV INFINITAS POSSIBILIDADES
KAYSERMAQ DISTRIBUIDORA LTDA.



A MARCA MUNICIPALISTA
Não há dúvidas de que a reeleição de Eduardo Leite e a força política deste governo baseou-se fortemente no municipalismo e na aproximação efetiva com prefeitos e prefeitas. Nesse contexto, aparece o nome do vice-governador Gabriel Souza como um dos principais articuladores desse movimento. Na foto, o vice-governador discursa durante posse da atual diretoria da Famurs

INSCREVA-SE @revistaemevidencia



ACIMA DAS DIFERENÇAS IDEOLÓGICAS
Desde sempre, nos bastidores da política gaúcha e principalmente entre os prefeitos, Gabriel foi conhecido por uma postura científica e técnica no trato com a causa municipalista. Prova disso é sua presença em eventos públicos, sempre enormemente prestigiada. Na foto, com lideranças e prefeitos do Vale do Rio Pardo

que famílias e empresários afetados retomem plenamente suas atividades?

A infraestrutura avança mais rápido do que a recuperação econômica e emocional das pessoas. Ainda existem famílias reconstruindo suas casas, produtores recuperando suas propriedades e empresas retomando suas atividades. Precisamos continuar investindo em habitação, crédito, apoio aos empreendedores e geração de emprego. A reconstrução não termina quando a ponte fica pronta. Ela termina quando as pessoas conseguem retomar plenamente seus projetos de vida.

O senhor tem percorrido diversas regiões do Estado. Quais são as principais demandas que recebe dos prefeitos gaúchos atualmente?

Os prefeitos são os primeiros a sentir as necessidades da população. Hoje as demandas mais recorrentes envolvem saúde, infraestrutura, habitação, prevenção climática e desenvolvimento econômico. O que mudou nos últimos anos é que os municípios passaram a enxergar o Estado como parceiro. Os convênios cresceram 14 vezes em comparação à década anterior porque recuperamos a capacidade de financeira do Estado e ampliamos os investimentos. Os prefeitos querem soluções, não disputas políticas. E é exatamente isso que temos procurado entregar.

Como o governo está trabalhando para fortalecer a relação institucional com os municípios gaúchos?

Temos uma convicção muito clara: ninguém governa sozinho. Por isso ampliamos convênios, descentralizando investimentos e mantendo diálogo permanente com os prefeitos. Quando fortalecemos essa relação, os recursos chegam mais rápido onde as necessidades estão e construímos soluções mais adequadas para cada região do Estado.

A infraestrutura tem sido uma das pautas centrais da gestão. Quais são os investimentos mais importantes previstos para os próximos anos?

Se existe uma agenda capaz de transformar o futuro do Rio Grande do Sul, ela passa pela infraestrutura. Precisamos continuar investindo em rodovias, aeroportos, logística e mobilidade, mas também acelerar uma agenda de concessões e parcerias que permita ampliar a capacidade de investimento do Estado.

Ao mesmo tempo, a reconstrução pós-enchentes abriu uma oportunidade para modernizar a infraestrutura gaúcha. Estamos executando obras financiadas pelo Funrigs com um olhar voltado para a resiliência climática, preparando estradas, pontes


“
O Estado voltou a ser visto como um ambiente confiável para investir, empreender e gerar empregos. Quando observamos os investimentos privados anunciados, vemos uma mudança muito significativa: saímos de um patamar próximo de R$ 30 bilhões por ano para uma média superior a R$ 80 bilhões nos últimos anos, ultrapassando R$ 100 bilhões em 2025



O LAÇO CONSTANTE COM A FAMURS
Ique Vedovato, presidente da Famurs, recebido pelo vice-governador do RS: em comum, além da vida pública construída no litoral, a disposição valiosa em colocar o município no topo da agenda governamental

e sistemas logísticos para uma nova realidade. Essa é uma agenda que não termina em um governo. É uma agenda para o presente e futuro.

O Rio Grande do Sul vive um momento de transformação econômica. Quais setores o senhor considera estratégicos para impulsionar o crescimento do Estado?

O mundo inteiro está passando por profundas transformações econômicas, tecnológicas e demográficas. Olhando para esse cenário, construímos o Plano de Desenvolvimento Econômico, Inclusivo e Sustentável, que reúne setores estratégicos para impulsionar o crescimento gaúcho nas próximas décadas.

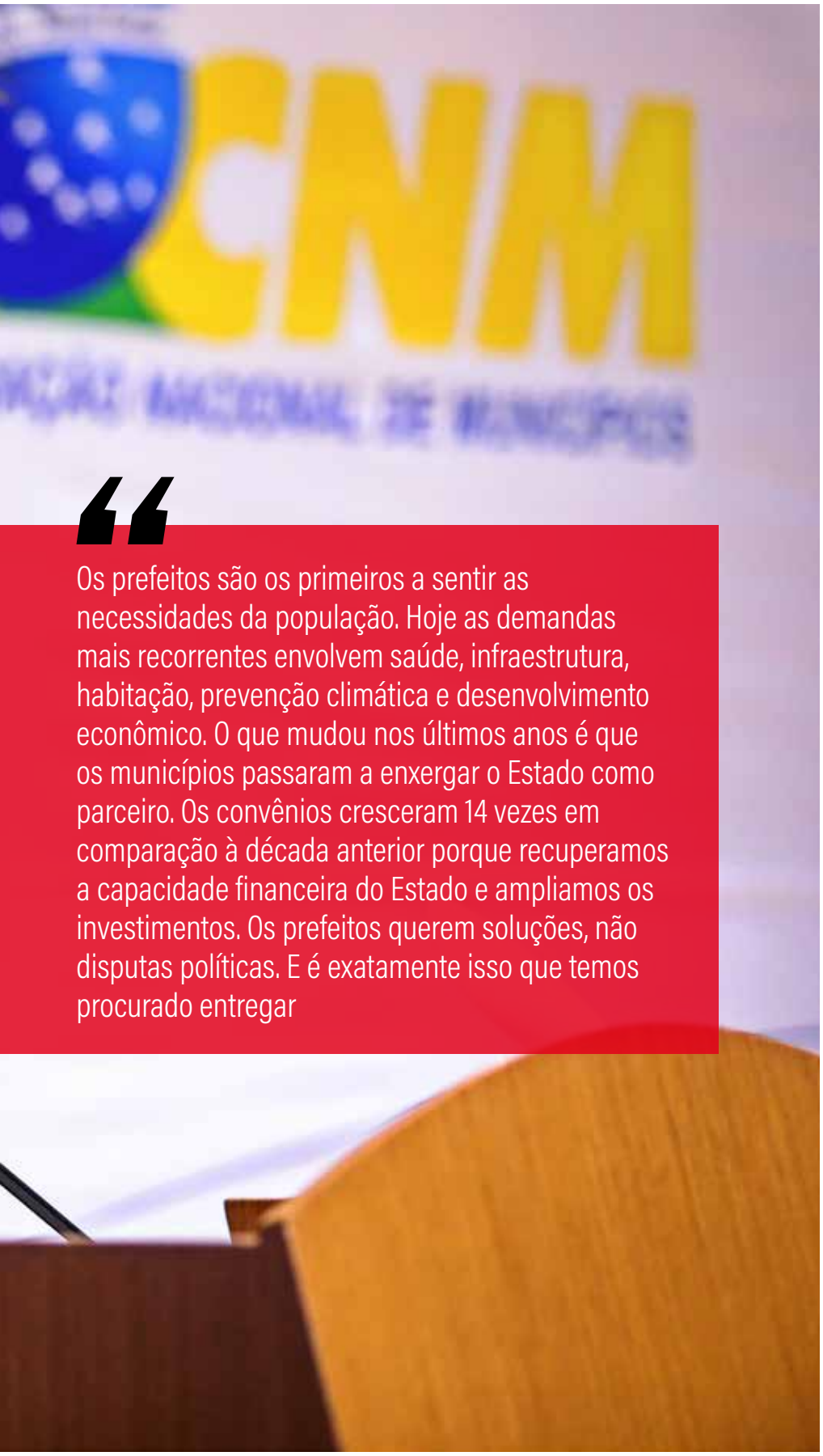
Entre eles, destaco a cadeia agropecuária, que tem enorme potencial para agregar valor à produção; a transição energética, especialmente em áreas como biocombustíveis; a indústria e os produtos e serviços digitais, sobretudo a inteligência artificial aplicada a áreas em que já somos referência, como agro, saúde e indústria.

Como o senhor avalia os resultados das políticas de atração de investimentos implementadas pelo governo estadual?

O Estado voltou a ser visto como um ambiente confiável para investir, empreender e gerar empregos. Quando



INSCREVA-SE @revistaemevidencia



> Os prefeitos são os primeiros a sentir as necessidades da população. Hoje as demandas mais recorrentes envolvem saúde, infraestrutura, habitação, prevenção climática e desenvolvimento econômico. O que mudou nos últimos anos é que os municípios passaram a enxergar o Estado como parceiro. Os convênios cresceram 14 vezes em comparação à década anterior porque recuperamos a capacidade financeira do Estado e ampliamos os investimentos. Os prefeitos querem soluções, não disputas políticas. E é exatamente isso que temos procurado entregar

observamos os investimentos privados anunciados, vemos uma mudança muito significativa: saímos de um patamar próximo de R$ 30 bilhões por ano para uma média superior a R$ 80 bilhões nos últimos anos, ultrapassando R$ 100 bilhões em 2025.

Projetos como os R$ 27 bilhões da CMPC, a implantação da primeira cidade de data centers da América Latina pela Scala Data Centers e diversos investimentos em logística, energia, indústria e tecnologia mostram que o RS voltou a competir pelos grandes empreendimentos nacionais e internacionais.

O turismo gaúcho tem mostrado potencial de crescimento. Quais ações estão sendo desenvolvidas para fortalecer o setor?

O turismo tem grande capacidade de gerar emprego, renda e desenvolvimento regional. Mesmo depois da pandemia e dos eventos climáticos extremos, o Rio Grande do Sul recuperou sua atividade turística e voltou a crescer acima da média nacional. Em 2025, o setor cresceu 11,4% e o Estado recebeu 1,5 milhão de turistas internacionais.

Esse resultado é fruto de uma estratégia que coloca o turismo como política de desenvolvimento e combina promoção, infraestrutura e parceria com o setor produtivo. Com campanhas como o Viva o Inverno Gaúcho e o Viva o Verão Gaúcho, fortalecemos a presença do Estado nos mercados nacional e internacional e investimos na regionalização do turismo, valorizando aquilo que cada região tem de único.

A educação é um dos pilares para o desenvolvimento. Quais avanços o senhor destaca na área educacional durante a atual gestão?

Nos últimos anos, avançamos em três frentes fundamentais: infraestrutura, qualidade da aprendizagem e permanência dos estudantes na escola.

LE BERG CDP DIREITO PÚBLICO MASPER TV KAYSERMAQ DISTRIBUIDORA LTDA.

Investimos mais de R$ 1 bilhão em obras escolares, com melhorias em mais de 800 escolas em todas as regiões. Saímos de apenas 18 escolas com Ensino Médio em tempo integral em 2019 para 432 escolas em 2026, ampliando o atendimento de 5 mil para 50 mil estudantes.

Essa transformação tem uma importância que vai além da educação. Quando ampliamos o tempo integral, fortalecemos a educação profissional e reduzimos a evasão escolar, investimos na competitividade do Estado e na formação da próxima geração de trabalhadores e empreendedores.

O governo tem investido em inovação e tecnologia. Como essas iniciativas podem impactar diretamente a vida dos gaúchos?

A inovação é central para enfrentar as transformações pelas quais o mundo está passando. Por isso, alinhamos a força do nosso ecossistema, que reúne algumas das principais universidades, incubadoras e parques tecnológicos do país, com investimentos históricos. Esse esforço nos tornou líderes nacionais em inovação de acordo com o Centro de Liderança Pública.

Com o South Summit Brazil, colocamos o RS no mapa global, atraindo investidores, multinacionais e startups de todo o mundo. O impacto também chega pela formação das pessoas, por meio de programas como o Professor do Amanhã e o RS Talentos. Queremos garantir que qualquer jovem ou empreendedor gaúcho possa construir uma carreira em tecnologia sem precisar ir embora.

A segurança pública apresentou indicadores positivos nos últimos anos. Quais são os próximos desafios nessa área?

Alcançamos resultados históricos na segurança pública. Tivemos três anos consecutivos com os menores índices criminais da série histórica, reduzimos em mais de 60% os crimes violentos letais e registramos quedas expressivas em indicadores como roubos de veículos e roubos a comércio. Resultados concretos de uma política baseada na integração das forças de segurança, inteligência, tecnologia, gestão por resultados e investimentos. O grande desafio agora é preservar e aprofundar esses avanços.

Também precisamos avançar no enfrentamento à violência contra as mulheres. Tivemos avanços importantes na proteção das vítimas e no monitoramento de agressores, mas precisamos fortalecer a rede de proteção, ampliar as ações preventivas e promover uma mudança cultural capaz de enfrentar a violência desde sua origem.

O senhor é apontado como uma das principais lideranças da nova geração da política gaúcha. Como enxerga essa responsabilidade?

Ao longo da minha trajetória, tive a oportunidade de assumir grandes responsabilidades e conhecer diferentes realidades. Comecei no movimento estudantil, fui secretário municipal, deputado estadual, líder de governo, presidente da Assembleia Legislativa e hoje exerço a função de vice-governador. Cada uma dessas etapas me ajudou a compreender melhor os desafios e as potencialidades do nosso Estado.

Entendo que o desafio da nossa geração é unir novas ideias com a responsabilidade de quem conhece o Estado e está preparado para tomar decisões difíceis quando elas são necessárias. O Rio Grande do Sul precisa olhar para o futuro sem abrir mão da experiência, do diálogo e da capacidade de construir soluções.

Quais aprendizados a experiência como vice-governador trouxe para sua trajetória política?

Uma das experiências mais importantes que tive como vice-governador foi a responsabilidade de atuar nos gabinetes de crise durante as enchentes. Nessas horas, aprendemos que governar exige serenidade, capacidade de decisão, coordenação e diálogo permanente.

Como presidente do Conselho do Plano Rio Grande, acompanho a construção de uma política de Estado voltada à reconstrução e à adaptação climática, preparando o Estado para as próximas décadas. Também liderei programas estratégicos para o desenvolvimento do Estado, como o Todo Jovem na Escola e o Professor do Amanhã, além de iniciativas ligadas à causa animal, primeira infância, infraestrutura e mobilidade urbana.

O MDB tem um papel histórico no Rio Grande do Sul. Como o senhor vê o futuro do partido no cenário estadual e nacional?

O MDB tem uma trajetória profundamente ligada à democracia brasileira e ao desenvolvimento do Rio Grande do Sul. Sempre teve a capacidade de dialogar, construir consensos e colocar os interesses da população acima das disputas ideológicas. Em um momento em que o debate público é dominado pelos extremos, essa característica é ainda mais importante. Vejo o MDB ocupando justamente esse espaço de construção, diálogo e compromisso com resultados.

O que diferencia a atual gestão das anteriores na condução dos grandes projetos para o Estado?

Durante muito tempo, boa parte da energia do governo era consumida pela crise das contas públicas. Quando falta capacidade financeira, faltam também condições para investir, planejar e executar grandes projetos. Nos últimos anos, organizamos as finanças, realizamos reformas importantes, recuperamos a credibilidade do Estado e retomamos a capacidade de investimento. Isso permitiu que o governo deixasse de administrar cri-

INSCREVA-SE @revistaemevidencia



ses permanentes para voltar a planejar o futuro.

A principal diferença está justamente aí. Mais do que anunciar obras ou programas, passamos a ter condições de entregar resultados. O equilíbrio fiscal não é um objetivo em si mesmo. Ele é a ferramenta que permite investir mais, planejar melhor e construir soluções concretas que melhoram a vida das pessoas.

Como o senhor avalia a importância do diálogo entre governo, setor produtivo e entidades representativas para o desenvolvimento do Rio Grande do Sul?

As melhores soluções surgem quando conseguimos reunir quem produz, quem trabalha, quem investe, quem pesquisa e quem está na ponta prestando serviços à população. Essa lógica orientou muitas das decisões tomadas nos últimos anos.

Foi assim na recuperação fiscal, na atração de investimentos, na construção do Plano Rio Grande e na relação com os municípios. O Estado ampliou significativamente os convênios e as parcerias com as prefeituras porque entendemos que quem está mais próximo da população conhece melhor suas necessidades. O mesmo vale para o relacionamento com o setor produtivo, universidades e entidades representativas. O papel do governo é criar um ambiente de confiança e construir soluções em conjunto.

Quais são as metas que o senhor considera fundamentais para que o Estado alcance nos próximos anos?

Avançamos muito nos últimos anos, mas ainda temos desafios importantes pela frente. O primeiro deles é consolidar a sustentabilidade fiscal do Estado. Foi o equilíbrio das contas que permitiu recuperar a capacidade de investimento. Também precisamos melhorar os indicadores de aprendizagem. A pandemia e as enchentes deixaram impactos importantes na educação, e recuperar essas perdas é uma das tarefas mais estratégicas para o futuro. Da mesma forma, precisamos seguir avançando na adaptação climática e ampliar a infraestrutura hídrica, especialmente a irrigação.

Se eu tivesse que resumir os desafios da próxima década em uma frase, diria que precisamos garantir que o Rio Grande do Sul continue sendo um Estado capaz de atrair investimentos, reter talentos e oferecer oportunidades para que as pessoas tenham qualidade de vida e possam construir aqui seus projetos de vida.

Le Berg
CDP Sociedade de Direito Público
MASPER TV Infinitas Possibilidades
Kaysermaq Distribuidora Ltda.

FAMURS CELEBRA 50 ANOS COM HOMENAGENS A EX-PRESIDENTES E LANÇAMENTO DE LIVRO HISTÓRICO

Solenidade reuniu lideranças municipalistas de diferentes gerações em um momento de emoção, reconhecimento e valorização da trajetória da entidade

Ellen Renner

A Famurs viveu um dia histórico e marcado pela emoção durante a solenidade comemorativa pelos 50 anos da entidade, realizada nesta sexta-feira (29/05), no Auditório Alceu Collares. O evento reuniu lideranças municipalistas de diferentes gerações, autoridades, convidados especiais e ex-presidentes da Federação em uma celebração de reconhecimento, memória e confraternização.

Durante a programação solene, os ex-presidentes da Famurs e seus repre-

LIVRO EM HOMENAGEM AOS 50 ANOS

A cerimônia também foi marcada pelo lançamento oficial do livro comemorativo dos 50 anos da Famurs. A obra, escrita por Salus Loch, resgata a trajetória da entidade desde sua fundação, em 24 de maio de 1976, reunindo registros históricos, marcos institucionais, desafios, conquistas e a evolução do trabalho desenvolvido em defesa das administrações municipais gaúchas. Ao longo da solenidade, momentos de emoção e reencontros marcaram a celebração, reforçando a união municipalista construída ao longo de cinco décadas de história.

Ex-presidentes homenageados

Em um momento de emoção, foram homenageados durante a solenidade os ex-presidentes da Famurs e seus representantes. As placas foram entregues pelo presidente da Famurs, Ique Vedovato.

Foram homenageados:

- Nagib Stella Elias (in memoriam), de Nova Prata, presidente da Famurs entre 1976 e 1977;
- Antônio Carlos Borges (in memoriam), de Santa Rosa, presidente entre 1977 e 1978;
- Carlos Wilson Schroeder (in memoriam), de Santo Ângelo, presidente entre 1978 e 1980;
- José Rubens Pillar (in memoriam), de Alegrete, presidente entre 1980 e 1982;
- Neri Zeilmann (in memoriam), de Ibirubá, presidente entre 1982 e 1983;
- Carlos Willy Grün, de Crissiumal, presidente entre 1983 e 1985;
- Onildo Rafaelli Souza (in memoriam), de Santo Antônio da Patrulha, presidente entre 1985 e 1987;
- Victorio Trez (in memoriam), de Caxias do Sul, presidente entre 1987 e 1988;
- Lademiro Dors, de Sobradinho, presidente entre 1988 e 1989;
- Humberto José Chittó, de Muçum, presidente entre 1989 e 1991;
- Urbano Knorst, de São Jerônimo, presidente entre 1991 e 1992;
- Eliseu Padilha (in memoriam), de Tramandaí, presidente entre 1992 e 1993;
- Gil Soares de Almeida, de Cacequi, presidente entre 1993 e 1995;
- Osmar Terra, de Santa Rosa, presidente entre 1995 e 1996;
- Paulo Ziulkoski, de Mariana Pimentel, presidente entre 1996 e 1997 e entre 2002 e 2003;
- Clóvis Assmann, de Feliz, presidente entre 1997 e 1999;
- Alceu Moreira, de Osório, presidente entre 1999 e 2000;
- Júlio Cesar Pannebecker, de Bom Jesus, presidente interino no ano 2000;
- Paulo Roberto Bier, de Santo Antônio da Patrulha, presidente entre 2000 e 2001;
- Pipa Germano, de Cachoeira do Sul, presidente entre 2001 e 2002;
- Gilmar Sossella, de Tapejara, presidente entre 2003 e 2004;
- Heitor Álvaro Petry, de Vera Cruz, presidente entre 2004 e 2005;
- Mauri Heinrich, de Ibirubá, presidente entre 2005 e 2006;
- Glademir Aroldi, de Saldanha Marinho, presidente entre 2006 e 2007;
- Flavio Luiz Lammel, de Victor Graeff, presidente entre 2007 e 2008;
- Elir Domingo Girardi, de Igrejinha,

INSCREVA-SE @revistaemevidencia



SÉRGIO ROSA/REVISTA EM EVIDÊNCIA

presidente entre 2008 e 2009;
- Marcus Vinícius de Almeida, de Sentinela do Sul, presidente entre 2009 e 2010;
- Vilmar Perin Zanchin, de Marau, presidente entre 2010 e 2011;
- Mariovane Gottfried Weis, de São Borja, presidente entre 2011 e 2012;
- Ary Vanazzi, de São Leopoldo, presidente entre 2012 e 2013;
- Valdir Andres, de Santo Ângelo, presidente entre 2013 e 2014;
- Seger Menegaz, de Tapejara, presidente entre 2014 e 2015;
- Luiz Carlos Folador, de Candiota, presidente entre 2015 e 2016;
- Luciano Pinto, de Arroio do Sal, presidente entre 2016 e 2017;
- Salmo Dias de Oliveira, de Rio dos Índios, presidente entre 2017 e 2018;
- Antonio Cettolin, de Garibaldi, presidente entre 2018 e 2019;
- Eduardo Freire, de Palmeira das Missões, presidente entre 2019 e 2020;
- Maneco Hassen, de Taquari, presidente entre 2020 e 2021;
- Eduardo Bonotto, de São Borja, presidente entre 2021 e 2022;
- Paulinho Salerno, de Restinga Sêca, presidente entre 2022 e 2023;
- Luciano Orsi, de Campo Bom, presidente entre 2023 e 2024;
- Marcelo Arruda, de Barra do Rio Azul, presidente entre 2024 e 2025;
- Adriane Perin de Oliveira, de Nonoai, presidente entre 2025 e 2026;
- Luis Henrique Vedovato, o Ique Vedovato, de Imbé, presidente da gestão 2026-2027.

sentantes foram homenageados pelo trabalho desenvolvido ao longo das últimas cinco décadas em defesa dos municípios gaúchos e do fortalecimento do movimento municipalista no Rio Grande do Sul. Cada homenageado recebeu uma placa entregue pelo presidente da Famurs e prefeito de Imbé, Ique Vedovato.

Para o presidente da Famurs, Ique Vedovato, a solenidade simbolizou o reconhecimento à trajetória construída por diferentes lideranças ao longo da história da Federação. “Celebrar os 50 anos da Famurs ao lado de quem ajudou a construir essa caminhada é um momento de muita emoção e gratidão. Cada presidente deixou sua contribuição para fortalecer o municipalismo gaúcho e consolidar a entidade como uma referência na defesa dos municípios do Rio Grande do Sul”, destacou. ■

KAYSERMAQ DISTRIBUIDORA LTDA.

UM REENCONTRO DE MUITA EMOÇÃO

Velhos amigos e grandes lideranças rememoram o meio século de uma entidade que representa a força do municipalismo gaúcho

Patrícia Cruz
Fotos: Sérgio Rosa/Revista Em Evidência



O PRIMEIRO PRESIDENTE *IN MEMORIAM*
Na foto, Nagib Stella Elias representado pela viúva Claudete Rigoni Elias e pelo filho Rafael Mansur Rigoni Elias

INSCREVA-SE @revistaemevidencia



GIL SOARES ALMEIDA
Presidente da Famurs entre 1993 e 1995, ao lado de sua esposa Rosabela Flores Almeida, durante homenagem que reconheceu sua contribuição para o fortalecimento do municipalismo gaúcho e da história da entidade



PAULO ZIULKOSKI
Ao lado da esposa Tania Ziulkoski e da filha Ana Paula Ziulkoski, recebeu homenagem em reconhecimento à sua trajetória à frente da Famurs, entidade que presidiu nas gestões 1996-1997 e 2002-2003, deixando uma contribuição marcante para o fortalecimento do municipalismo gaúcho

KAYSERMAQ DISTRIBUIDORA LTDA.



ALCEU MOREIRA
Presidente da Famurs na gestão de 1999-2000, foi homenageado por sua contribuição ao fortalecimento do municipalismo gaúcho e pela dedicação à defesa dos interesses dos municípios do Rio Grande do Sul

INSCREVA-SE @revistaemevidencia



VILMAR PERIN ZANCHIN
Foi reconhecido por sua contribuição à Famurs durante a gestão 2001-2002. A homenagem celebra sua atuação em defesa do municipalismo e seu compromisso com o desenvolvimento dos municípios gaúchos



MARIOVANE GOTTFRIED WEIS
Entre 2011 e 2012 esteve à frente da Famurs, período agora lembrado em uma homenagem que celebra sua dedicação ao municipalismo e sua contribuição para a trajetória de cinco décadas da entidade

KAYSERMAQ DISTRIBUIDORA LTDA.



VALDIR ANDRES, REPRESENTADO POR MÁRIO AUGUSTO RIBAS DO NASCIMENTO

Cada gestão deixa sua marca na história da Famurs. Representando o período de 2013 a 2014, recebeu uma homenagem que simboliza o reconhecimento por seu trabalho e defesa de pautas dos municípios gaúchos





SEGER LUIZ MENEGAZ

À frente da Famurs entre 2014 e 2015, teve sua trajetória lembrada durante as comemorações dos 50 anos da entidade. A homenagem reconhece sua contribuição para o fortalecimento do movimento municipalista e seu papel na construção da história da Federação

INSCREVA-SE @revistaemevidencia



LUIZ CARLOS FOLADOR
A passagem pela Presidência da Famurs entre 2015 e 2016 foi marcada pela defesa dos interesses dos municípios e do desenvolvimento regional. A homenagem presta reconhecimento à contribuição deixada para a história da entidade

KAYSERMAQ DISTRIBUIDORA LTDA.



ANTONIO CETTOLIN
Acompanhado da esposa Regina Guimarães Cettolin durante a homenagem, teve sua gestão à frente da Famurs, entre 2018 e 2019, lembrada como parte de uma trajetória dedicada ao fortalecimento dos municípios



EDUARDO FREIRE, REPRESENTADO POR VOLTAIRE SANTOS
Em meio às comemorações dos 50 anos da Famurs, a gestão 2019-2020 foi lembrada como um período de liderança, diálogo e compromisso com os desafios enfrentados pelos gestores públicos. Uma homenagem que valoriza quem ajudou a escrever mais um capítulo da história da entidade



EDUARDO BONOTTO, REPRESENTADO POR DARLAN SANTOS
Dos desafios às conquistas, cada gestão deixa sua marca no tempo. O reconhecimento à gestão 2021-2022 celebra uma liderança que contribuiu para manter viva a essência da Famurs: unir forças em prol do desenvolvimento



PAULINHO SALERNO
Os 50 anos da Famurs também são feitos pelas lideranças que passaram pela entidade ao longo das décadas. A gestão de 2022-2023 foi recordada em um dos capítulos mais recentes da história da entidade

KAYSERMAQ DISTRIBUIDORA LTDA.



LUCIANO ORSI
Ao lado da esposa Kátia Maria Palmeiro Orsi, recebeu a homenagem que marca sua passagem pela presidência da Famurs na gestão 2023-2024. Um momento de reconhecimento e celebração de uma caminhada que agora passa a integrar os 50 anos da história



MARCELO ARRUDA
Entre gerações de dirigentes que ajudaram a construir a Famurs, a gestão 2024-2025 passa a integrar essa linha do tempo de liderança, dedicação e compromisso com o fortalecimento institucional

INSCREVA-SE @revistaemevidencia

ADRIANE PERIN DE OLIVEIRA

Primeira mulher a presidir a Famurs, na gestão 2025-2026, teve seu nome marcado na história da entidade ao abrir novos caminhos e inspirar uma nova geração de lideranças. A homenagem presta reconhecimento a uma trajetória que simboliza representatividade, coragem e a força da participação feminina nos espaços de decisão



KAYSERMAQ DISTRIBUIDORA LTDA.



INSCREVA-SE @revistaemevidencia



LUIS HENRIQUE VEDOVATO
Entre os homenageados que ajudaram a construir a história da Famurs, também está quem tem a missão de conduzir seu presente e projetar seu futuro. Atual presidente da entidade, na gestão de 2026-2027, recebeu a homenagem ao lado da família, um momento que simboliza continuidade, responsabilidade e a confiança depositada em sua liderança para os próximos capítulos desta trajetória de 50 anos

LE BERG
CDP DIREITO PÚBLICO
MASPER TV INFINITAS POSSIBILIDADES
KAYSERMAQ DISTRIBUIDORA LTDA.

NÃO EXISTE ESTADO FORTE SEM O PROTAGONISMO DOS MUNICÍPIOS

CHICO PINHEYRO/REVISTA EM EVIDÊNCIA



IQUE VEDOVATO
Prefeito de Imbé e presidente da Famurs

INSCREVA-SE @revistaemevidencia

Celebrar os 50 anos da Famurs é olhar para uma das construções institucionais mais importantes do Rio Grande do Sul. A Federação nasceu em 24 de maio de 1976 e chega ao seu cinquentenário como uma casa política, técnica e democrática formada por 29 associações regionais e representante dos 497 municípios gaúchos. Essa trajetória merece reconhecimento, mas também pede reflexão sobre o futuro do Estado e sobre o lugar que as administrações municipais devem ocupar nas grandes decisões públicas.

O municipalismo costuma ser resumido em uma frase repetida com razão: é nas cidades que a vida acontece. O ponto central está em dar consequência política a essa constatação. Os municípios recebem primeiro as demandas da população, lidam com os efeitos concretos das crises e precisam converter normas, programas e recursos em atendimento real. Quando uma família procura uma unidade de saúde, uma escola, uma estrada em condições de uso, uma vaga na assistência social ou uma resposta depois de uma enchente, é ao município que ela recorre.

Ao longo de cinco décadas, a Famurs ajudou a organizar essa responsabilidade em voz coletiva. Sua importância está em construir uma representação capaz de aproximar realidades muito diferentes no mesmo Estado. O Rio Grande do Sul reúne municípios metropolitanos, cidades industriais, comunidades rurais, regiões turísticas, áreas de fronteira, territórios afetados por estiagens, cheias e desigualdades históricas de infraestrutura. Nenhuma política estadual consistente pode ignorar essa diversidade. A Famurs existe para afirmar que o Estado precisa ouvir seus territórios antes de definir seus caminhos.

O protagonismo municipal exige maturidade institucional. Significa participar da formulação das soluções, apontar prioridades, indicar limites, qualificar a execução e cobrar coerência na distribuição de responsabilidades e recursos. Muitas vezes, o município recebe a obrigação antes de receber as condições para cumpri-la. Assume programas, sustenta equipes e enfrenta a cobrança direta da população, enquanto a repartição financeira permanece abaixo das atribuições que lhe foram entregues. Essa equação precisa ser encarada com seriedade, porque dela depende a capacidade de o poder público responder de modo eficiente e justo.

A história da Famurs mostra que a união dos municípios produziu avanços quando transformou dificuldades isoladas em pautas comuns. A força da Federação sempre esteve na capacidade de reunir diferentes partidos, regiões e tamanhos de município em torno de temas que ultrapassam mandatos. Saúde, educação, infraestrutura, defesa civil, agricultura, segurança, assistência social, cultura, inovação, meio ambiente e desenvolvimento regional são compromissos permanentes. Ao representar os municípios, a Famurs ajuda a preservar essa visão de continuidade, tão necessária em um país acostumado a recomeçar debates a cada ciclo eleitoral.

Os 50 anos da entidade chegam em um momento decisivo para o Rio Grande do Sul. As mudanças climáticas, a reconstrução de áreas atingidas por eventos extremos, a necessidade de modernizar serviços, a pressão sobre os orçamentos públicos e a busca por desenvolvimento equilibrado tornam ainda mais evidente a centralidade dos municípios. Governar um Estado complexo exige coordenação, inteligência territorial e respeito à experiência de quem administra a realidade mais próxima da população.

Nesse sentido, a Famurs deve continuar sendo um espaço de convergência. O futuro pedirá uma entidade capaz de defender recursos, qualificar gestores, ampliar a cooperação regional e sustentar posições firmes sem perder a capacidade de diálogo. A política municipal tem uma virtude que o Brasil precisa valorizar: ela obriga a administração pública a permanecer próxima das consequências de suas decisões.

A pauta municipalista interessa a toda a sociedade. Quando os municípios têm condições de planejar, investir e prestar bons serviços, o cidadão percebe o resultado no cotidiano. Quando falta equilíbrio federativo, quem sente o efeito é a pessoa que aguarda atendimento, o produtor que depende de uma estrada, o aluno que precisa da escola funcionando, a comunidade que espera resposta depois de uma crise. Defender os municípios é defender uma forma mais responsável de organizar o Estado brasileiro.

> “Ao longo de cinco décadas, a Famurs ajudou a organizar essa responsabilidade em voz coletiva. Sua importância está em construir uma representação capaz de aproximar realidades muito diferentes no mesmo Estado”

Um Estado forte nasce de instituições capazes de ouvir, pactuar e executar. Nesse arranjo, os municípios devem ser tratados como parte essencial da inteligência pública do Rio Grande do Sul. São eles que conhecem o território, identificam as urgências, mobilizam comunidades e sustentam a presença cotidiana do poder público. Por isso, reconhecer os 50 anos da Famurs é reconhecer a força de uma ideia que continua atual: o Rio Grande do Sul será mais justo, mais organizado e mais preparado para o futuro quando seus municípios tiverem o protagonismo que a realidade já lhes impõe.

LE BERG
CDP DIREITO PÚBLICO
MASPER TV INFINITAS POSSIBILIDADES
KAYSERMAQ DISTRIBUIDORA LTDA.

GILSON CONZATTI

Presidente da União dos Vereadores do Brasil

Entrevista: Rafaela Machado e Cláudio Andrade
Fotos: Chico Pinheyro/Revista Em Evidência

Presidente da União dos Vereadores do Brasil (UVB), vereador de Iraí, advogado formado pela Unisinos e liderança com atuação legislativa também em Encantado, Gilson Conzatti fala a partir de uma vivência ampla no municipalismo brasileiro. À frente da UVB, entidade que



INSCREVA-SE @revistaemevidencia

representa Câmaras Municipais e vereadores em todo o país, ele defende a autonomia do Legislativo, a harmonia institucional entre os poderes e a necessidade de qualificação permanente para que os parlamentos locais respondam com seriedade às demandas da população. O Programa Em Evidência na TV (aos domingos na Masper TV, canal 520 da Claro NET, das 17h30 às 18h30, e também no canal @revistaemevidencia no YouTube) abriu espaço para uma conversa que passa pelo papel das Câmaras às vésperas das eleições, pela relação entre situação e oposição, pela importância da independência legislativa, pelos impactos da reforma tributária sobre os municípios e pela defesa de um novo equilíbrio federativo. Confira



LE BERG CDP DIREITO PÚBLICO MASPER TV KAYSERMAQ DISTRIBUIDORA LTDA.

Como o senhor avalia este momento legislativo municipal no país, às vésperas das eleições, e qual é, na sua visão, o papel das câmaras municipais hoje?

O papel das câmaras municipais é fundamental para a estrutura da democracia no país. O vereador é a base da representatividade democrática. Precisamos estar continuamente pautados na representação coletiva nos parlamentos, com o foco em entregar resultados concretos para a sociedade. O momento atual do país é de pré-eleição, cenário em que frequentemente observamos candidaturas de extremos políticos liderando as pesquisas. O parlamento, infelizmente, acaba sendo um reflexo dessa polarização. Portanto, a UVB atua fortemente para assegurar o equilíbrio entre os membros do Poder Legislativo. Deve haver respeito mútuo para que possamos cumprir nossas atribuições legais e buscar o melhor desfecho para as demandas locais. Esse é o norte que levamos aos vereadores por meio do nosso posicionamento como entidade municipalista. A UVB está presente em todos os municípios brasileiros e tem o dever de orientar os parlamentares que impactam o dia a dia de cada cidadão.

A autonomia institucional é fundamental. Em ocasiões onde não há consenso em discussões essenciais, a Câmara muitas vezes perde força, entra em atrito com o Executivo e cede seu protagonismo à prefeitura. Quais fatores, na sua avaliação, explicam essa perda de protagonismo do Legislativo?

A Câmara perde a oportunidade de exercer o seu protagonismo quando os debates se desviam para o viés puramente ideológico ou para disputas menores, perdendo de vista o cenário macro. Durante o exercício de um mandato, o parlamentar precisa ter atenção aos detalhes, mas sem abandonar a visão de longo prazo: projetar o município para os próximos um, cinco ou dez anos. Essa passagem pela vida pública exige a construção de um legado, e isso só ocorre quando nos tornamos protagonistas de ações que beneficiem diretamente a sociedade, e não apenas uma corrente política A ou B.

Nesse sentido, a atuação da UVB é plural. Obviamente, todos temos filiação partidária; eu mesmo exerço mandato pela oposição no meu município. Contudo, essa dinâmica não anula a necessidade de compreensão institucional de que os poderes dependem de colaboração. O melhor resultado para a cidade só é alcançado mediante união, harmonia e respeito. É natural — e saudável — que existam divergências de pensamento, mas o equilíbrio é indispensável. É exatamente a falta dessa moderação que faz as Câmaras desperdiçarem a oportunidade de pautar as agendas de desenvolvimento local.

O senhor tem formação na área jurídica. Como se deu a construção dessa base acadêmica em paralelo à vida pública?

Sou advogado, formado em Direito pela Unisinos. Foi um trajeto bastante planejado: concluí a graduação em janeiro de 1993, exatamente no momento em que assumi meu primeiro mandato no Legislativo em Encantado. Cheguei, inclusive, a elaborar o meu trabalho de conclusão de curso durante o período da campanha eleitoral. A minha meta era ingressar na vereança já devidamente qualificado pelo Direito, pois considerava fundamental ter sólida base jurídica para elaborar leis e representar a sociedade nas plenárias. Exerci a advocacia ao longo dos primeiros anos, e hoje atuo também no setor empresarial, mas esse conhecimento jurídico segue balizando a minha representação institucional.

Dentro do cenário de independência que pauta a gestão pública, o senhor costuma afirmar que a Câmara Municipal não pode se tornar um 'puxadinho' da prefeitura. Como se garante essa autonomia na prática?

Uma câmara totalmente atrelada e subserviente ao Executivo perde a sua razão de ser. O parlamentar é eleito para fiscalizar os atos do prefeito e legislar. Limitar-se a discursos na tribuna sem adotar posturas ativas e independentes não gera transformação social nem atenua diferenças estruturais. A cadeira do vereador é um espaço de alta responsabilidade. Se o intuito fosse apenas acatar as ordens diretas da prefeitura, seria mais adequado compor o secretariado de governo. É preciso ter clareza de que atuar com independência não significa atuar como inimigo da gestão; a harmonia é vital. Logo no meu primeiro mandato, em 1993, sendo líder de governo na gestão do meu próprio pai, votei contra uma proposta oficial do Executivo junto com o restante do parlamento. Foi uma forma institucional de atestar a independência da Câmara, demonstrando que as imposições unilaterais não têm espaço frente ao diálogo equilibrado.

A experiência de múltiplos mandatos legislativos aliada à formação jurídica facilita a sua condução institucional como presidente nacional da UVB?

Sem dúvida, essa vivência confere uma leitura muito mais apurada dos cenários. A UVB congrega vereadores de absolutamente todas as matrizes políticas do Brasil. Portanto, é imprescindível possuir o tato e o equilíbrio necessários para conduzir os debates institucionais respeitando as diferenças ideológicas. É preciso garantir igualdade de tratamento e voz para todas as correntes de pensamento, demonstrando, pelo exemplo, que o parlamento precisa rejeitar polarizações estéreis e focar nas resoluções.

Além da formação acadêmica, a rodagem que os mandatos trazem é um grande pilar de sustentação para os desafios atuais. Como entidade, representamos 5.569 municípios e mais de 58.400 vereadores, o que demanda ampla atualização e constante deslocamento. Nossas agendas são muito ativas, incluindo capacitações no interior de diversos estados e missões de imersão internacional. Apesar da intensidade logística, encaramos esse fomento ao municipalismo e à capacitação legislativa como uma verdadeira missão institucional.

O nosso diálogo tem priorizado a estrutura política em detrimento de questões partidárias. No entanto, para

INSCREVA-SE @revistaemevidencia



> O papel das câmaras municipais é fundamental para a estrutura da democracia no país. O vereador é a base da representatividade democrática. Precisamos estar continuamente pautados na representação coletiva nos parlamentos, com o foco em entregar resultados concretos para a sociedade

ASSISTA:

LE BERG
CDP DIREITO PÚBLICO
MASPER TV INFINITAS POSSIBILIDADES
KAYSERMAQ DISTRIBUIDORA LTDA.



fins de registro, qual é a sua sigla atual, e ela se mantém a mesma desde o início da sua trajetória eleitoral?

Boa parte dos vereadores que representamos no Brasil sequer conhece a minha filiação partidária, exatamente porque esse não deve ser o foco quando se preside um colegiado tão diversificado. A UVB exige distanciamento das pautas isoladas de partidos para atuar pela totalidade das Câmaras. Contudo, minha origem eleitoral se mantém a mesma: iniciei minha carreira nas urnas em 1992, pelo então PMDB, e sigo filiado ao MDB. Tenho uma longa memória do processo político brasileiro, tendo acompanhado desde criança as transições do sistema de sublegendas e a dinâmica dos antigos blocos eleitorais.

Retomando as pautas municipalistas, o debate nacional se voltou à reforma tributária e às novas dinâmicas fiscais. Há um receio generalizado entre os chefes de Executivo de que os recursos fiquem escassos, afetando a administração das prefeituras e das Câmaras. Sob a ótica da UVB, quais são os impactos reais dessa reforma?

INSCREVA-SE @revistaemevidencia



> Para a população, o apelo é pelo engajamento crítico: acompanhem as pautas e cobrem proatividade dos parlamentares. O Poder Legislativo municipal possui quadros excelentes, dispostos a fomentar políticas fundamentais para as cidades, mas que muitas vezes enfrentam sessões plenárias esvaziadas, sem a devida validação cívica da sociedade

Surpreendentemente, não notamos o nível de apreensão esperado por parte dos gestores municipais durante o trâmite, caso contrário, as mobilizações municipalistas teriam focado com maior rigor no enfrentamento dessa matéria. Existe uma percepção consolidada de que os municípios sairão perdendo e a fatia orçamentária se concentrará de modo ainda mais agressivo na União. Vereadores e prefeitos tenderão a seguir na romaria burocrática rumo à Brasília em busca da liberação de verbas via ministérios e bancadas parlamentares.

A formatação atual aponta para uma simplificação meramente estrutural, onde os nomes dos tributos mudam, mas a carga sobre o cidadão aumenta enquanto a conversão direta em serviços básicos na sua localidade sofre redução. Tivemos uma grande pauta de interesse de arrecadação do Governo Federal validada pelo Congresso Nacional em amplo acordo pluripartidário. A defesa de que os reflexos não serão sentidos antes de 2032 cria uma cortina de fumaça confortável para quem administra o presente, mas o repasse do prejuízo fiscal para as gestões vindouras — e principalmente para a população a longo prazo — é alarmante.

Caminhando para o final da nossa entrevista, qual é a mensagem que o senhor deixa tanto para a sociedade quanto para as lideranças que conduzem atualmente as Câmaras Municipais brasileiras?

Para a população, o apelo é pelo engajamento crítico: acompanhem as pautas e cobrem proatividade dos parlamentares. O Poder Legislativo municipal possui quadros excelentes, dispostos a fomentar políticas fundamentais para as cidades, mas que muitas vezes enfrentam sessões plenárias esvaziadas, sem a devida validação cívica da sociedade. A participação cidadã não deve estar condicionada apenas a críticas pontuais em redes digitais; ela precisa ser presencial, ativa, focada em sugestões construtivas.

Aos parlamentares, cabe interpretar as reais dores da sociedade e transformá-las em mecanismos eficientes, legislações atualizadas e pautas resolutivas. O prestígio da Câmara se consolida a partir da quantidade e da qualidade dessas entregas institucionais. Peço também que os vereadores se somem às frentes lideradas pela UVB, pois a nossa entidade se mantém vigilante e combativa na defesa irrestrita da autonomia e independência dos parlamentos municipais. Precisamos superar a cultura do atrelamento do Legislativo às benesses geradas pelos prefeitos de plantão. A representatividade da Câmara é essencial, devendo ser conduzida sempre com equilíbrio, coragem e, acima de tudo, extremo respeito pelo cidadão que delegou seu voto nas urnas.

LE BERG
CDP ESCOLA DE DIREITO PÚBLICO
MASPER TV INFINITAS POSSIBILIDADES
KAYSERMAQ DISTRIBUIDORA LTDA.

UVERGS CHEGA AOS 51 ANOS COMO REFERÊNCIA DO LEGISLATIVO MUNICIPAL NO RIO GRANDE DO SUL

União dos Vereadores do Rio Grande do Sul chega aos 51 anos sob a presidência de Silomar Garcia Silveira, mantendo atuação voltada à formação, orientação e articulação institucional do Parlamento municipal gaúcho

Rafaela Machado
Foto: Uvergs

A União dos Vereadores do Rio Grande do Sul chegou aos 51 anos em 2026 com uma história que começa em 23 de maio de 1975, em Pelotas, a partir da iniciativa de três vereadores pelotenses: Francisco de Paula Moraes, José Karini e Mansur Macluf. Karini foi o primeiro presidente da entidade. A criação da Uvergs respondeu a uma necessidade concreta daquele período: reunir vereadores de diferentes municípios em torno de uma instituição capaz de defender o papel do Legislativo municipal, oferecer apoio às Câmaras e criar um ponto de referência para mandatos que enfrentavam dificuldades comuns sem uma estrutura estadual permanente de acompanhamento.

Sob a presidência de Silomar Garcia Silveira, professor, advogado especialista em Direito Público, vereador de Novo Cabrais e presidente da Uvergs, a entidade chega aos 51 anos em uma etapa de recomposição institucional. A reconstrução da sede, depois dos prejuízos causados pela enchente de 2024, tornou-se um dos fatos recentes mais relevantes da entidade, pois exigiu reorganização, capacidade de reação e continuidade de atendimento.

A celebração dos 51 anos, realizada entre 19 e 22 de maio de 2026, em Porto Alegre, foi construída dentro desse contexto de continuidade. O encontro reuniu atividades voltadas ao Legislativo municipal e reforçou a função da Uvergs como ponto de articulação entre vereadores, servidores e Câmaras. A entidade passou pelo marco dos 50 anos e seguiu, no ano seguinte, com direção constituída e capacidade de mobilização.

O reconhecimento da Uvergs como Entidade Oficial dos Vereadores do Rio Grande do Sul, pela Lei Estadual nº 12.023/03, integra essa construção institucional. A lei registra uma condição formal. A relevância prática se confirma no trabalho cotidiano de orientação, formação e interlocução, na relação com Câmaras e na manutenção de uma estrutura voltada aos vereadores gaúchos.

A Câmara Municipal ocupa uma posição particular na vida pública porque transforma demandas locais em matéria institucional. O que chega ao vereador como preocupação social, disputa administrativa, reclamação sobre serviços, dúvida legal ou necessidade de fiscalização precisa ser convertido em procedimento, documento, debate, indicação, pedido de informação, requerimento, projeto ou acompanhamento formal. Ao entrar na Câmara, o assunto passa a ter tramitação, autoria, responsabilidade, publicidade e possibilidade de controle.

Essa função exige maturidade institucional porque o vereador atua dentro de um sistema com regras, limites e responsabilidades próprias. Fiscalização, apresentação de projetos, pedidos de informação e acompanhamento de atos do Executivo dependem de método, domínio das normas e clareza sobre o alcance de cada instrumento. A qualidade do trabalho legislativo aparece justamente nessa capacidade de transformar a demanda política em procedimento consistente, com registro, fundamento e condições reais de acompanhamento.

No Rio Grande do Sul, as Câmaras são espaços de deliberação, fiscalização e representação, mas também funcionam como arquivos vivos das decisões públicas. Atas, proposições, debates, pareceres e votações formam uma memória institucional que permite acompanhar como determinados temas foram tratados, quais posições foram assumidas e que providências foram cobradas ao longo do tempo. Essa documentação protege a administração pública contra improvisos, dá lastro às decisões e permite que a sociedade acompanhe o trabalho dos representantes que escolheu.

INSCREVA-SE @revistaemevidencia



A ENTIDADE E O MARCO DOS 51 ANOS
Sob a liderança de Silomar Garcia Silveira, a Uvergs vem se consolidando como a grande referência do legislativo municipal do RS. Na foto, o time da Uvergs é só alegria após mais um evento onde discutiu, em diversos debates, a realidade e as possibilidades da vereança gaúcha

A atuação da Uvergs com congressos, cursos técnicos, encontros e orientação jurídica permanente responde a uma exigência real do mandato parlamentar e do funcionamento das Câmaras. A posse no cargo não entrega, automaticamente, domínio sobre processo legislativo, fiscalização, orçamento, prestação de contas, atos administrativos e relação com órgãos de controle. Esses temas têm impacto direto sobre a validade das decisões, a segurança dos atos praticados e a capacidade de o vereador exercer suas atribuições com responsabilidade.

O processo legislativo define se uma proposta pode tramitar, se respeita competência, se tem forma adequada, se foi analisada pelas instâncias corretas e se poderá produzir efeitos sem criar conflito jurídico para o município. A fiscalização também exige preparo. Fiscalizar é saber formular perguntas, exigir documentos, acompanhar respostas, compreender limites legais e construir registros que possam gerar providência concreta. A prestação de contas envolve responsabilidade administrativa, transparência e relação com órgãos de controle.

A orientação jurídica permanente oferecida pela Uvergs tem importância porque o trabalho legislativo não se encerra nos dias de curso ou congresso. As dúvidas aparecem no andamento das sessões, na redação de proposições, na interpretação de pareceres, na organização interna das Câmaras e nas situações em que a atuação política precisa respeitar limites legais precisos. Ter acesso a uma referência técnica reduz a chance de erro e contribui para que decisões sejam tomadas com maior segurança.

A longevidade da Uvergs mostra que o Legislativo municipal precisa de suporte institucional constante para cumprir bem seu papel. A cada legislatura, novas composições chegam às Câmaras, servidores assumem responsabilidades, assessorias são reorganizadas e temas jurídicos ou administrativos mudam de interpretação. A entidade atua nesse intervalo entre a renovação política e a continuidade institucional. Sua relevância aparece quando ajuda a transformar mandato em trabalho organizado, debate em procedimento, fiscalização em documento e representação em responsabilidade pública.

CDP DIREITO PÚBLICO
MASPER TV INFINITAS POSSIBILIDADES
KAYSERMAQ DISTRIBUIDORA LTDA.

FOTO LEGENDA: OS 400 ANOS DAS MISSÕES

CHICO PINHEYRO/REVISTA EM EVIDÊNCIA



IZABEL CRISTINA RIBAS
A secretária-geral da AMM Missões, o nome que está por trás da agenda que mobiliza o estado inteiro em torno dos 400 anos das Missões, berço do Rio Grande do Sul

INSCREVA-SE @revistaemevidencia

CADERNO ESPECIAL ASSOCIAÇÕES MUNICIPAIS

A FORÇA REPRESENTATIVA QUE NASCE DA UNIÃO DOS MUNICÍPIOS

Conheça os prefeitos que presidem as entidades municipais e representam, em suas regiões, uma atuação conjunta voltada para o diálogo, a cooperação e as principais demandas das cidades gaúchas

Patrícia Cruz

ACOSTADOCE Página 48

AMAJA Página 51

AMASBI Página 54

AMAT Página 57

AMAU Página 60

AMCENTRO Página 63

AMCSERRA Página 66

AMESNE Página 69

AMFRO Página 72

AMLINORTE Página 75

AMM Página 78

AMNG Página 81

AMPARA Página 84

AMPLA Página 87

AMSERRA Página 90

AMUCELEIRO Página 93

AMUCSER Página 96

AMUFRON Página 99

AMUNOR Página 102

AMUPLAM Página 105

AMVAG Página 108

AMVARC Página 111

AMVARP Página 114

AMVAT Página 117

AMZOP Página 120

ASMURC Página 123

AZONASUL Página 126

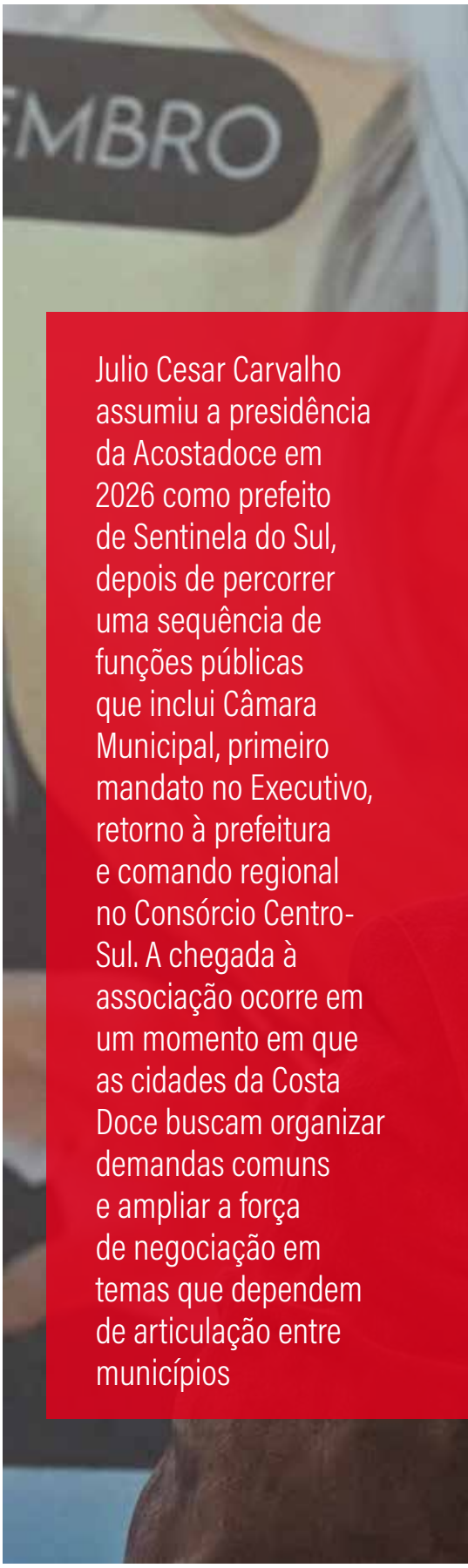
GRANPAL Página 129

CDP DIREITO PÚBLICO
MASPER TV INFINITAS POSSIBILIDADES
KAYSERMAQ DISTRIBUIDORA LTDA.

JULIO CESAR IMPÕE SUA MARCA NA REGIÃO DA ACOSTADOCE

Prefeito de Sentinela do Sul, preside consórcio e associação da região

Edição: Rafaela Machado e Lucio Vaz
Foto: Geovana Jacobsen



Julio Cesar Carvalho assumiu a presidência da Acostadoce em 2026 como prefeito de Sentinela do Sul, depois de percorrer uma sequência de funções públicas que inclui Câmara Municipal, primeiro mandato no Executivo, retorno à prefeitura e comando regional no Consórcio Centro-Sul. A chegada à associação ocorre em um momento em que as cidades da Costa Doce buscam organizar demandas comuns e ampliar a força de negociação em temas que dependem de articulação entre municípios.

Em 2015, durante a crise de repasses estaduais e federais, a administração municipal manteve programas e transporte escolar, usando uma reserva de recursos que havia sido separada para obras. A medida indicou uma escolha administrativa clara: garantir a continuidade de serviços enquanto o município reorganizava as contas. No mesmo período, a prefeitura adotou turno único como forma de reduzir despesas e fechar o ano com maior controle financeiro

Nascido em Tapes, agricultor e filiado ao Progressistas, Julio Cesar Carvalho construiu sua vida pública em Sentinela do Sul. A ligação com o município passa pela política local, pela atividade produtiva e pelo contato direto com temas que pesam no dia a dia da administração: estradas, deslocamentos, manutenção de serviços, finanças públicas e atendimento às comunidades do interior.

Antes de chegar à prefeitura, Julio passou pela Câmara Municipal. Foi vereador entre 2009 e 2012 e retornou ao Legislativo na legislatura 2021–2024. Essa etapa ajudou a formar uma atuação voltada ao funcionamento da administração local, ao orçamento municipal e às necessidades que chegam primeiro aos vereadores, antes de se tornarem decisões do Executivo.

O primeiro mandato como prefeito, de 2013 a 2016, colocou Julio diante de um ciclo de forte pressão financeira e de demandas de infraestrutura regional. A gestão precisou lidar com atraso de repasses, preservação de serviços essenciais e busca por obras viárias capazes de melhorar a ligação de Sentinela do Sul com municípios vizinhos. Esse período marcou sua atuação por decisões práticas, tomadas em um cenário de caixa restrito e cobrança constante por respostas.

Julio Cesar Carvalho assumiu a presidência da Acostadoce em 2026 como prefeito de Sentinela do Sul, depois de percorrer uma sequência de funções públicas que inclui Câmara Municipal, primeiro mandato no Executivo, retorno à prefeitura e comando regional no Consórcio Centro-Sul. A chegada à associação ocorre em um momento em que as cidades da Costa Doce buscam organizar demandas comuns e ampliar a força de negociação em temas que dependem de articulação entre municípios

INSCREVA-SE @revistaemevidencia



CDP DIREITO PÚBLICO
MASPER TV INFINITAS POSSIBILIDADES
KAYSERMAQ DISTRIBUIDORA LTDA.

Em 2015, durante a crise de repasses estaduais e federais, a administração municipal manteve programas e transporte escolar, usando uma reserva de recursos que havia sido separada para obras. A medida indicou uma escolha administrativa clara: garantir a continuidade de serviços enquanto o município reorganizava as contas. No mesmo período, a prefeitura adotou turno único como forma de reduzir despesas e fechar o ano com maior controle financeiro.

Na Acostadoce, quatro eixos ajudam a explicar a relação entre a experiência de Julio e a função assumida: infraestrutura, agricultura, mobilidade e gestão pública. A pauta das rodovias conversa com a necessidade de deslocamento e escoamento da produção. A crise de repasses enfrentada em seu primeiro mandato mostra familiaridade com decisões de caixa. A manutenção de serviços em período de pressão financeira aponta para uma gestão acostumada a definir prioridades. A cooperação entre prefeituras, por sua vez, se torna necessária quando o problema exige força regional

Na área viária, a autorização das obras de restauração da ERS-715 e da ERS-717, em 2016, representou um avanço importante para Sentinela do Sul e Tapes. O investimento previsto era de R$ 10,64 milhões, com intervenção de 3,4 quilômetros na ERS-715, entre a BR-116 e a ERS-717, incluindo drenagem, recomposição da camada de asfalto, reconstrução e reciclagem do pavimento e sinalização. Obras desse tipo afetam diretamente o deslocamento de moradores, o transporte da produção, o acesso a serviços e a circulação entre comunidades.

O retorno ao Executivo em 2024 pelo Progressistas recolocou Julio Cesar Carvalho à frente da prefeitura depois de ciclos anteriores no Legislativo e no comando municipal. A volta ao cargo trouxe para a nova gestão uma experiência já testada em situações de restrição orçamentária, atendimento público e negociação por obras de impacto regional.

Sentinela do Sul tem na agricultura, no interior, nas estradas e nos serviços municipais parte importante de sua dinâmica administrativa. Governar o município exige atenção a deslocamentos, conservação de acessos, apoio à produção e manutenção de estruturas públicas capazes de atender moradores em diferentes localidades. Essa realidade aproxima a pauta local de temas vividos por outras prefeituras da Costa Doce.

A eleição de Julio Cesar Carvalho para a presidência da Acostadoce ocorreu em 8 de janeiro de 2026, por unanimidade, mantendo os demais membros da diretoria e do conselho fiscal para o exercício. A entidade reúne prefeituras da região e funciona como espaço de organização de demandas comuns, especialmente quando um problema ultrapassa os limites de uma única cidade.

Na Acostadoce, quatro eixos ajudam a explicar a relação entre a experiência de Julio e a função assumida: infraestrutura, agricultura, mobilidade e gestão pública. A pauta das rodovias conversa com a necessidade de deslocamento e escoamento da produção. A crise de repasses enfrentada em seu primeiro mandato mostra familiaridade com decisões de caixa. A manutenção de serviços em período de pressão financeira aponta para uma gestão acostumada a definir prioridades. A cooperação entre prefeituras, por sua vez, se torna necessária quando o problema exige força regional.

A eleição de Julio Cesar Carvalho para a presidência da Acostadoce ocorreu em 8 de janeiro de 2026, por unanimidade, mantendo os demais membros da diretoria e do conselho fiscal para o exercício. A entidade reúne prefeituras da região e funciona como espaço de organização de demandas comuns, especialmente quando um problema ultrapassa os limites de uma única cidade

Em 2026, Julio Cesar Carvalho também assumiu a presidência do Consórcio Intermunicipal Centro-Sul. A entidade atua como associação pública voltada à utilização conjunta de recursos e à gestão de políticas em áreas como cultura e turismo, educação, desenvolvimento econômico, infraestrutura, meio ambiente e saúde. Ao comandar o consórcio e a Acostadoce no mesmo ciclo, Julio amplia sua responsabilidade em estruturas que organizam soluções compartilhadas entre municípios.

A presidência da Acostadoce coloca Julio Cesar Carvalho em uma função que depende menos de discurso amplo e mais de capacidade para organizar prioridades entre municípios que enfrentam problemas semelhantes. No caso dele, essa atuação parte de Sentinela do Sul: da experiência com caixa apertado, da necessidade de manter serviços funcionando, da atenção às estradas e da compreensão de que muitas respostas para cidades da Costa Doce só avançam quando deixam de ser tratadas de forma isolada. ■

INSCREVA-SE @revistaemevidencia

"A Amaja pode trabalhar para melhorar o diálogo com o Estado, organizar demandas comuns, discutir transporte de pacientes, fortalecer a atenção básica nos municípios e buscar maior previsibilidade nos serviços de referência"

GILMAR LAURINDO BELLINI

Prefeito de Boa Vista do Incra e presidente da Amaja

Edição: Rafaela Machado
Foto: Acervo

Presidente, a Amaja reúne municípios com perfis produtivos fortes e realidades administrativas distintas. Ao assumir a presidência da associação, que leitura o senhor faz do Alto Jacuí neste momento?

O Alto Jacuí é uma região muito ligada ao trabalho, à produção e à capacidade de organização das comunidades. Temos municípios com vocações próprias, alguns com presença muito forte da agropecuária, outros com indústria de máquinas, serviços, comércio regional, agroindústria, cooperativas e instituições de ensino. Isso cria uma região com base econômica consistente, mas também com demandas muito concretas.

A Amaja precisa olhar para esse conjunto. A associação existe para ajudar os municípios a tratarem pautas que, isoladamente, ficam mais difíceis: estradas, saúde, transporte de pacientes, defesa civil, arrecadação, qualificação técnica, relação com o Estado e com a União. A presidência tem de ouvir muito e organizar prioridades comuns, respeitando a realidade de cada prefeitura.

Boa Vista do Incra tem uma relação direta com a agricultura, com o interior e com os efeitos das estiagens. Essa experiência municipal ajuda o senhor a conduzir uma associação que tem a produção rural como uma das bases da região?

Ajuda muito, porque a rotina de um município como Boa Vista do Incra mostra, todos os dias, como a produção rural depende de decisões públicas bem feitas. Estrada em boas condições, máquinas disponíveis, pontes, bueiros, acesso à propriedade, atendimento rápido depois de chuva forte ou estiagem prolongada: tudo isso aparece na mesa do prefeito.

No Alto Jacuí, soja, trigo, milho, leite, agroindústria e agricultura familiar estão diretamente ligados à arrecadação dos municípios, ao comércio local e à permanência das famílias no campo. Quando a lavoura sofre, a prefeitura sente. Quando o leite perde margem, a economia local sente. Quando a estrada do interior está ruim, a escola, a saúde, o transporte e a produção também são afetados.

A Amaja pode contribuir organizando essas demandas em escala regional. O pedido por infraestrutura rural, por programas de apoio à irrigação, por recuperação de estradas e por atenção às estiagens ganha outro peso quando vem de uma associação que representa municípios como Boa Vista do Incra, Fortaleza dos Valos, Colorado, Santa Bárbara do Sul, Espumoso e tantos outros que vivem essa realidade de perto.

Cruz Alta aparece naturalmente como referência regional em serviços, logística, ensino e saúde. Como a Amaja pode tratar essa centralidade sem apagar a importância dos demais municípios associados?

Cruz Alta tem um papel regional claro. É referência para serviços, para deslocamentos, para saúde, para educação e para conexões logísticas. Muitos municípios do Alto Jacuí dependem, em alguma medida, dessa estrutura regional, assim como Cruz Alta também depende do movimento econômico gerado pelas cidades do entorno.

A Amaja deve tratar isso com equilíbrio. Quando se fala em saúde regional, por exemplo, não basta olhar para o hospital ou para o serviço especializado. É preciso olhar também para o transporte de pacientes, para os horários, para o custo das viagens, para a organização das secretarias municipais e para o impacto disso no orçamento de cada prefeitura. O mesmo raciocínio vale para educação, qualificação profissional e logística.

A região tem municípios com forte produção de grãos, presença de cooperativas, agricultura familiar e indústria de máquinas agrícolas.

Como esse conjunto pode aparecer nas prioridades da associação?

Esse conjunto é uma das marcas do Alto Jacuí. Não-Me-Toque, Ibirubá, Selbach e Tapera têm relação muito forte com máquinas e implementos agrícolas. Cruz Alta tem peso regional em serviços, alimentos e insumos. Municípios como Quinze de Novembro, Lagoa dos Três Cantos, Saldanha Marinho, Colorado e Boa Vista do Cadeado têm uma vida econômica muito vinculada ao campo e às cadeias produtivas.

A prioridade da Amaja deve ser defender condições para que essa base siga gerando resultado dentro dos municípios. Isso passa por estradas do interior, internet e energia no meio rural, apoio técnico, formação profissional, programas de conservação do solo, segurança hídrica, qualificação da agroindústria e diálogo permanente com cooperativas e entidades do setor.

A consequência prática é direta: quando a produção circula melhor, quando o produtor consegue acessar tecnologia, quando a indústria encontra mão de obra preparada e quando a prefeitura tem apoio para executar projetos, o retorno aparece na economia local, no ICMS, no emprego e na capacidade de investimento dos municípios.

Uma pauta recorrente entre os prefeitos é o retorno de ICMS. No Alto Jacuí, onde produção e circulação econômica têm peso, como esse tema deve ser tratado?

O retorno de ICMS precisa ser acompanhado com muita atenção técnica. Para os municípios produtores, cada detalhe da movimentação econômica importa. Nota emitida corretamente, valor adicionado bem apurado, produção registrada no município certo e orientação aos produtores fazem diferença na receita futura.

A Amaja pode ajudar promovendo troca de informações entre equipes municipais, buscando capacitações e aproximando as prefeituras de orientações técnicas. É um tema objetivo: arrecadação bem acompanhada melhora a capacidade de atender a população.

A Assembleia Geral da Amaja realizada em Lagoa dos Três Cantos mostrou a associação como espaço de encontro entre prefeitos, representantes municipais, governo do Estado e Famurs. Como esse tipo de reunião deve funcionar na prática?

Essas reuniões precisam produzir encaminhamentos. O encontro institucional é importante, porque coloca prefeitos e autoridades na mesma mesa, mas o resultado aparece quando as pautas saem organizadas: o que será levado ao Estado, o que precisa de apoio da Famurs, o que depende de Brasília, o que pode ser resolvido entre os próprios municípios.

Lagoa dos Três Cantos, por exemplo, representa bem essa característica da região: municípios com boa organização local e capacidade de contribuir para uma agenda comum. Quando a Amaja reúne prefeitos de cidades como Selbach, Tapera, Ibirubá, Cruz Alta, Carazinho, Salto do Jacuí e Boa Vista do Incra, ela consegue comparar problemas parecidos e separar aquilo que é demanda isolada daquilo que é pauta regional.

Estradas do interior aparecem em quase todas as conversas sobre produção rural. No Alto Jacuí, esse tema tem impacto além do escoamento da safra?

Tem impacto em praticamente tudo. A estrada do interior leva à produção, mas também leva o aluno, o transporte escolar, o atendimento de saúde, o caminhão do leite, o acesso da família à cidade, a máquina da prefeitura e o serviço de emergência. Quando a estrada está comprometida, o prejuízo não fica restrito ao produtor.

No Alto Jacuí, as distâncias entre comunidades rurais, sedes municipais e referências regionais exigem planejamento permanente. Muitas prefeituras têm equipes reduzidas, máquinas disputadas por várias demandas e períodos de chuva ou estiagem que alteram completamente a rotina. A Amaja pode defender programas regionais de recuperação de estradas, acesso a máquinas, pontes, galerias, recursos para horas-máquina e apoio técnico para projetos.

Um exemplo prático é o transporte da produção leiteira e de grãos. Se o caminhão não consegue chegar com regularidade, a consequência aparece na renda da propriedade, no custo da indústria e no movimento econômico local. Por isso, infraestrutura rural deve ser vista como pauta de desenvolvimento regional.

A saúde regional exige deslocamentos constantes. Que tipo de pauta a Amaja pode levar adiante nessa área?

A saúde é uma das maiores preocupações dos prefeitos, porque envolve atendimento, transporte, custo, fila, regulação e acompanhamento das famílias. No Alto Jacuí, muitos pacientes precisam se deslocar para referências regionais, principalmente Cruz Alta, Carazinho, Ijuí, Passo Fundo ou outros centros, conforme o serviço necessário.

A Amaja pode trabalhar para melhorar o diálogo com o Estado, organizar demandas comuns, discutir transporte de pacientes, fortalecer a atenção básica nos municípios e buscar maior previsibilidade nos serviços de referência. Para a prefeitura, a previsibilidade é fundamental: saber para onde encaminhar, quando encaminhar e como organizar o transporte reduz desgaste para as famílias e para as equipes municipais.

Estiagens, temporais e eventos climáticos têm pesado sobre as prefeituras gaúchas. No Alto Jacuí, onde a água, o solo e a lavoura são decisivos, como a associação deve atuar em defesa civil?

A defesa civil precisa ser tratada antes da emergência. A região conhece bem os efeitos da estiagem sobre lavouras, leite, abastecimento de água, estradas e arrecadação. Também há situações



> A Amaja deve tratar isso com equilíbrio. Quando se fala em saúde regional, por exemplo, não basta olhar para o hospital ou para o serviço especializado. É preciso olhar também para o transporte de pacientes, para os horários, para o custo das viagens, para a organização das secretarias municipais e para o impacto disso no orçamento de cada prefeitura

de chuva intensa, granizo, vento e danos em estruturas públicas e privadas. O município geralmente é o primeiro a responder, mesmo quando o problema exige apoio estadual ou federal.

A Amaja pode ajudar os municípios a padronizar informações, qualificar decretos, orientar registros de perdas, facilitar contato com a Defesa Civil Estadual e acompanhar pedidos de reconhecimento. Isso evita perda de tempo e reduz o erro documental em momentos de pressão.

Também é importante discutir prevenção: conservação de solo, proteção de nascentes, reservação de água, manutenção de estradas e planejamento de máquinas. Em municípios como Salto do Jacuí, Quinze de Novembro, Fortaleza dos Valos e Santa Bárbara do Sul, a relação com água, produção e território aparece de formas diferentes, mas o princípio é comum: preparar melhor o município para responder com rapidez.

Ao final da sua gestão, que tipo de marca institucional o senhor gostaria de deixar na Amaja?

Gostaria de deixar uma Amaja próxima dos prefeitos e útil para os municípios. Associação forte é aquela que ajuda a resolver, encaminhar, abrir portas e organizar demandas. O presidente não substitui nenhum prefeito; ele representa uma construção coletiva.

O Alto Jacuí tem identidade própria: produção rural, cooperativismo, máquinas agrícolas, agroindústria, cidades bem organizadas, comunidades participativas e uma relação muito forte com o trabalho. A marca que eu gostaria de deixar é a de uma gestão que respeitou essa identidade e trabalhou para que a região fosse ouvida com seriedade pelo Estado, pela União e pelas entidades municipalistas. ■

CDP DIREITO PÚBLICO
MASPER TV INFINITAS POSSIBILIDADES
KAYSERMAQ DISTRIBUIDORA LTDA.

OS DESAFIOS DO PREFEITO DE SOLEDADE DE VOLTA À PRESIDÊNCIA DA AMASBI

À frente da entidade, Paulo Ricardo Cattaneo passa a trabalhar com temas que saem da rotina de uma única prefeitura e alcançam municípios que dependem de estrada, produção rural, comércio, capacitação e acesso a programas estaduais

Edição: Rafaela Machado
Foto: PMS

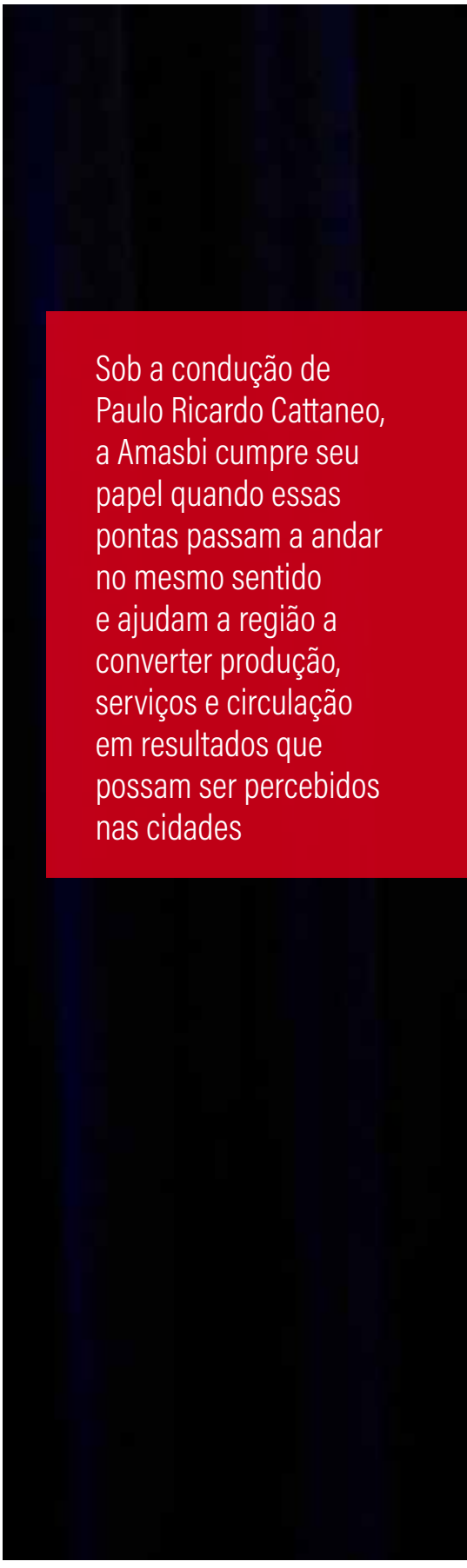
Na região de Soledade, estrada, produção e trabalho entram na mesma conta municipal. A BR-386 leva cargas, trabalhadores, visitantes e serviços; a pedra preciosa exige circulação comercial; a agricultura depende de acesso; e empresas locais precisam de mão de obra preparada para ocupar vagas fora dos grandes centros. É desse ambiente que Paulo Ricardo Cattaneo, prefeito de Soledade, chega à presidência da Amasbi — Associação dos Municípios do Alto da Serra do Botucaraí.

Paulo Ricardo Cattaneo é prefeito de Soledade pelo MDB na gestão 2025-2028 e nasceu em 6 de outubro de 1966, em Santa Rosa. Sua volta ao comando do Executivo soledadense ocorre em um ciclo em que a cidade combina obras de circulação, demandas de desenvolvimento econômico e maior articulação regional. À frente da Amasbi, ele passa a trabalhar com temas que saem da rotina de uma única prefeitura e alcançam municípios que dependem de estradas, produção rural, comércio, capacitação e acesso a programas estaduais.

Soledade ajuda a explicar essa agenda. A cidade ocupa posição regional no Alto da Serra do Botucaraí, tem relação direta com a BR-386 e concentra atividades ligadas ao comércio, aos serviços, à agricultura, ao turismo de negócios e ao setor de pedras preciosas. O reconhecimento como Capital Nacional das Pedras Preciosas reforça uma cadeia que movimenta empregos, empresas, feiras, visitantes e fornecedores. Para uma prefeitura que convive com esse conjunto, a pauta regional passa por circulação, infraestrutura, formação profissional e ambiente econômico para manter atividade e renda.

A Amasbi entra nesse ponto como espaço de organização entre municípios que enfrentam problemas semelhantes, embora cada um tenha seu território, sua arrecadação e suas limitações técnicas. Estradas com ligação frágil, acessos sem pavimento, falta de cursos perto da população, turismo disperso, produtores pressionados por dívidas, serviços públicos caros e dificuldade de usar programas estaduais formam uma agenda que perde força quando aparece isolada. Reunidas, as prefeituras conseguem ordenar prioridades, dividir informações, preparar equipes e apresentar demandas com maior consistência ao Estado.

As ligações asfálticas estão entre os



Sob a condução de Paulo Ricardo Cattaneo, a Amasbi cumpre seu papel quando essas pontas passam a andar no mesmo sentido e ajudam a região a converter produção, serviços e circulação em resultados que possam ser percebidos nas cidades

INSCREVA-SE @revistaemevidencia



temas mais sensíveis para a região. Em municípios com comunidades rurais, produção agrícola e deslocamentos frequentes até centros de referência, um acesso limitado encarece transporte, alonga viagens e dificulta atendimento de saúde, transporte escolar, comércio, turismo e escoamento da produção. A discussão regional sobre trechos como Mormaço a Espumoso, Mormaço a Victor Graeff e melhorias em pontes e conexões cria uma pauta de infraestrutura com efeito direto sobre famílias, produtores, estudantes, pacientes, empresas e prefeituras que precisam manter serviços funcionando em territórios amplos.

Jovens e trabalhadores de municípios fora dos grandes centros encontram menos oferta de cursos, enquanto empresas locais precisam contratar pessoas preparadas para funções técnicas, industriais, comerciais e de serviços. A habilitação de municípios da região no Programa Carretas do Saber, com unidades móveis de capacitação, aproxima a formação da população e reduz o custo de deslocamento para quem busca uma oportunidade. Alto Alegre, Campos Borges, Espumoso, Lagoão e Soledade entram nesse mapa como pontos capazes de receber cursos e aproximar emprego, renda e permanência no território.

Essa ligação entre Soledade e Amasbi dá à presidência de Paulo Cattaneo um eixo territorial claro. A rotina de uma cidade polo, atravessada por rodovia federal, comércio regional, setor de pedras preciosas, agricultura, turismo, cursos profissionalizantes e serviços públicos, dialoga com a situação de municípios vizinhos que buscam acesso, renda e estrutura administrativa

O turismo regional segue lógica parecida. Atrativos isolados tendem a receber menos visitantes e gerar menos retorno para restaurantes, hospedagens, guias, comércio, produtores rurais e espaços culturais. A organização de um Núcleo de Turismo e de uma ferramenta regional de divulgação dá aos municípios a chance de reunir calendário, roteiros, serviços e informações em um mesmo ambiente. Para o Alto da Serra do Botucaraí, isso significa incentivar deslocamentos entre cidades, aumentar o tempo de permanência do visitante e fazer com que a economia do turismo alcance empreendedores que dependem de fluxo constante, e não de ações soltas.

A qualificação profissional também aparece como demanda de território. A avicultura completa uma parte importante da conversa econômica. Uma cadeia desse tipo envolve produtores, integradoras, trabalhadores, transporte, fornecedores, comércio, assistência técnica e arrecadação municipal. Quando a região trata o tema de forma articulada, a discussão deixa de ficar limitada à instalação de empreendimentos e passa a envolver acesso, energia, licenciamento, mão de obra, logística e capacidade dos municípios de receber atividade produtiva com retorno local. Para famílias rurais e trabalhadores urbanos, a geração de empregos na avicultura representa diversificação de renda e circulação econômica em cidades que não podem depender de uma única base produtiva.

No campo, a securitização rural entra como pauta de fôlego financeiro. Perdas, juros, custo de produção e dificuldade de crédito reduzem a capacidade do produtor de comprar insumos, investir, contratar serviços e manter compromissos. O efeito chega às cooperativas, ao comércio, aos transportadores, às agroindústrias e às prefeituras, porque a renda rural sustenta parte relevante do movimento econômico local. Ao defender renegociação ou alongamento de dívidas, a região busca preservar produtores em atividade e evitar que o endividamento de famílias rurais se transforme em retração prolongada para os municípios.

Em Soledade, a BR-386 mostra como uma obra de grande escala exige gestão local permanente. A duplicação melhora a circulação regional, mas também altera acessos, retornos, trevos e o cotidiano de quem entra e sai da cidade. A solicitação de adequações no projeto, com novos retornos e ajustes em pontos estratégicos, procura reduzir transtornos para motoristas, trabalhadores, transportadores, moradores, pacientes, estudantes, visitantes e empresas instaladas ao longo da rodovia. A cidade depende da estrada para vender, comprar, receber serviços e atrair público; por isso, cada mudança no traçado interfere no funcionamento do comércio, da indústria, do turismo e dos serviços públicos.

Essa ligação entre Soledade e Amasbi dá à presidência de Paulo Cattaneo um eixo territorial claro. A rotina de uma cidade polo, atravessada por rodovia federal, comércio regional, setor de pedras preciosas, agricultura, turismo, cursos profissionalizantes e serviços públicos, dialoga com a situação de municípios vizinhos que buscam acesso, renda e estrutura administrativa. Quando a entidade aproxima prefeitos, equipes técnicas e governo estadual, a pauta regional deixa de depender de solicitações avulsas e passa a ganhar sequência, memória e prioridade compartilhada.

O Alto da Serra do Botucaraí avança quando suas cidades conseguem fazer a estrada encurtar deslocamentos, o curso chegar perto de quem precisa trabalhar, o produtor manter a atividade e o roteiro turístico levar o visitante a circular por diferentes municípios. Sob a condução de Paulo Ricardo Cattaneo, a Amasbi cumpre seu papel quando essas pontas passam a andar no mesmo sentido e ajudam a região a converter produção, serviços e circulação em resultados que possam ser percebidos nas cidades. ■

"A força do Alto Taquari está nessa capacidade de falar como região sem apagar a identidade de cada cidade"

ALVARO JOSÉ GIACOBBO

Prefeito de Doutor Ricardo e presidente da Amat

Entrevista: Rafaela Machado
Foto: Instagram

O Alto Taquari vive uma etapa de reconstrução depois de eventos climáticos que atingiram diretamente casas, acessos, estradas, pontes e serviços públicos. Como a Amat tem tratado esse tema sem limitar a discussão ao momento da emergência?

A emergência exige resposta rápida, mas a região aprendeu que a reconstrução precisa ser planejada. Quando uma ponte cai, uma estrada rural fica comprometida ou uma família perde a casa, o problema não termina quando a água baixa. Vêm depois os projetos, os laudos, as licenças, a busca por recursos, as contrapartidas e a necessidade de fazer uma obra que resista melhor aos próximos eventos.

A Amat tem procurado colocar esse assunto em uma dimensão regional. O Rio Taquari atravessa a vida econômica e social de muitos municípios. A interrupção de um acesso em Muçum ou Roca Sales, por exemplo, afeta deslocamentos, produção, transporte de pacientes, turismo e logística de outras cidades. Por isso, defesa civil, infraestrutura e planejamento climático precisam estar juntos. Não é um tema de um município; é uma agenda do Alto Taquari.

A associação aderiu ao AdaptaCidades e iniciou o alinhamento técnico com os 19 municípios para planos municipais e um plano regional de adaptação climática. Que resultado concreto esse tipo de trabalho pode entregar para as prefeituras?

O primeiro resultado é tirar a prevenção do campo da intenção e colocar dentro de um método. Cada município precisa entender onde estão suas áreas de risco, quais estruturas são mais vulneráveis, quais acessos podem ser interrompidos, onde há moradias expostas e que tipo de obra ou ação deve ser priorizada.

Quando isso é feito em conjunto, o ganho é maior. Um plano regional ajuda a mostrar que uma contenção, uma ponte, um desvio, uma estrada ou uma obra de drenagem pode beneficiar mais de uma cidade. Também melhora a qualidade dos pedidos de recursos, porque o município apresenta diagnóstico, prioridade e justificativa técnica. Depois dos eventos climáticos recentes, essa organização passou a ser indispensável para o Alto Taquari.

A saúde regional apareceu em pauta recente da Amat, especialmente na discussão sobre o custeio da UTI do Hospital Beneficente Santa Terezinha, em Encantado. Como equilibrar a responsabilidade dos municípios com a necessidade de apoio estadual e federal?

Os municípios sustentam a atenção básica e estão na linha de frente do atendimento diário. Ao mesmo tempo, uma UTI atende uma demanda regional e exige financiamento compatível com esse papel. Quando a Amat reúne prefeitos, secretários de saúde e direção hospitalar, o objetivo é mostrar a realidade com dados e buscar uma saída institucional.

Encantado tem uma função importante nesse arranjo, mas o atendimento não se limita a Encantado. Pacientes de várias cidades dependem da estrutura hospitalar regional. O que a associação defende é uma conversa responsável: os municípios reconhecem a importância do serviço, ajudam na articulação e cobram que Estado e União participem de forma adequada no custeio da média e alta complexidade.

Transporte de pacientes é um tema sensível em regiões com cidades espalhadas, estradas rurais e serviços concentrados em polos. O que a Amat pode fazer nessa pauta?

Pode organizar o problema. Muitas vezes cada prefeitura resolve seu transporte da forma possível, com veículos, motoristas, horários e custos próprios. Quando a associação reúne as informações, fica mais claro onde estão os gargalos: deslocamentos longos, consultas em cidades de referência, exames fora do município, pacientes que precisam sair cedo e retornar tarde.

A Amat pode ajudar a levar essa realidade aos hospitais, coordenadorias, secretarias estaduais e parlamentares. Também pode estimular soluções compartilhadas quando fizer sentido. A consequência prática é reduzir o improviso e dar mais previsibilidade para o cidadão, especialmente em municípios como Relvado, Coqueiro Baixo, Itapuca,

São Valentim do Sul e outros que dependem de deslocamentos frequentes para serviços especializados.

A Rota Pelos Caminhos do Pão e do Vinho voltou à pauta da região, envolvendo municípios como Roca Sales, Muçum, Encantado, Doutor Ricardo e Anta Gorda. Por que essa obra tem peso regional?

Ela tem peso porque liga turismo, produção, segurança viária e reconstrução. A pavimentação melhora o deslocamento de moradores, facilita o acesso de visitantes e ajuda no escoamento da produção. Em uma região marcada por agroindústria, agricultura familiar, vitivinicultura, leite, suínos, aves e pequenas propriedades, a estrada não é somente passagem; é parte da economia.

Também há um componente de resiliência. Depois das enchentes, ficou evidente que a região precisa de alternativas de circulação. Quando um trecho é interrompido, a vida de várias cidades é afetada. A Rota Pelos Caminhos do Pão e do Vinho pode criar uma conexão mais segura entre o Vale do Taquari e a Serra, fortalecendo o turismo e dando novas opções logísticas para os municípios.

A base econômica do Alto Taquari combina produção rural, agroindústria, cooperativismo, comércio local e serviços. Como essa diversidade entra na pauta da associação?

Entra pela arrecadação, pelas estradas, pelo licenciamento, pela mão de obra, pela energia, pelo acesso a mercados e pelo retorno de ICMS. Um município com forte produção primária precisa de estrada rural em condições de uso, pontes seguras e legislação compreensível. Um município com agroindústria precisa de ambiente adequado para trabalhar, contratar e investir. Uma cidade com comércio e serviços precisa de movimento regional.

A Amat precisa olhar para tudo isso de forma integrada. Guaporé tem uma dinâmica econômica diferente de Doutor Ricardo. Encantado tem serviços e turismo em outro patamar de circulação. Anta Gorda, Ilópolis, Arvorezinha, Putinga e Nova Bréscia têm uma ligação forte com a produção e com cadeias locais. A associação não uniformiza os municípios; ela procura fazer com que cada vocação tenha espaço dentro de uma pauta comum.

A reforma tributária e seus efeitos sobre o ICMS preocupam muitos gestores municipais, principalmente em cidades com forte base no setor primário. Como o senhor enxerga essa discussão para o Alto Taquari?

É uma discussão que precisa ser acompanhada com muita atenção técnica. Municípios com economia baseada na produção rural podem sentir mudanças importantes na forma de distribuição de receitas. Para uma prefeitura, perda de arrecadação significa menos capacidade de manter serviços, conservar estradas, investir em máquinas, apoiar escolas, unidades de saúde e equipes de atendimento.

A Amat tem papel de reunir informação qualificada e levar a preocupação dos prefeitos para a Famurs, para os deputados e para os órgãos responsáveis. O município sozinho tem pouco espaço para alterar uma regra nacional. A região organizada consegue mostrar o efeito concreto da mudança sobre cidades que produzem, geram movimento econômico e precisam de retorno compatível para manter a estrutura pública funcionando.

Em 2026, a Amat realizou agenda em Doutor Ricardo com reunião ampliada, Assembleia Geral, debate com a Secretaria Estadual da Mulher e atividade cultural. O que esse formato revela sobre a forma de trabalho da associação?

Revela que a associação precisa tratar a gestão municipal de forma ampla. A reunião de prefeitos é essencial, mas as políticas públicas também passam por primeiras-damas, secretarias, equipes técnicas, assistência social, educação, saúde e cultura. Quando a agenda reúne esses atores, a discussão fica mais próxima da realidade das cidades.

Doutor Ricardo recebeu uma programação que combinou pauta institucional, políticas para mulheres, discussão regional e valorização cultural. Esse modelo pode circular por outros municípios, porque ajuda cada cidade a mostrar sua identidade e, ao mesmo tempo, coloca temas práticos em debate. A Amat ganha força quando deixa a reunião mais próxima da vida local.

A Amat também promoveu capacitação sobre licenciamento ambiental e impactos da Lei Federal nº 15.190/2025. Por que esse tipo de orientação técnica interessa diretamente aos prefeitos?

Porque o prefeito precisa decidir, assinar, responder a órgãos de controle e dar andamento a projetos. Licenciamento ambiental está presente em obras públicas, estradas, pontes, áreas de risco, empreendimentos, regularizações e iniciativas de desenvolvimento. Quando a regra muda, a equipe municipal precisa entender o que muda na prática.

A capacitação ajuda a reduzir erro administrativo. Também dá segurança para técnicos e gestores. Em municípios com estruturas diferentes, nem sempre há equipe especializada para acompanhar cada alteração legal. A Amat consegue trazer consultoria, reunir servidores e nivelar conhecimento. Isso evita atraso em projeto, retrabalho e insegurança na tomada de decisão.

O turismo regional ganhou novo fôlego com atrativos como o Cristo Protetor, em Encantado, e com eventos ligados à gastronomia, à cultura e à produção local. Como fazer esse movimento beneficiar outros municípios do Alto Taquari?

O Cristo Protetor colocou Encantado



> Os municípios sustentam a atenção básica e estão na linha de frente do atendimento diário. Ao mesmo tempo, uma UTI atende uma demanda regional e exige financiamento compatível com esse papel. Quando a Amat reúne prefeitos, secretários de saúde e direção hospitalar, o objetivo é mostrar a realidade com dados e buscar uma saída institucional

em uma vitrine importante, mas o visitante pode circular por toda a região. Ele pode conhecer Muçum, Roca Sales, Doutor Ricardo, Anta Gorda, Ilópolis, Arvorezinha, Putinga, Santa Tereza e outras cidades com atrativos naturais, religiosos, gastronômicos, rurais e culturais. Para isso acontecer, é preciso sinalização, acessos, roteiros, calendário, divulgação conjunta e serviços preparados.

A Amat pode ajudar na articulação entre turismo e infraestrutura. O turista precisa chegar, circular, comer, comprar, se informar e voltar com boa impressão. Quando uma estrada melhora, quando um evento é divulgado regionalmente, quando uma rota é organizada, o benefício não fica em uma única cidade. Ele se espalha por restaurantes, agroindústrias, pequenos produtores, comércio, hospedagem e serviços.

Ao assumir a presidência da Amat, que prioridade o senhor considera central para manter a região unida e com capacidade de resposta diante de tantas demandas ao mesmo tempo?

A prioridade é manter uma agenda objetiva, com continuidade. A região tem muitas pautas urgentes: reconstrução, defesa civil, saúde, acessos, habitação, estradas, arrecadação, turismo, produção rural e apoio técnico às prefeituras. Se a associação tentar tratar tudo de forma dispersa, perde força. O caminho é organizar prioridades, formar posições conjuntas e acompanhar cada encaminhamento até onde for necessário.

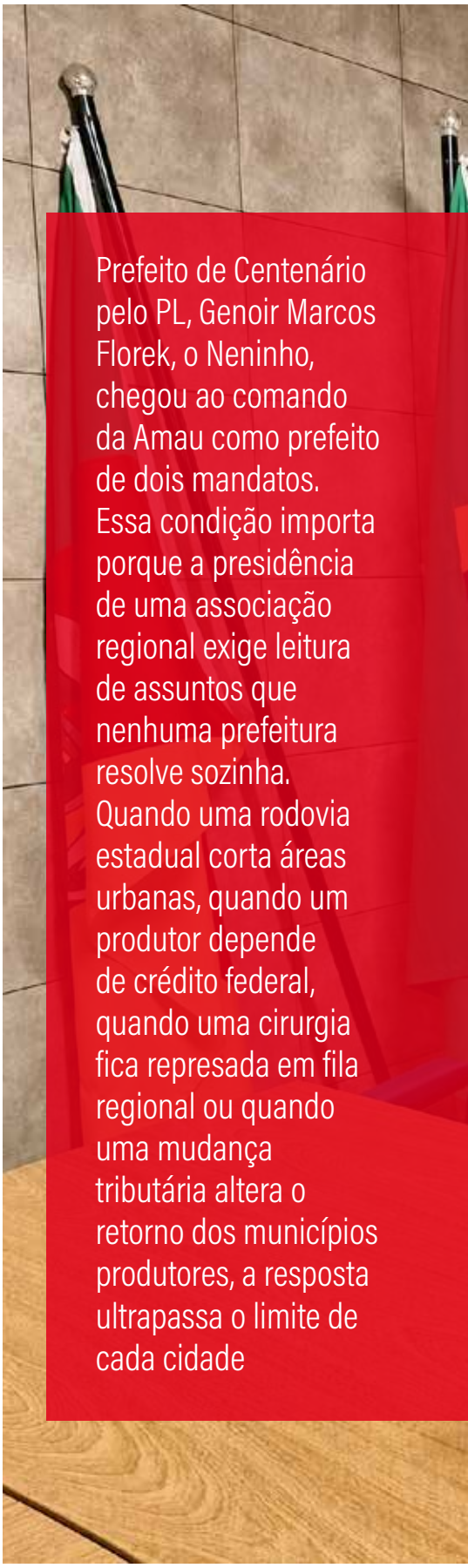
Também considero importante preservar o diálogo entre os municípios. A Amat existe porque seus municípios têm interesses comuns, mesmo com perfis diferentes. A força do Alto Taquari está nessa capacidade de falar como região sem apagar a identidade de cada cidade.

LE BERG
CDP ESCOLA SUPERIOR DIREITO PÚBLICO
MASPER TV INFINITAS POSSIBILIDADES
KAYSERMAQ DISTRIBUIDORA LTDA.

O ESTILO DE GENOIR FRENTE À PRESIDÊNCIA DA AMAU

Considerado uma referência regional, o prefeito de Centenário projeta grandes conquistas para seu mandato

Edição: Rafaela Machado
Foto: Instagram



Prefeito de Centenário pelo PL, Genoir Marcos Florek, o Neninho, chegou ao comando da Amau como prefeito de dois mandatos. Essa condição importa porque a presidência de uma associação regional exige leitura de assuntos que nenhuma prefeitura resolve sozinha. Quando uma rodovia estadual corta áreas urbanas, quando um produtor depende de crédito federal, quando uma cirurgia fica represada em fila regional ou quando uma mudança tributária altera o retorno dos municípios produtores, a resposta ultrapassa o limite de cada cidade

Genoir Marcos Florek assumiu a presidência da Amau em 2026 como prefeito de Centenário, município que integra uma região onde as decisões associativas alcançam a rotina das administrações locais. A entidade reúne 32 municípios do Alto Uruguai e chegou ao ano com pautas que atingem quem depende de estradas, crédito rural, atendimento em saúde, escolas seguras e arrecadação capaz de manter serviços municipais. Infraestrutura viária, agricultura familiar, saúde regional, reforma tributária e sede própria formam uma agenda com impacto direto sobre produtores, pacientes, estudantes e moradores que circulam entre comunidades, sedes municipais e cidades-polo.

Prefeito de Centenário pelo PL, Genoir Marcos Florek, o Neninho, chegou ao comando da Amau como prefeito de dois mandatos. Essa condição importa porque a presidência de uma associação regional exige leitura de assuntos que nenhuma prefeitura resolve sozinha. Quando uma rodovia estadual corta áreas urbanas, quando um produtor depende de crédito federal, quando uma cirurgia fica represada em fila regional ou quando uma mudança tributária altera o retorno dos municípios produtores, a resposta ultrapassa o limite de cada cidade. A Amau passa a ser o espaço de organização desses pedidos, e Genoir Florek assume a função em um ano em que esse tipo de coordenação se tornou central para o Alto Uruguai.

Centenário ajuda a explicar a lógica dessa condução. A economia local está ligada à agricultura, com soja, milho, trigo, erva-mate, feijão e fumo, e à pecuária, com bovinos e suínos. A proximidade com Erechim conecta o município a serviços, comércio, saúde e circulação regional, mas depende de acessos, estradas seguras e crédito para manter a produção rural. Em um município com essa base, uma pauta de infraestrutura ou financiamento não é abstrata: ela interfere na chegada do transporte escolar, na ida de pacientes a atendimentos, no escoamento da produção e na capacidade da prefeitura de responder a demandas que atravessam a área rural e a sede urbana.

A pauta dos acessos asfálticos resume uma reivindicação antiga do Alto Uruguai. A região chegou a 2026 com municípios que já receberam, estão com obras em andamento ou têm recursos garantidos para seus acessos, em um avanço construído por gestões municipais, pela Amau, pelo Cirau e por lideranças que mantiveram o tema ativo ao longo dos anos. O efeito prático é amplo: acesso pavimentado reduz isolamento, facilita transporte escolar, melhora a chegada de ambulâncias, dá mais segurança a trabalhadores e moradores, favorece o escoamento da produção e aproxima comunidades de serviços em cidades-polo. Na presidência de Genoir Florek, a Amau trata essa conquista como bandeira coletiva, sem

INSCREVA-SE @revistaemevidencia


MISSÃO
AMAU
ção de Municípios do Alto Uruguai
AMAU

personalizar um resultado que pertence à mobilização regional.

A audiência com o DAER mostrou que as demandas viárias dos municípios não estavam em campo genérico. Os pedidos envolveram construção de trevos, reforço de sinalização, instalação de lombadas, solução para pontos com desmoronamentos, municipalização de trechos urbanos de rodovias estaduais e andamento da ponte do Rio Tigre, em Erechim. Para Centenário, Genoir Florek levou dois pontos diretamente ligados ao cotidiano local: o trevo de acesso à comunidade de Vila Hortência, na ERS-477, e o reforço de sinalização nas proximidades da Escola Nossa Senhora de Fátima. Um trevo define entrada e saída mais segura para uma comunidade; sinalização no entorno escolar protege estudantes, famílias e trabalhadores que circulam nos horários de maior movimento. São decisões de engenharia com efeito diário sobre a segurança, a ligação rural-urbana e o tráfego regional.

Na agricultura, o Programa Bônus Mais Leite entrou na pauta da Amau porque o entrave estava no tempo e no acesso ao financiamento. Agricultores familiares dependiam de crédito do Pronaf para conseguir chegar ao benefício, mas parte das agências bancárias não tinha recursos disponíveis para essa linha. Sem prazo maior, produtores poderiam perder a possibilidade de contratar o financiamento e receber o bônus. A Amau pediu prorrogação mínima de seis meses para dar tempo à liberação de novos recursos federais e à efetivação dos contratos. Para uma região produtora, esse tipo de medida protege a renda de famílias rurais, sustenta a bacia leiteira, reduz o risco de interrupção de investimentos e evita que um problema bancário se transforme em perda concreta no interior dos municípios.

A reforma tributária abriu outra frente de preocupação para os prefeitos do Alto Uruguai. O ponto sensível está na mudança da lógica de arrecadação, com maior peso para o consumo. Para municípios produtores, isso pode alterar o retorno financeiro de esforços feitos durante anos em agricultura, agroindústrias, comércio, distritos industriais, terraplanagens, infraestrutura e programas municipais de incentivo. A questão, para Genoir Florek e os prefeitos da Amau, é preservar a capacidade de cada prefeitura manter políticas que ajudam empresas, produtores e cadeias locais a produzir. Se o município investe para viabilizar produção e recebe menor retorno desse movimento, a conta pública fica mais apertada e os programas locais podem perder continuidade.

Na saúde regional, o mutirão de cirurgias ortopédicas respondeu a uma demanda reprimida que uma prefeitura isolada não conseguiria resolver. Ortopedia afeta a mobilidade, trabalho, deslocamento e autonomia cotidiana: uma cirurgia adiada pode manter uma pessoa com dor, dificuldade para caminhar, impossibilidade de trabalhar ou dependência de familiares para tarefas simples. A articulação envolveu Erechim, a Fundação Hospitalar Santa Terezinha, o COSEMS/RS, a 11ª Coordenadoria Regional de Saúde e os municípios, porque a fila não pertence a uma única cidade. Nesse caso, a Amau ajuda a organizar a necessidade regional para que atendimento, estrutura hospitalar e decisões administrativas avancem de forma coordenada.

A questão, para Genoir Florek e os prefeitos da Amau, é preservar a capacidade de cada prefeitura manter políticas que ajudam empresas, produtores e cadeias locais a produzir. Se o município investe para viabilizar produção e recebe menor retorno desse movimento, a conta pública fica mais apertada e os programas locais podem perder continuidade

A sede própria da Amau e do Cirau também entra nessa agenda por sua função prática. O terreno em Erechim cria condição para uma estrutura permanente capaz de atender prefeituras, receber reuniões técnicas, organizar agendas, guardar materiais administrativos, dar suporte às equipes e aproximar o trabalho da associação e do consórcio. O tema tinha sido almejado por anos e foi retomado com a proposta de instalar as duas entidades em um mesmo espaço. Para os 32 municípios, a sede própria representa ganho institucional concreto: uma casa regional de trabalho, com condições para dar continuidade a pedidos, projetos, reuniões e encaminhamentos que costumam exigir acompanhamento constante.

Essas pautas dialogam com a experiência de Genoir Florek em Centenário porque estrada, crédito, escola, saúde e arrecadação não são temas distantes de uma prefeitura produtora. Cada decisão regional interfere em uma parte da rotina municipal: o ônibus que leva estudantes, a ambulância que precisa chegar a Erechim, o produtor que depende de prazo para financiar, a agroindústria que precisa de acesso, a administração que calcula como manter incentivo e serviço público. Ao levar essa lógica para a Amau, Genoir coloca a associação diante de problemas que têm nome, endereço e consequência na vida dos municípios.

A presidência de Genoir Florek na Amau encontra sentido na capacidade de converter demandas espalhadas pelos municípios em pedidos organizados: uma estrada mais segura, um prazo maior para o produtor acessar crédito, uma cirurgia que sai da fila, uma sede capaz de dar suporte às entidades e uma defesa tributária para quem sustenta a economia regional pela produção.

INSCREVA-SE @revistaemevidencia

O BOM SENSO DE UMA CARREIRA TORNA-SE O CONSENSO ENTRE OS PREFEITOS DA AMCENTRO

Prefeito de Agudo, Luís Henrique Kittel tem se destacado pelo enorme comprometimento na presidência da Associação

Edição: Rafaela Machado
Foto: Chico Pinheyro/Revista Em Evidência

Quando Luís Henrique Kittel assumiu a presidência da Amcentro em 2026, a Região Central já carregava uma agenda que pedia coordenação entre as prefeituras. À frente de Agudo, ele passou a conduzir uma entidade formada por 33 municípios em um ano marcado por discussões sobre infraestrutura, duplicação da RSC-287, previdência municipal, pressão sobre os orçamentos locais, agricultura e reconstrução depois de eventos climáticos. São assuntos que entram na rotina das administrações sem pedir licença: aparecem na estrada que precisa escoar produção, no caixa que sustenta serviços, no regime previdenciário que exige equilíbrio e na capacidade de resposta quando a emergência chega primeiro à porta da prefeitura.

Prefeito de Agudo pelo PL, Kittel chegou à Amcentro levando a experiência de um município em que a economia agrícola dá o tom de muitas decisões administrativas. Arroz, fumo, morango e outras culturas não representam apenas produção no campo; movimentam renda, transporte, máquinas, serviços, comércio e arrecadação. Essa base aproxima a presidência regional de temas que parecem separados no debate público, mas se cruzam todos os dias dentro das prefeituras: estrada, crédito, tecnologia, previdência, orçamento e cooperação entre municípios. Na condução da Amcentro, essa compreensão municipal passa a organizar uma pauta regional voltada a dar mais força a demandas que, sozinhas, perdem alcance.

Agudo entra nessa leitura como ponto de partida. O município tem na agricultura sua principal força econômica, com destaque para arroz, fumo e morango, além de milho, feijão, amendoim, soja, mandioca, batata-doce, frutas, avicultura, apicultura e pecuária. Quando a produção depende de estradas, máquinas, acesso a mercados, crédito, tecnologia, capacitação e serviços regionais, a pauta agrícola passa a conversar com infraestrutura, orçamento e organização entre municípios.

A experiência do Pró-Morango ajuda a mostrar como uma política agrícola ganha efeito quando chega ao produtor com instrumentos concretos. O programa foi criado para incentivar a produção de morango, com capacitação, assistência técnica, horas de máquinas e apoio em feiras municipais. O problema inicial está na dificuldade de diversificar renda no interior sem apoio técnico e sem estrutura mínima. Quando o município organiza conhecimento, suporte e pontos de comercialização, o resultado pode aparecer em permanência no campo, aumento de renda e valorização da produção local.

Na escala regional, a agricultura discutida pela Amcentro amplia essa mesma lógica. Produtores rurais da Região Central lidam com custos, instabilidade climática, necessidade de informação organizada, dificuldade de comparar resultados e pressão por eficiência nas lavouras. Prefeituras, secretarias municipais de Agricultura e sindicatos rurais entram nesse processo porque a produção de grãos movimenta transporte, comércio, serviços e arrecadação. A proposta de reunir dados sobre produtores, usar tecnologia para melhorar resultados na colheita do arroz e estimular rotação de culturas aponta para uma gestão agrícola menos dependente de tentativa e erro.

A previdência municipal aparece entre os temas de maior peso porque alcança a estabilidade financeira das prefeituras. Regimes próprios desequilibrados pressionam o caixa, atingem servidores ativos e aposentados, envolvem câmaras municipais e reduzem espaço para obras e serviços. A dificuldade está em despesas permanentes que crescem enquanto a arrecadação municipal segue limitada. Ao organizar o debate com orientação técnica, a Amcentro busca fazer com que cada prefeitura compreenda seus números antes que a conta se torne insustentável. O encaminhamento regional dá aos gestores melhores condições para discutir ajustes, preparar projetos, dialogar com legislativos e reduzir o risco fi-

CDP DIREITO PÚBLICO
MASPER TV INFINITAS POSSIBILIDADES
KAYSERMAQ DISTRIBUIDORA LTDA.



nanceiro.

A pressão sobre os orçamentos municipais compõem outro eixo da presidência de Kittel. As prefeituras acumulam responsabilidades em saúde, educação, infraestrutura, transporte, assistência e resposta a emergências, enquanto dependem de repasses estaduais e federais que nem sempre acompanham o volume de obrigações assumidas. Quando eventos climáticos extremos atingem uma região, a primeira resposta costuma recair sobre a estrutura local: máquinas nas estradas, acolhimento de famílias, recuperação de acessos e retomada de serviços. Esse tipo de despesa chega antes do ressarcimento e exige caixa, equipe e decisão.

A duplicação da RSC-287 concentra parte importante dessa agenda porque a rodovia interfere em desloca-

INSCREVA-SE @revistaemevidencia



Prefeito de Agudo pelo PL, Kittel chegou à Amcentro levando a experiência de um município em que a economia agrícola dá o tom de muitas decisões administrativas. Arroz, fumo, morango e outras culturas não representam apenas produção no campo; movimentam renda, transporte, máquinas, serviços, comércio e arrecadação

mentos diários, transporte de cargas, circulação de trabalhadores, segurança viária e ligação dos municípios da Região Central com Santa Maria e outras áreas do Estado. O problema afeta produtores que precisam escoar a safra, empresas que dependem de previsibilidade logística, moradores que se deslocam para serviços e famílias expostas a um corredor rodoviário de alta demanda. A antecipação da duplicação passou a ser tratada como necessidade regional, exigindo alinhamento entre prefeitos, parlamentares, governo estadual e entidades.

A relação entre Amcentro e Consórcio Intermunicipal da Região Centro reforça a tentativa de organizar demandas que atravessam fronteiras municipais. Quando uma prefeitura enfrenta sozinha um problema de custo, compra, serviço técnico ou planejamento, tende a negociar com menor volume de informação e menor capacidade de pressão. A cooperação permite reunir dados, dividir despesas, construir encaminhamentos conjuntos e dar maior consistência às solicitações feitas ao Estado, à União e a outros órgãos. Esse alinhamento interessa especialmente a municípios que precisam de respostas em áreas caras ou complexas, como infraestrutura, saúde, previdência, assistência técnica e reconstrução.

Em Agudo, a pavimentação da Rua Rolf Pachaly mostra como uma entrega municipal pode exigir coordenação prévia para evitar desperdício e retrabalho. Antes do asfaltamento, a Prefeitura encaminhou com a Corsan o deslocamento da rede de abastecimento de água existente na via. Pavimentar sem corrigir interferências subterrâneas pode levar a novas intervenções pouco depois da conclusão. Moradores, motoristas, comerciantes e serviços públicos são afetados quando uma rua passa por obras repetidas ou fica com estrutura inadequada. Ao ajustar a rede antes do capeamento, a administração busca ampliar a durabilidade da pavimentação e proteger o investimento público.

A ligação entre Agudo e Amcentro, na presidência de Luís Henrique Kittel, está na forma como as pautas de 2026 se conectam. Estrada rural, produção agrícola, previdência, orçamento, saúde, educação, infraestrutura urbana e resposta a emergências formam a rotina de uma prefeitura que precisa decidir com recursos limitados e cobrança imediata. Na Região Central, esses mesmos assuntos se repetem em municípios com economias e estruturas diferentes, mas com dependência comum de rodovias, safra, serviços regionais e repasses públicos. A função da Amcentro é organizar a conversa entre administrações que compartilham dificuldades e precisam chegar às instâncias de decisão com uma agenda sustentada por dados, prioridades e encaminhamentos possíveis.

Regimes próprios desequilibrados pressionam o caixa, atingem servidores ativos e aposentados, envolvem câmaras municipais e reduzem espaço para obras e serviços. A dificuldade está em despesas permanentes que crescem enquanto a arrecadação municipal segue limitada. Ao organizar o debate com orientação técnica, a Amcentro busca fazer com que cada prefeitura compreenda seus números antes que a conta se torne insustentável

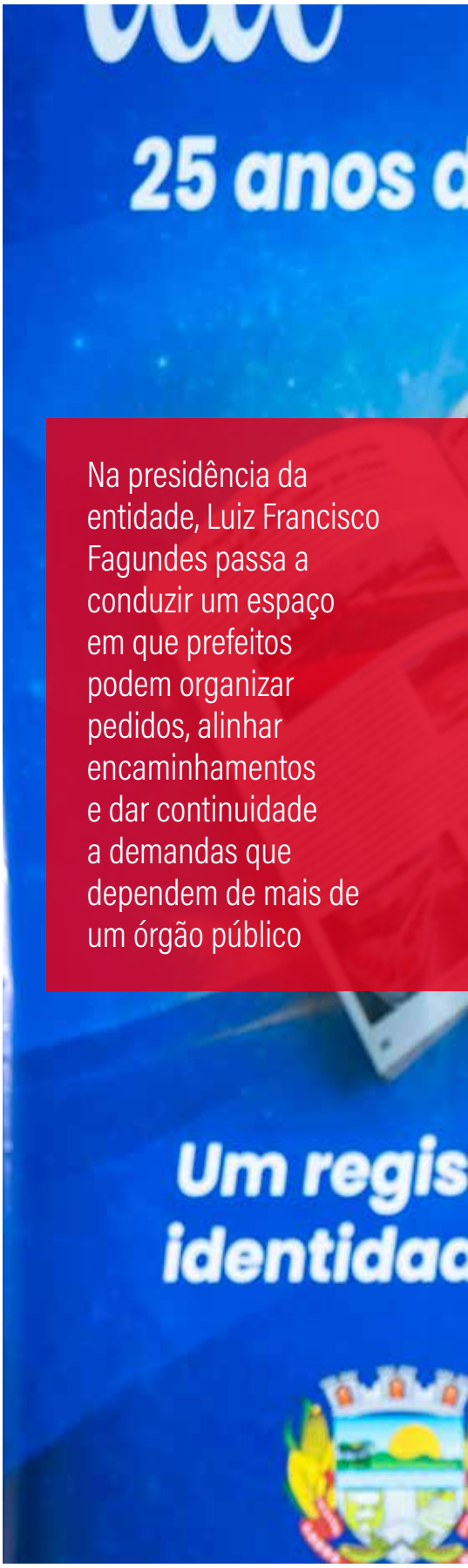
A presidência de Luís Henrique Kittel na Amcentro se define pela tentativa de organizar demandas que, isoladas em cada prefeitura, perdem força. Uma rodovia mais segura, uma previdência municipal sustentável, uma lavoura com acesso à tecnologia, uma administração com orçamento menos pressionado e uma região capaz de chegar unida às mesas de decisão formam uma pauta que nasce nos municípios e ganha sentido quando se torna projeto coletivo da Região Central.

CDP DIREITO PÚBLICO
MASPER TV INFINITAS POSSIBILIDADES
KAYSERMAQ DISTRIBUIDORA LTDA.

LAGOA BONITA DO SUL ASSUME A AMCSERRA NOVAMENTE

O perfil de Luizinho, presidente da Amcserra

Edição: Rafaela Machado
Foto: Alessandra Machado



Na presidência da entidade, Luiz Francisco Fagundes passa a conduzir um espaço em que prefeitos podem organizar pedidos, alinhar encaminhamentos e dar continuidade a demandas que dependem de mais de um órgão público

No Centro Serra, uma estrada sem pavimentação altera a rotina de quem produz, estuda, busca atendimento, transporta mercadorias ou depende de serviços em outro município. Uma dívida rural sem solução reduz o fôlego das famílias do campo e atinge cooperativas, comércio e arrecadação. Um serviço de saneamento mal acompanhado interfere nas ruas, nas casas e na capacidade da prefeitura de cobrar respostas técnicas. É nesse conjunto de demandas, espalhadas pelo território e conectadas pela mesma necessidade de organização regional, que Luiz Francisco Fagundes chegou à presidência da Amcserra em 2026, levando ao comando da entidade a experiência de prefeito reeleito de Lagoa Bonita do Sul.

Luiz Francisco Fagundes, Luizinho, é prefeito de Lagoa Bonita do Sul pelo PP e foi reeleito para a gestão 2025–2028. No mesmo ciclo administrativo, passou a presidir a Associação dos Municípios do Centro Serra. A escolha o colocou à frente de uma entidade que trata de assuntos cuja solução depende de negociação entre prefeituras, governo estadual, entidades municipalistas, órgãos técnicos e setores produtivos.

Lagoa Bonita do Sul integra a Amcserra e ocupa uma posição administrativa marcada por deslocamentos, produção agrícola, serviços municipais e relação direta com cidades vizinhas. Criado em 16 de abril de 1996, o município está a cerca de 230 quilômetros de Porto Alegre e compõe uma região em que a distância entre uma localidade e outra pesa sobre o transporte, o acesso a serviços, o escoamento da produção e a manutenção de estruturas públicas. Governar Lagoa Bonita do Sul significa lidar com estradas, agricultura, saneamento, saúde e cooperação intermunicipal como partes de uma mesma rotina de gestão.

A ligação asfáltica entre Cerro Branco e Lagoa Bonita do Sul traduz essa lógica regional. O trecho em discussão é uma demanda antiga entre os dois municípios e chegou à Secretaria Estadual de Logística e Transportes como pedido de elaboração de projeto e inclusão da obra em planos futuros de investimento. A falta de uma conexão pavimentada interfere na trafegabilidade, no deslocamento de moradores, no transporte escolar, na circulação de produtores e no acesso a serviços que muitas vezes ficam em cidades próximas. A pavimentação tende a reduzir desgaste de veículos, encurtar tempos de deslocamento, dar maior previsibilidade ao transporte de cargas agrícolas e aproximar comunidades que já compartilham comércio, atendimento público e relações produtivas.

A pauta rural levou Luiz Francisco Fagundes a atuar também na defesa de uma solução para o endividamento dos produtores gaúchos. Como o Centro Serra tem forte ligação com

INSCREVA-SE @revistaemevidencia


le Lagoa Bonita do Sul
tro da hist
le de Lagoa

CDP DIREITO PÚBLICO
MASPER TV INFINITAS POSSIBILIDADES
KAYSERMAQ DISTRIBUIDORA LTDA.

a agricultura, a dificuldade financeira no campo não para na porteira da propriedade. Ela alcança famílias, cooperativas, fornecedores, comércio local e prefeituras que dependem da circulação econômica gerada pela produção. A securitização, o alongamento ou a renegociação das dívidas aparecem como caminhos para dar fôlego ao produtor e evitar que safras comprometidas, custos elevados e crédito pressionado reduzam a capacidade de investimento. Para uma associação regional, essa mobilização permite levar ao debate estadual e nacional a situação de municípios cuja economia é sensível ao desempenho do setor primário.

A eleição por aclamação para a gestão de 2026 deu a Luiz Francisco Fagundes uma responsabilidade regional em um momento de pautas acumuladas. A escolha indica confiança dos prefeitos para conduzir assuntos que pedem continuidade, negociação e capacidade de transformar reivindicações locais em encaminhamentos com força coletiva

No saneamento, Lagoa Bonita do Sul buscou apoio técnico para acompanhar um serviço que afeta diretamente os moradores. O contrato de regulação com a Agergs transferiu à agência, em parceria com a prefeitura, a fiscalização dos serviços prestados pela Corsan. A questão envolve abastecimento de água, esgotamento sanitário, atendimento aos usuários, metas de universalização e fiscalização de obras que abrem vias públicas e exigem repavimentação adequada. O município não possui rede coletora de esgoto sanitário, e a cobrança ligada a um serviço a ser implantado preocupa a administração e os moradores. Com a regulação, a prefeitura passa a contar com orientação técnica, treinamento para a comissão municipal de fiscalização e suporte para cobrar cumprimento de normas, qualidade no atendimento e responsabilidade sobre intervenções feitas nas ruas.

A saúde regional completa esse conjunto de temas que ultrapassam a capacidade isolada de uma prefeitura. A discussão sobre a regionalização dos partos envolve gestantes, famílias, Secretaria Municipal de Saúde e serviços de referência que atendem mais de um município. Quando o local de atendimento muda ou quando a organização regional da rede é revista, a prefeitura precisa orientar famílias, garantir encaminhamentos e ajustar transporte. Para municípios do Centro Serra, a articulação entre gestores permite buscar fluxos mais claros, comunicação entre equipes e acesso menos incerto aos serviços hospitalares necessários.

A Amcserra reúne municípios que convivem com problemas parecidos, ainda que cada administração tenha suas prioridades próprias. Estradas que ligam comunidades, produtores pressionados por dívidas, contratos de saneamento, regulação de serviços e acesso a atendimento regional formam uma agenda que ganha força quando apresentada de modo conjunto. Na presidência da entidade, Luiz Francisco Fagundes passa a conduzir um espaço em que prefeitos podem organizar pedidos, alinhar encaminhamentos e dar continuidade a demandas que dependem de mais de um órgão público.

A eleição por aclamação para a gestão de 2026 deu a Luiz Francisco Fagundes uma responsabilidade regional em um momento de pautas acumuladas. A escolha indica confiança dos prefeitos para conduzir assuntos que pedem continuidade, negociação e capacidade de transformar reivindicações locais em encaminhamentos com força coletiva. Ao assumir a Amcserra, o prefeito de Lagoa Bonita do Sul passa a lidar com a exigência de manter diálogo entre municípios e levar às mesas de decisão temas que afetam o cotidiano das administrações, da produção rural e das famílias que dependem dos serviços públicos.

Em Lagoa Bonita do Sul, a busca por infraestrutura aparece também em ações de manutenção e melhoria de estradas. A recuperação de trechos de chão que ligam o município a Cerro Branco e Sobradinho já havia mobilizado a administração municipal em torno de cooperação com o Estado, uso de material como brita e tubos de concreto e execução de serviços para manter a trafegabilidade. Em áreas de produção agrícola, estrada em boas condições significa transporte escolar menos vulnerável ao clima, escoamento de safras com menor perda de tempo, deslocamento mais seguro de moradores e acesso mais regular a serviços básicos.

A condução de Luiz Francisco Fagundes na Amcserra dialoga com a administração de Lagoa Bonita do Sul porque os assuntos regionais aparecem primeiro como problemas do dia a dia municipal. A estrada que precisa de projeto, o produtor que precisa renegociar dívida, o saneamento que exige fiscalização técnica e a saúde que depende de rede organizada chegam ao prefeito como demandas de moradores, famílias rurais, servidores, comerciantes e equipes municipais. Ao levar esses temas para a associação, o município deixa de depender apenas de pedidos isolados e passa a compor uma articulação regional com maior clareza de prioridades.

A presidência de Luiz Francisco Fagundes na Amcserra será medida pela capacidade de converter demandas espalhadas do Centro Serra em encaminhamentos concretos: uma ligação asfáltica que encurta distâncias, uma renegociação rural que dá fôlego ao produtor, uma regulação de saneamento que protege moradores e uma associação capaz de levar a região com mais clareza às mesas de decisão. ■

INSCREVA-SE @revistaemevidencia

"A Amesne não pode ser apenas uma mesa de prefeitos. A associação também precisa funcionar como espaço técnico para secretários, equipes municipais e servidores que executam as políticas no dia a dia"

NELTON CARLOS CONTE

Presidente da Amesne e do Cisga e prefeito de Fagundes Varela

Edição: Rafaela Machado
Foto: Acervo

A Amesne tem sede em Bento Gonçalves, reúne cidades com perfis econômicos muito fortes e chega à gestão 2026/2027 tendo o senhor, prefeito de Fagundes Varela, na presidência. O que muda quando a associação passa a ser conduzida por um município com outra escala administrativa dentro de uma região que também tem referências como Caxias do Sul, Bento Gonçalves, Carlos Barbosa e Garibaldi?

A primeira responsabilidade é justamente compreender essa diversidade. A Amesne reúne municípios com vocações próprias, estruturas diferentes e demandas que, muitas vezes, se encontram no mesmo ponto: infraestrutura, saúde, educação, arrecadação, defesa civil e capacidade técnica para executar políticas públicas. Estar em Fagundes Varela ajuda a olhar com muita atenção para a realidade dos municípios que dependem de apoio regional para acessar projetos, programas e decisões de Estado.

Ao mesmo tempo, a presença de cidades como Bento Gonçalves, Caxias do Sul, Carlos Barbosa, Garibaldi e Veranópolis dá à região uma força institucional muito importante. A associação precisa fazer essa ligação: usar a expressão econômica e técnica dos maiores centros da Encosta Superior do Nordeste para beneficiar o conjunto dos municípios, sem perder de vista as necessidades de cidades como Vila Flores, Cotiporã, Santa Tereza, Coronel Pilar, São Jorge e Vista Alegre do Prata.

A Encosta Superior do Nordeste tem indústria, vitivinicultura, turismo, agricultura familiar e serviços especializados. Como transformar essa diversidade em uma pauta comum, sem reduzir a região a um único setor?

A região não pode ser lida por um setor só. Bento Gonçalves tem uma força muito clara no vinho, no turismo e nos eventos. Caxias do Sul tem uma base industrial e metalmecânica que conversa com o Estado inteiro. Carlos Barbosa, Garibaldi, Farroupilha, Antônio Prado e Veranópolis também têm economias com identidade própria, envolvendo indústria, produção rural, móveis, alimentos, serviços e turismo.

O papel da Amesne é organizar essa pauta de forma prática. Quando falamos em estradas, acessos, qualificação profissional, saneamento, habitação ou saúde regional, estamos tratando de condições para que todos esses setores continuem funcionando. A indústria precisa de logística. O turismo precisa de acesso, segurança e serviços. A agricultura familiar precisa de estrada, escola, internet e assistência. A associação trabalha para que essas pautas cheguem ao Estado e à União com mais clareza.

A Amesne já tratou de acesso asfáltico aos municípios em reuniões regionais. Em uma região de produção, indústria, turismo e transporte diário de pessoas, por que essa pauta continua tão sensível?

Porque o acesso não é apenas deslocamento. Para um município da Encosta Superior do Nordeste, uma ligação asfáltica adequada influencia transporte escolar, chegada de insumos, escoamento de produção, atendimento de saúde, deslocamento de trabalhadores e circulação turística. Uma estrada em más condições atinge a economia e a rotina das famílias.

Na nossa região, há municípios que dependem muito de conexões com Bento Gonçalves, Caxias do Sul, Nova Prata, Veranópolis e outros polos. Quando uma via tem gargalo, ponte vulnerável, trecho sem pavimento ou manutenção insuficiente, isso aparece no orçamento municipal e na vida de quem precisa circular todos os dias. A Amesne tem que manter esse tema como prioridade permanente



> A primeira é infraestrutura. A indústria precisa de acesso, energia, internet, mão de obra qualificada, licenciamento ágil e segurança jurídica para investir. A segunda é formação. Municípios como Caxias do Sul, Bento Gonçalves, Carlos Barbosa, Farroupilha e Garibaldi têm uma base produtiva que exige trabalhadores preparados, e isso passa por educação, cursos técnicos e aproximação com instituições de ensino

junto ao Estado e aos órgãos responsáveis.

Saúde regional é uma das áreas em que os municípios sentem pressão diária, especialmente com consultas, exames, cirurgias e transporte de pacientes. Qual é o papel da associação nessa articulação?

A saúde precisa ser tratada de forma regional porque nenhum município resolve sozinho toda a demanda. Há atendimentos básicos que ficam na cidade de origem, mas exames, especialidades, cirurgias e serviços de maior complexidade dependem de referência regional e de uma rede bem organizada.

A Amesne pode ajudar criando ambiente de diálogo entre prefeitos, secretários e Estado. Transporte de pacientes, filas de especialidades e acesso hospitalar são temas que precisam de dados, pactuação e cobrança institucional. Quando vários municípios levam a mesma demanda de forma organizada, a chance de resposta é maior.

Também é importante aproximar os gestores de saúde. A experiência de um município pode ajudar outro. O que funciona em Veranópolis, Nova Bassano, Serafina Corrêa, Guaporé ou Bento Gonçalves pode orientar ajustes em outras realidades, sempre respeitando a estrutura de cada cidade.

Secretários de Educação dos municípios da Amesne realizaram reunião de alinhamento em 2025, tratando de inclusão, Educação Infantil e Censo Escolar. O que esse tipo de encontro revela sobre a função técnica da associação?

Revela que a Amesne não pode ser apenas uma mesa de prefeitos. A associação também precisa funcionar como espaço técnico para secretários, equipes municipais e servidores que executam as políticas no dia a dia.

Na educação, temas como inclusão, Educação Infantil e Censo Escolar têm efeito direto no planejamento das redes municipais. Um preenchimento correto do Censo influencia programas, repasses e leitura da realidade escolar. A troca entre secretários ajuda a evitar erros, compartilhar soluções e preparar melhor os municípios para as exigências legais e pedagógicas.

A região reúne cidades com forte presença industrial, especialmente em áreas como metalmecânica, móveis, alimentos e componentes. Que pauta municipalista conversa diretamente com esse setor produtivo?

A primeira é infraestrutura. A indústria precisa de acesso, energia, internet, mão de obra qualificada, licenciamento ágil e segurança jurídica para investir. A segunda é formação. Municípios como Caxias do Sul, Bento Gonçalves, Carlos Barbosa, Farroupilha e Garibaldi têm uma base produtiva que exige trabalhadores preparados, e isso passa por educação, cursos técnicos e aproximação com instituições de ensino.

A terceira pauta é arrecadação. Quando a economia local cresce, o município precisa receber retorno adequado para manter serviços. O debate sobre ICMS, repasses e competências municipais é muito importante, porque a prefeitura é cobrada por estradas, saúde, educação, limpeza, iluminação e atendimento direto à população.

Turismo, enoturismo, gastronomia e eventos são marcas muito fortes da Serra Gaúcha. Como a Amesne pode tratar turismo como política regional, e não apenas como divulgação de atrativos?

Turismo depende de gestão pública. O visitante chega por uma estrada, usa sinalização, circula por espaços urbanos, depende de segurança, limpeza, atendimento, informação e serviços. Quando falamos em enoturismo em Bento Gonçalves, roteiro histórico em Antônio Prado, experiências em Garibaldi, Farroupilha e Flores da Cunha, estamos falando de uma cadeia que envolve também municípios do entorno.

A Amesne pode ajudar a aproximar os municípios em pautas como acessos, calendário de eventos, qualificação de atendimento, sinalização e infraestrutura. Muitas vezes, o turista não enxerga a divisão administrativa entre uma cidade e outra. Ele circula pela região. Por isso, o planejamento também precisa ter leitura regional.

Eventos climáticos recentes aumentaram a preocupação dos municípios gaúchos com prevenção, resposta rápida e reconstrução. Na Encosta Superior do Nordeste, que tipo de encaminhamento regional faz sentido nessa área?

Defesa civil exige preparação antes da emergência. A região tem áreas de encosta, vales, estradas interiores, pontes, comunidades rurais e pontos sensíveis para deslizamentos, enxurradas e bloqueios. Cada município conhece seus riscos, mas muitos protocolos podem ser compartilhados.

A Amesne pode fortalecer a troca entre coordenadorias municipais, buscar apoio técnico, acompanhar editais, organizar demandas de equipamentos e defender obras preventivas. Também é importante melhorar a comunicação entre municípios vizinhos, porque uma chuva forte em uma cidade pode afetar acessos, transporte escolar, abastecimento e saúde em outra.

Municípios da Amesne têm realidades administrativas distintas. Em temas como projetos, convênios, prestação de contas e acesso a recursos, como a associação pode reduzir desigualdades de capacidade técnica?

A associação precisa oferecer apoio técnico e articulação. Muitas vezes o município tem a demanda, tem urgência, mas não dispõe de equipe suficiente para acompanhar editais, elaborar projetos, responder exigências e prestar contas dentro do prazo.

Quando a Amesne organiza reuniões, traz especialistas, aproxima os municípios da Famurs, do Estado, da União e de órgãos de controle, ela ajuda a evitar perda de oportunidades. Isso vale para saneamento, habitação, infraestrutura, educação, saúde e defesa civil. O resultado prático é simples: municípios melhor orientados conseguem chegar mais preparados às fontes de recurso.

Ao final da gestão 2026/2027, que tipo de resultado o senhor considera mais importante para a Amesne deixar aos municípios associados?

O resultado mais importante é uma associação presente, respeitada e útil para os municípios. A Amesne precisa ajudar prefeitos e equipes a encaminhar demandas concretas, abrir portas junto ao Estado e à União, organizar pautas regionais e fortalecer a cooperação entre cidades com perfis diversos.

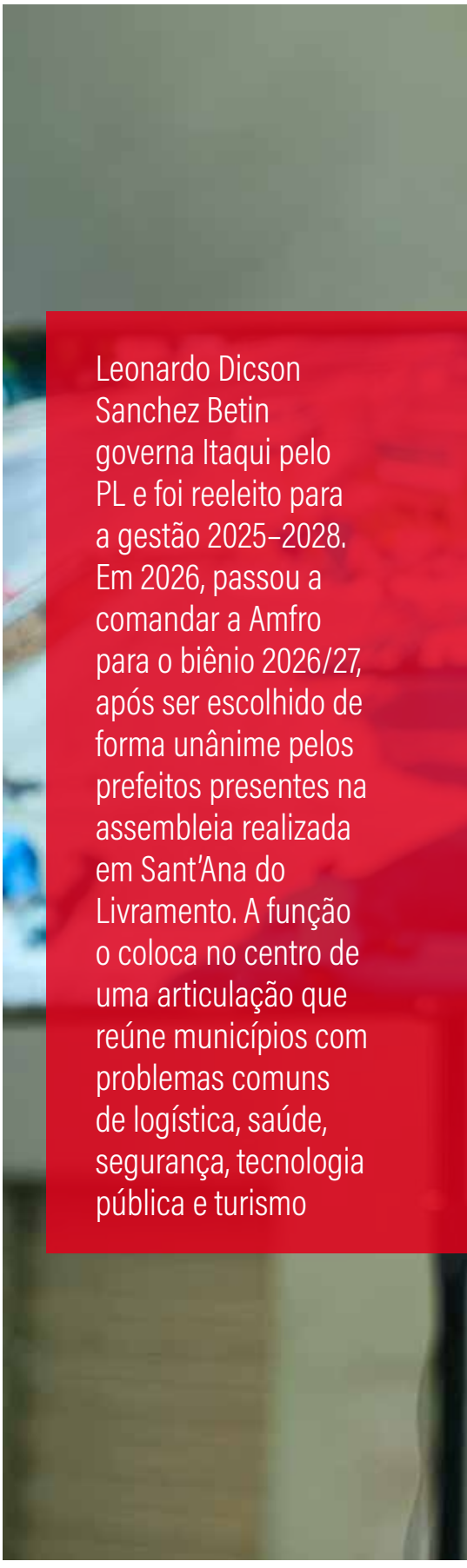
Também considero essencial deixar uma agenda clara de prioridades: infraestrutura, saúde regional, educação, defesa civil, apoio técnico, arrecadação e desenvolvimento. A Encosta Superior do Nordeste tem peso econômico, cultural e institucional. Quando a região fala de forma organizada, ela consegue defender melhor aquilo que seus municípios precisam para atender bem a população.

CDP DIREITO PÚBLICO
MASPER TV INFINITAS POSSIBILIDADES
KAYSERMAQ DISTRIBUIDORA LTDA.

SAIBA QUAIS SÃO AS PRIORIDADES DA NOVA DIRETORIA DA AMFRO

Leonardo Dicson Sanchez Betin, reeleito em Itaqui, assume uma gestão desafiadora de uma região que luta arduamente para voltar a ser reconhecida pelo restante do Rio Grande

Rafaela Machado
Foto: Acervo Pessoal



Leonardo Dicson Sanchez Betin governa Itaqui pelo PL e foi reeleito para a gestão 2025–2028. Em 2026, passou a comandar a Amfro para o biênio 2026/27, após ser escolhido de forma unânime pelos prefeitos presentes na assembleia realizada em Sant'Ana do Livramento. A função o coloca no centro de uma articulação que reúne municípios com problemas comuns de logística, saúde, segurança, tecnologia pública e turismo

Na Fronteira Oeste, a distância entre cidades, a BR-290, o Rio Uruguai, a rede regional de saúde e a segurança pública formam uma mesma agenda administrativa. A rodovia concentra cargas, viagens, acesso a serviços e ligação com outros centros. O rio marca Itaqui como município de fronteira, conectado à Argentina e ao movimento de produção, comércio e deslocamentos que atravessa a região. É desse território que Leonardo Betin, prefeito reeleito de Itaqui, chegou à presidência da Amfro em 2026, levando para a associação demandas que nenhuma prefeitura resolve sozinha.

Leonardo Dicson Sanchez Betin governa Itaqui pelo PL e foi reeleito para a gestão 2025–2028. Em 2026, passou a comandar a Amfro para o biênio 2026/27, após ser escolhido de forma unânime pelos prefeitos presentes na assembleia realizada em Sant'Ana do Livramento. A função o coloca no centro de uma articulação que reúne municípios com problemas comuns de logística, saúde, segurança, tecnologia pública e turismo. Sua condução parte da experiência de um prefeito que administra uma cidade de fronteira e lida com demandas urbanas, rurais e regionais.

Itaqui ajuda a explicar o tipo de pauta que Leonardo Betin leva para a Amfro. O município fica às margens do Rio Uruguai, em contato direto com a Argentina, e integra uma faixa do Estado em que agricultura, arroz, soja, trigo, pecuária, comércio, serviços e circulação regional sustentam boa parte da economia. Essa combinação exige estradas preparadas para produção e pessoas, serviços públicos capazes de atender áreas urbanas e interiores extensos, e gestão municipal conectada a temas que ultrapassam o limite local.

A duplicação da BR-290 ocupa lugar central nessa agenda porque a rodovia sustenta a ligação da Fronteira Oeste com a Região Central, a Região Metropolitana e os corredores do Mercosul. A pista simples, os trechos com conservação insuficiente e a demora de investimentos afetam motoristas, transportadores, produtores, comerciantes, turistas, pacientes, estudantes e trabalhadores. A Amfro mantém a pauta na agenda integrada da região, cobrando planejamento, prioridade e recursos para uma obra com efeito sobre segurança viária, custo de transporte, escoamento da produção e acesso entre municípios. Para Itaqui e para as demais cidades associadas, a rodovia define parte importante da capacidade de competir, atrair atividade econômica e reduzir gargalos de deslocamento.

Na saúde regional, a defesa de um hospital junto à Unipampa responde a um problema antigo da Fronteira Oeste: longas viagens para atendimentos de maior complexidade e dependência de referências distantes. Pacientes e famí-

INSCREVA-SE @revistaemevidencia


GOVTECH
SUMMIT
2024

CDP DIREITO PÚBLICO
MASPER TV INFINITAS POSSIBILIDADES
KAYSERMAQ DISTRIBUIDORA LTDA.

lias enfrentam deslocamentos cansativos, secretarias municipais absorvem custos de transporte e hospitais locais convivem com limites de estrutura. A Amfro passou a tratar o hospital regional como interesse conjunto, ao lado da universidade e de lideranças municipais, com o objetivo de ampliar a capacidade de atendimento na própria região. Uma referência hospitalar dessa natureza pode reduzir viagens, organizar fluxos de saúde e aliviar parte da pressão que hoje recai sobre municípios e famílias.

A segurança pública entra na agenda da Amfro pela própria configuração territorial da Fronteira Oeste. Municípios de fronteira lidam com circulação entre países, grandes distâncias internas, áreas rurais extensas, estradas de ligação e demandas que atingem moradores, produtores, comércio, escolas e transportadores

A segurança pública entra na agenda da Amfro pela própria configuração territorial da Fronteira Oeste. Municípios de fronteira lidam com circulação entre países, grandes distâncias internas, áreas rurais extensas, estradas de ligação e demandas que atingem moradores, produtores, comércio, escolas e transportadores. A resposta depende de coordenação entre prefeituras, forças de segurança e estruturas estaduais e federais. Ao manter o tema entre as prioridades regionais, a associação busca dar escala política a necessidades que aparecem em diferentes pontos do território: policiamento compatível com a extensão das áreas atendidas, melhor organização de informações, proteção de rotas e estrutura adequada para cidades que vivem a fronteira todos os dias.

A pauta de sistemas modernos voltados a cidades inteligentes precisa ser lida pelo uso administrativo direto. Prefeituras precisam acompanhar demandas, organizar atendimento, controlar dados, dar resposta a moradores e permitir que secretarias trabalhem com informação confiável. Quando a Amfro coloca esse tema na sua agenda, o encaminhamento mira ferramentas que ajudem gestores e servidores a enxergar problemas com rapidez, reduzir perda de informação e acompanhar tarefas que envolvem saúde, obras, assistência, fiscalização, infraestrutura e atendimento ao cidadão. O efeito esperado é uma administração regionalmente melhor equipada, com municípios menos dependentes de controles frágeis e respostas improvisadas.

Em Itaqui, a saúde municipal oferece um exemplo de como gestão local e pauta regional se encontram. Em 2025, a administração informou volume superior a 153 mil consultas médicas na atenção básica e aquisição de novos veículos para reforçar serviços. Esse tipo de entrega responde a uma demanda cotidiana de pacientes que procuram atendimento perto de casa, equipes que precisam de condições de trabalho e moradores do interior que dependem de deslocamentos organizados. A ampliação de atendimentos e a renovação de parte da frota melhoram a capacidade de resposta da rede municipal e dão mais previsibilidade ao transporte de usuários e equipes.

Na infraestrutura urbana, a pavimentação de ruas no bairro Promorar mostra outra frente de administração com impacto direto sobre a rotina de moradores. Ruas sem pavimento acumulam poeira em períodos secos, barro em dias de chuva, dificultam a circulação de veículos, prejudicam o acesso de serviços públicos e interferem no comércio local. O início da pavimentação de diversas vias do bairro encaminha uma demanda ligada à mobilidade e à estrutura urbana. A melhoria das ruas facilita a entrada de transporte, atendimento de equipes públicas, circulação de famílias e deslocamento de trabalhadores.

A reorganização financeira também compôs o primeiro ano da nova gestão, com medidas de contenção, revisão de despesas e priorização de serviços essenciais diante de insuficiência financeira e compromissos pendentes. Em uma prefeitura, esse tipo de decisão atinge secretarias, fornecedores, equipes e serviços que dependem de previsibilidade. A opção por restringir gastos e recompor capacidade de pagamento tem sentido administrativo quando protege áreas básicas e cria condições para manter saúde, educação, infraestrutura e serviços urbanos em operação.

A Amfro, sob Leonardo Betin, conecta essas frentes locais a uma lógica regional. A experiência de Itaqui mostra que a rodovia interfere no preço e no tempo dos deslocamentos, que a saúde municipal depende de apoio regional, que a segurança exige estrutura compatível com a fronteira e que ferramentas de gestão ajudam a organizar demandas acumuladas. Quando esses temas chegam à associação, deixam de ser reivindicações isoladas de uma prefeitura e passam a compor uma agenda comum entre municípios que dividem estradas, fluxos econômicos, desafios de atendimento e representação diante do Estado e da União.

A presidência de Leonardo Betin na Amfro será medida pela capacidade de converter temas estruturais da Fronteira Oeste em encaminhamentos compreensíveis para quem vive nos municípios: uma BR-290 mais segura, uma referência regional de saúde, ferramentas públicas de gestão, segurança compatível com a fronteira e desenvolvimento que considere a produção, o comércio e a circulação entre cidades. Entre o Rio Uruguai e a rodovia, entre o atendimento local e a articulação regional, a associação terá força quando conseguir fazer dessas pautas uma agenda de resultados possíveis para a Fronteira Oeste.

INSCREVA-SE @revistaemevidencia

QUEM É E O QUE ALMEJA O NOVO PRESIDENTE DA AMLINORTE

A eleição de Marcos Venicius colocou Morrinhos do Sul na condução de uma associação que precisa lidar com demandas de praia, campo, lagoas, rios, áreas urbanas, turismo, produção e infraestrutura

Edição: Rafaela Machado
Foto: Acervo Pessoal

O Litoral Norte impõe aos prefeitos uma administração em duas velocidades. Durante boa parte do ano, a rotina passa por comunidades do interior, estradas locais, lavouras, escolas, unidades de saúde, serviços urbanos e licenciamento. No verão, a mesma região recebe fluxo ampliado de moradores temporários e visitantes, com pressão sobre trânsito, segurança, saneamento, turismo e atendimento público. É nesse território, marcado por crescimento urbano e áreas ambientais sensíveis, que Marcos Venicios Evaldt da Silveira, prefeito reeleito de Morrinhos do Sul, assumiu em 2026 a presidência da Amlinorte. Marcos Venicios chega ao comando da associação como prefeito de Morrinhos do Sul pelo PP, reeleito para a gestão 2025–2028. A eleição para a presidência da Amlinorte ocorreu em 23 de janeiro de 2026, com escolha unânime dos gestores municipais. A partir daí, a condução da entidade passou a ser exercida por um prefeito de cidade situada entre a área rural, as comunidades de encosta, os caminhos de turismo e a ligação com municípios litorâneos que sentem de forma intensa os efeitos da temporada.

Morrinhos do Sul ajuda a explicar a pauta regional que Marcos Venicios leva para a Amlinorte. O município integra o Litoral Norte, mas sua rotina não se limita à faixa de praia. Agricultura familiar, turismo rural, grutas, trilhas, cascatas, morros, vales e comunidades do interior formam um ambiente em que acesso, saneamento, licenciamento, preservação e serviços públicos estão ligados. A proximidade com Torres, Três Cachoeiras, Mampituba, Três Forquilhas e outros municípios reforça essa condição de passagem entre o interior, a Serra e as cidades costeiras.

As Diretrizes Ambientais do Litoral Norte ocupam lugar central nessa agenda porque a região convive com expansão urbana, pressão imobiliária, turismo intenso, áreas de dunas, campos arenosos, rios, lagoas e necessidades de saneamento. Prefeituras, moradores, empreendedores, agricultores, serviços de turismo e órgãos ambientais dependem de regras compreensíveis para planejar obras, licenciar atividades e proteger áreas sensíveis. A atualização dessas diretrizes organiza limites, possibilidades de uso e responsabilidades municipais, com participação das prefeituras e acompanhamento técnico do Estado. Quando essas referências ficam claras, o licenciamento tende a ganhar segurança e o crescimento regional passa a ter parâmetros comuns.

O saneamento entra na mesma lógica. Em municípios com áreas urbanas em expansão, ruas ainda em estruturação e comunidades próximas a cursos d'água, a falta de tratamento adequado e de drenagem cria problemas que aparecem em alagamentos, escoamento deficiente, manutenção constante e risco sanitário. Em Morrinhos do Sul, foi apresentado um projeto que contempla sistema de tratamento de esgoto, asfaltamento de ruas e obras de drenagem. A medida alcança moradores, equipes municipais, circulação local e saúde pública, porque reduz pontos de vulnerabilidade na infraestrutura urbana e enfrenta uma cadeia de problemas que pesa sobre as prefeituras.

> A comunidade de Perdida teve garantidos mais de R$ 2 milhões para pavimentação asfáltica. Em lugares assim, estrada sem pavimento não afeta somente o conforto de quem transita. Ela interfere na saída da produção, no transporte escolar, na chegada de serviços públicos, no deslocamento de moradores, na visita de familiares e no turismo rural. A pavimentação encaminha uma resposta a esse isolamento relativo e pode dar maior regularidade à ligação da comunidade com a sede municipal e com os serviços

CDP DIREITO PÚBLICO
MASPER TV INFINITAS POSSIBILIDADES
KAYSERMAQ DISTRIBUIDORA LTDA.



Antes de chegar à presidência da Amlinorte, Marcos Venicios já exercia função de articulação regional no Cidirur, consórcio intermunicipal voltado à infraestrutura rodoviária urbana e rural. Essa experiência importa porque municípios do Litoral Norte e entorno compartilham problemas que raramente terminam na divisa administrativa

INSCREVA-SE @revistaemevidencia

Nos acessos comunitários, a leitura de Marcos Venicios também parte de situações muito concretas. A comunidade de Perdida teve garantidos mais de R$ 2 milhões para pavimentação asfáltica. Em lugares assim, estrada sem pavimento não afeta somente o conforto de quem transita. Ela interfere na saída da produção, no transporte escolar, na chegada de serviços públicos, no deslocamento de moradores, na visita de familiares e no turismo rural. A pavimentação encaminha uma resposta a esse isolamento relativo e pode dar maior regularidade à ligação da comunidade com a sede municipal e com os serviços. O mesmo raciocínio vale para trechos como o Morro Azul, onde o asfalto melhora o deslocamento de moradores, produtores, escolas, equipes municipais e visitantes.

Essa conexão entre Morrinhos do Sul e Amlinorte dá sentido à presidência de Marcos Venicios. O prefeito vem de um município em que agricultura, turismo rural, comunidades do interior e serviços públicos dependem de circulação, planejamento e cooperação com cidades próximas. As mesmas questões aparecem em escala ampliada no Litoral Norte: licenciamento ambiental que orienta decisões municipais, saneamento que acompanha o avanço urbano, acessos que mantêm comunidades integradas, segurança que cresce em relevância na temporada, turismo que depende de estrutura e mobilidade regional

A pauta do aeroporto regional do Litoral Norte amplia essa discussão de conexão. O Aeroporto de Torres passou por investimentos e melhorias voltadas à aviação regional, com a expectativa de ampliar a capacidade de atendimento e criar nova alternativa de ligação para a região. Para municípios turísticos, setor de serviços, empresas, visitantes, saúde e defesa civil, a dificuldade de deslocamento aéreo reduz agilidade em situações emergenciais, compromissos institucionais, atração de eventos e circulação de pessoas. A defesa regional do aeroporto não atribui a obra a uma única gestão municipal; mantém a infraestrutura aérea como assunto estratégico da Amlinorte.

A segurança sazonal completa esse quadro. A Operação Verão Total 2025/2026 mobilizou servidores e serviços nas regiões com maior circulação de turistas e veranistas, com ações de segurança, prevenção, orientação e atendimento. No Litoral Norte, a chegada do verão aumenta o movimento nas praias, no comércio, nas rodovias, nos serviços municipais e nos espaços de convivência. Moradores e turistas passam a dividir uma estrutura que precisa funcionar sob pressão. A coordenação entre Estado e municípios ajuda a distribuir reforços, organizar ações e reduzir improvisos. Para a Amlinorte, acompanhar esse processo significa defender que o verão seja planejado como operação regional.

Antes de chegar à presidência da Amlinorte, Marcos Venicios já exercia função de articulação regional no Cidirur, consórcio intermunicipal voltado à infraestrutura rodoviária urbana e rural. Essa experiência importa porque municípios do Litoral Norte e entorno compartilham problemas que raramente terminam na divisa administrativa. Estradas, pontes, acessos, máquinas, projetos e serviços precisam de arranjos coletivos para reduzir custos, organizar prioridades e responder a demandas que uma prefeitura isolada nem sempre consegue enfrentar com a mesma força. A passagem por uma estrutura consorciada oferece ao prefeito uma vivência de cooperação entre administrações.

Na Amlinorte, essa lógica ganha abrangência maior. A entidade, fundada em 1996 e sediada em Osório, reúne 23 municípios: Arroio do Sal, Balneário Pinhal, Capão da Canoa, Capivari do Sul, Caraá, Cidreira, Dom Pedro de Alcântara, Imbé, Itati, Mampituba, Maquiné, Morrinhos do Sul, Mostardas, Osório, Palmares do Sul, Santo Antônio da Patrulha, Tavares, Terra de Areia, Torres, Tramandaí, Três Cachoeiras, Três Forquilhas e Xangri-lá. A eleição de Marcos Venicios colocou Morrinhos do Sul na condução de uma associação que precisa lidar com demandas de praia, campo, lagoas, rios, áreas urbanas, turismo, produção e infraestrutura.

Essa conexão entre Morrinhos do Sul e Amlinorte dá sentido à presidência de Marcos Venicios. O prefeito vem de um município em que agricultura, turismo rural, comunidades do interior e serviços públicos dependem de circulação, planejamento e cooperação com cidades próximas. As mesmas questões aparecem em escala ampliada no Litoral Norte: licenciamento ambiental que orienta decisões municipais, saneamento que acompanha o avanço urbano, acessos que mantêm comunidades integradas, segurança que cresce em relevância na temporada, turismo que depende de estrutura e mobilidade regional. A associação passa a ser o lugar onde essas demandas deixam de ficar dispersas.

A gestão de Marcos Venicios na Amlinorte será medida pela capacidade de converter urgências do Litoral Norte em encaminhamentos compreensíveis para os 23 municípios: licenciamento que dê segurança às prefeituras, saneamento que acompanhe o crescimento urbano, acessos que mantenham comunidades conectadas, turismo organizado e uma região preparada para funcionar durante todo o ano, com ou sem a pressão ampliada da temporada.

"O desafio é fazer com que essa força apareça também em projetos, investimentos e melhorias para a população"

JOÃO ALBERTO AQUINO GOMES

Prefeito de Rolador e presidente da Associação dos Municípios das Missões (AMM)

Edição: Rafaela Machado
Foto: PMR

Presidente, o senhor assumiu a AMM em um momento simbólico para a Região das Missões, com a mobilização em torno dos 400 anos das Missões Jesuítico-Guarani. Como essa data ajuda a organizar uma agenda comum entre os municípios?

Ela ajuda porque lembra a todos nós que a Região das Missões tem uma origem compartilhada. São Nicolau, Rolador, Caibaté, Roque Gonzales, São Borja, Entre Ijuís, São Miguel das Missões, São Luiz Gonzaga, Santo Ângelo, que fizeram parte do 1º e 2º ciclo da colonização Jesuítico-Guarani e os outros municípios missioneiros carregam partes diferentes de uma mesma identidade. Quando a região olha para os 400 anos, ela olha também para turismo, cultura, religiosidade, agricultura, infraestrutura e cooperação. A AMM tem o papel de transformar esse sentimento regional em pauta de trabalho. A celebração histórica é importante, mas ela precisa deixar resultados práticos: roteiros turísticos melhor organizados, municípios falando a mesma linguagem, busca por investimentos, apoio técnico e presença política junto ao Estado e à União.

A primeira reunião sob sua presidência foi realizada em São Paulo das Missões, durante a Expofesp Missões. O que esse formato, levando a associação para dentro dos municípios e dos eventos regionais, representa na prática?

Representa proximidade. A AMM precisa estar onde as coisas acontecem, porque cada município tem uma realidade administrativa e econômica própria. Reunir prefeitos, secretários, primeiras-damas e lideranças em São Paulo das Missões, dentro de uma feira regional, ajuda a aproximar a entidade da vida concreta das cidades. Esses encontros também permitem que as pautas saiam do gabinete e passem a ser discutidas com quem sente os problemas no dia a dia. Estradas, saúde, transporte, turismo, agricultura, arrecadação e defesa civil aparecem de maneira muito mais clara quando a reunião ocorre dentro da região.

As Missões têm municípios com perfis diversos, de Santo Ângelo, como referência regional, a cidades com vocações rurais, turísticas, fronteiriças e culturais. Como a AMM pode organizar demandas tão diferentes?

A primeira coisa é reconhecer que essa diversidade é uma força. Santo Ângelo, que é o maior Município da região, tem papel importante em serviços, comércio, saúde, educação e articulação regional. São Miguel das Missões tem uma marca histórica reconhecida internacionalmente, Caibaté tem uma histórica riquíssima, da mesma forma Roque Gonzales, Rolador tem a 2ª Redução do 1º ciclo, Nossa Senhora da Candelária de Caazapá-Mini fundada em 1627, os Sete Povos Missioneiros são referência, Porto Xavier tem uma pauta estratégica ligada ao Rio Uruguai e à integração com a Argentina. Cada Município tem as suas características, e expressam muito bem a força rural e comunitária da região. A AMM organiza essas diferenças quando cria uma agenda comum sem apagar as vocações locais. Há temas que unem todos, como infraestrutura, saúde regional, transporte de pacientes, estradas, apoio técnico, arrecadação e defesa dos interesses municipais. Ao mesmo tempo, cada município contribui com aquilo que tem de mais próprio.

A Ponte Internacional entre Porto Xavier e San Javier voltou ao centro da agenda regional com a apresentação de cronograma e mobilização de lideranças. Qual é a importância dessa obra para as Missões?

A ponte é uma pauta histórica da região e tem impacto direto na integração com a Argentina. Para Porto Xavier, é uma mudança muito importante. Para as Missões, representa nova possibilidade logística, turística, econômica e institucional. O Rio Uruguai sempre fez parte da vida missioneira. Com uma ligação internacional mais estruturada, a região ganha condições de ampliar o fluxo de pessoas, produtos, serviços e visitantes. Isso interessa ao comércio, ao turismo, à produção rural, às agroindústrias e também à relação cultural com os povos missioneiros do outro lado da fronteira. A AMM participa dessa agenda como entidade de articulação. Uma obra dessa natureza depende de decisão técnica, licenciamento, acordo entre países e apoio político constante. O papel da associação é manter a pauta viva, reunir prefeitos, dialogar com parlamentares e



> O resultado prático vem quando há calendário integrado, sinalização, qualificação de atendimento, material de divulgação coerente e parceria com empreendedores locais. Turismo regional exige prefeitura, comunidade, comércio, guias, hotéis, restaurantes e entidades caminhando na mesma direção

cobrar continuidade.

O turismo histórico, cultural e religioso aparece como uma das grandes agendas das Missões. O que precisa ser feito para que ele gere resultados para vários municípios, e não apenas para os pontos mais conhecidos?

A região precisa trabalhar como roteiro. São Miguel das Missões é uma referência essencial, com o sítio histórico e o reconhecimento ligado ao patrimônio missioneiro, mas o visitante pode circular pelos 27 municípios da região missioneira. Cada cidade pode oferecer uma parte da experiência: fé, história, gastronomia, artesanato, paisagem, eventos e memória local. O trabalho do Detur/Funmissões e as reuniões sobre regionalização do turismo são importantes porque ajudam os municípios a planejar juntos. O turista não enxerga divisa administrativa como o gestor público enxerga. Ele quer chegar, se orientar, encontrar boa informação, circular com segurança e entender o significado dos lugares. O resultado prático vem quando há calendário integrado, sinalização, qualificação de atendimento, material de divulgação coerente e parceria com empreendedores locais. Turismo regional exige prefeitura, comunidade, comércio, guias, hotéis, restaurantes e entidades caminhando na mesma direção.

A produção rural segue sendo uma base forte das Missões, com grãos, leite, agricultura familiar, cooperativismo e agroindústrias. Que tipo de pauta municipalista nasce diretamente do campo?

Nasce uma pauta muito concreta: estra-

da, ponte, energia, água, conectividade, nota fiscal, retorno de ICMS, apoio técnico, defesa sanitária, sucessão rural e acesso a programas públicos. A produção rural depende de decisões que parecem simples, mas fazem diferença enorme no cotidiano.

Nos municípios missioneiros, a vida urbana e a vida rural estão muito ligadas. Quando a produção vai bem, o comércio sente. Quando a estiagem prejudica a lavoura ou o leite, a prefeitura também sente na arrecadação e na demanda social. A AMM precisa levar essa realidade para as conversas com Estado e União. A região produz, gera movimento econômico e precisa de infraestrutura compatível com essa importância. A região convive com estiagens e outros eventos que exigem resposta rápida dos municípios.

Como a AMM pode apoiar a defesa civil local sem substituir a responsabilidade de cada prefeitura?

A associação pode ajudar na articulação, na troca de informações e na defesa conjunta de medidas emergenciais. Cada prefeitura tem sua estrutura e sua responsabilidade, mas muitas dificuldades se repetem de um município para outro. Quando há estiagem, por exemplo, o problema atinge produção, abastecimento, estradas, máquinas, horas de trabalho e orçamento público. A AMM pode reunir os prefeitos, organizar demandas comuns, dialogar com a Defesa Civil estadual e buscar apoio para que os municípios tenham respostas mais rápidas.

A reunião integrada entre AMM e Amufron, durante a Fenasoja, tratou o turismo como eixo estratégico. O que aproxima as Missões da Fronteira Noroeste nesta agenda?

As duas regiões têm história, produção, cultura, fronteira, eventos e uma relação muito forte com seus municípios. A integração com a Amufron mostra que o turismo e o desenvolvimento regional não precisam ficar presos aos limites de uma associação. O visitante que passa pelas Missões pode seguir para Santa Rosa, Horizontina e outros destinos da Fronteira Noroeste; o caminho inverso também acontece. Esse diálogo amplia a capacidade de divulgação, de organização de roteiros e de busca por parceiros, como Sebrae, Estado e instituições ligadas ao turismo. A Fenasoja foi um ambiente adequado para essa conversa porque reúne produção, inovação, negócios e identidade regional.

O apoio técnico aos municípios é uma das funções mais importantes de uma associação regional. Onde essa atuação aparece de forma mais necessária hoje?

Ela aparece em praticamente todas as áreas, mas especialmente em projetos, prestação de contas, captação de recursos, legislação, cultura, turismo, saúde, educação e compras públicas. Muitos municípios têm equipes comprometidas, porém com estruturas administrativas distintas. Às vezes, o problema não é falta de vontade; é falta de tempo, equipe ou orientação especializada.
A AMM pode aproximar os municípios de órgãos estaduais, de entidades como a Famurs, de técnicos e de experiências que já deram certo em outras cidades. Quando um município avança em um projeto, esse aprendizado pode servir para outro. Isso evita retrabalho e melhora a qualidade das entregas públicas.

A área da saúde costuma pesar muito no orçamento municipal, especialmente por causa do transporte de pacientes e da busca por atendimento fora do município de origem. Como tratar essa pauta regionalmente?

A saúde precisa ser tratada com muita responsabilidade porque envolve pessoas em momentos de necessidade. O transporte de pacientes, as consultas especializadas, os exames, as filas e o deslocamento até referências regionais são temas que os prefeitos conhecem muito bem.

A AMM pode ajudar a organizar essa pauta regionalmente, levando demandas aos órgãos competentes e buscando soluções que reduzam o desgaste para as famílias e para as prefeituras. Em uma região com distâncias importantes entre municípios, estrada e saúde acabam andando juntas. O paciente precisa do atendimento, mas também precisa chegar até ele.

A cultura missioneira tem força própria, mas também exige preservação, gestão e continuidade. Como equilibrar memória histórica e desenvolvimento?

O primeiro cuidado é tratar a memória como responsabilidade pública e comunitária. Os Sete Povos das Missões carregam referências que pertencem à região inteira. O patrimônio missioneiro precisa ser preservado, estudado, apresentado aos jovens e trabalhado com seriedade no turismo.

O desenvolvimento vem quando essa memória gera pertencimento, visitação, formação, eventos, renda e oportunidades locais. Uma feira, uma cavalgada, um roteiro de peregrinação, um museu, uma igreja, uma ruína ou uma celebração religiosa podem movimentar restaurantes, hotéis, artesãos, guias, comércio e serviços. A AMM pode ajudar a manter os municípios conectados nessa agenda. A identidade missioneira fica mais forte quando cada cidade entende seu papel dentro de um território comum.

Ao final desta gestão à frente da AMM, que marca o senhor gostaria que os prefeitos associassem ao seu período na presidência?

Gostaria que fosse uma gestão lembrada pela presença, pelo diálogo e pela defesa prática dos municípios. A AMM precisa ser uma entidade útil, que ajude o prefeito, o secretário e a equipe municipal a resolver problemas, acessar informações e levar demandas adiante. Também quero que a região avance unida em pautas estruturantes: turismo missioneiro, Ponte Porto Xavier–San Javier, infraestrutura, produção rural, saúde regional, apoio técnico e valorização dos 400 anos das Missões. A nossa identidade é muito forte. O desafio é fazer com que essa força apareça também em projetos, investimentos e melhorias para a população.

INSCREVA-SE @revistaemevidencia

MARCOS BEUX À FRENTE DA AMNG EM DIAS DECISIVOS PARA A ASSOCIAÇÃO

Prefeito de Ronda Alta busca a firmação da recém-criada entidade

Edição: Rafaela Machado
Foto: AMNG

Uma associação municipal recente precisa demonstrar utilidade quando consegue organizar respostas para temas que atravessam várias prefeituras ao mesmo tempo. No Norte Gaúcho, essa utilidade aparece na estrutura de funcionamento da AMNG, nas pendências fundiárias que alcançam famílias, comunidades e administrações locais, na pressão das dívidas rurais sobre a economia dos municípios, na organização das políticas culturais e na busca por interlocução fora da região. É nesse ponto de consolidação que Marcos Miguel Beux, prefeito de Ronda Alta, conduz a Associação dos Municípios do Norte Gaúcho em 2026.

Marcos Miguel Beux é prefeito de Ronda Alta pelo PDT na gestão 2025–2028 e assumiu a presidência da AMNG em 2026. A função regional nasce de uma condição municipal direta: ele administra uma cidade que participa das mesmas pressões enfrentadas por outros municípios do entorno, em especial aquelas ligadas à produção rural, infraestrutura, capacidade de atendimento público e necessidade de encaminhar demandas comuns com maior força política.

Ronda Alta ajuda a explicar parte dessa agenda. O município está inserido no Norte Gaúcho, com economia ligada à agricultura, ao comércio e aos serviços, e mantém relação territorial com a barragem do Rio Passo Fundo, elemento que também cria usos ligados ao lazer, aos balneários e à circulação regional. Essa combinação faz com que a administração local lide com assuntos que raramente terminam dentro dos limites do próprio município. O produtor que enfrenta endividamento, a estrada que liga comunidades, a área que depende de segurança jurídica e a política pública que exige recurso externo formam um conjunto de demandas que chega à AMNG como pauta de região.

A criação da AMNG, em 2024, respondeu a uma necessidade de organização própria dos municípios do Norte Gaúcho. Antes de uma associação regional estruturada, muitas demandas circulavam de forma dispersa entre prefeitos, secretarias, equipes técnicas e representantes locais, o que dificultava continuidade, prioridade e encaminhamento conjunto. A constituição da entidade deu a esses municípios uma mesa permanente para reunir assuntos comuns, ordenar reivindicações e definir caminhos que não dependem da iniciativa isolada de cada prefeitura. Para os moradores, o efeito esperado está na capacidade de a região levar problemas semelhantes em bloco, com maior clareza sobre o que precisa ser pedido e a quem deve ser levado.

Marcos Miguel Beux é prefeito de Ronda Alta pelo PDT na gestão 2025–2028 e assumiu a presidência da AMNG em 2026. A função regional nasce de uma condição municipal direta: ele administra uma cidade que participa das mesmas pressões enfrentadas por outros municípios do entorno, em especial aquelas ligadas à produção rural, infraestrutura, capacidade de atendimento público e necessidade de encaminhar demandas comuns com maior força política

A sede da AMNG em Ronda Alta reforça esse processo de consolidação. Uma associação recém-criada precisa de local para funcionar, receber gestores, reunir equipes, organizar rotinas, preparar agendas e manter atendimento aos municípios associados. A estrutura física reduz a dependência de encontros avulsos, facilita o contato de prefeitos, secretários e equipes técnicas com a associação e cria um ponto de referência para tratar de assuntos regionais.

Entre os temas que demonstram a necessidade de ação conjunta está a

LE BERG
CDP ESCOLA DE DIREITO PÚBLICO
MASPER TV INFINITAS POSSIBILIDADES
KAYSERMAQ DISTRIBUIDORA LTDA.



A presidência de Marcos Miguel Beux ocorre em um período decisivo para a AMNG porque a associação ainda constrói seus mecanismos de permanência. Depois da fundação e da instalação de uma sede, a entidade precisa demonstrar capacidade de reunir prefeitos, formular pedidos, acompanhar temas e manter continuidade entre uma gestão e outra

INSCREVA-SE @revistaemevidencia

regularização fundiária. A pauta envolveu conflitos relacionados a terras indígenas na região, com participação de gestores de Rio dos Índios, Gramado dos Loureiros, Planalto e Nonoai em busca de mediações legais no CNJ. Pendências dessa natureza atingem comunidades indígenas, famílias, produtores, administrações municipais e serviços públicos, porque a indefinição sobre áreas dificulta planejamento, certidões, obras, investimentos e pacificação social. O encaminhamento por meio de instância de mediação cria uma via institucional para reduzir disputas, buscar segurança jurídica e permitir que os municípios atuem em áreas sensíveis sem ampliar conflitos.

A criação da AMNG, em 2024, respondeu a uma necessidade de organização própria dos municípios do Norte Gaúcho. Antes de uma associação regional estruturada, muitas demandas circulavam de forma dispersa entre prefeitos, secretarias, equipes técnicas e representantes locais, o que dificultava continuidade, prioridade e encaminhamento conjunto. A constituição da entidade deu a esses municípios uma mesa permanente para reunir assuntos comuns, ordenar reivindicações e definir caminhos que não dependem da iniciativa isolada de cada prefeitura

O endividamento rural forma outro eixo de interesse direto para a AMNG. A crise das dívidas no campo, agravada por perdas climáticas sucessivas e pelo custo de produção, afeta produtores e famílias rurais, mas o impacto se espalha para cooperativas, comércio, prestadores de serviço, arrecadação municipal e manutenção da atividade econômica. Quando agricultores reduzem compras, adiam investimentos ou perdem capacidade de pagamento, a economia local sente o efeito em cadeia. A participação da AMNG em mobilização por soluções ao endividamento rural coloca os municípios dentro de uma reivindicação que busca renegociação, alongamento de prazos e medidas financeiras capazes de preservar a produção e evitar retração nos setores que dependem dela.

A cultura regional também entrou na pauta institucional da associação com a criação do CO-DIC/AMNG, núcleo regional do Conselho dos Dirigentes Municipais de Cultura do Rio Grande do Sul, e com a escolha de representantes para o Conselho Estadual de Cultura. Municípios que não organizam sua área cultural encontram dificuldade para acessar recursos, participar de editais, planejar ações e defender interesses de artistas, grupos locais, espaços culturais e comunidades. A formação de uma instância regional dá às secretarias municipais e aos agentes culturais um canal de trabalho conjunto, capaz de alinhar demandas e ampliar a participação do Norte Gaúcho nas decisões estaduais da área.

A interlocução em Brasília completa esse esforço de representação regional, ainda que parte das agendas da AMNG na Capital Federal tenha ocorrido antes da gestão de Marcos Miguel Beux. Para municípios do Norte Gaúcho, a ida conjunta ao centro de decisão federal atende a uma necessidade recorrente: abrir portas para recursos, programas, obras, equipamentos e soluções que dependem de ministérios, parlamentares e órgãos nacionais. Quando a associação reúne lideranças em torno de temas comuns, as prefeituras deixam de apresentar pedidos soltos e passam a sustentar demandas regionais com maior organização.

Em Ronda Alta, a administração de Marcos Miguel Beux também convive com entregas municipais. Na área da agricultura, a destinação de R$ 200 mil para aquisição de um tanque voltado ao manejo de resíduos de atividades agrícolas, como a suinocultura, responde a uma demanda de produtores e propriedades que precisam lidar com resíduos de forma adequada. O encaminhamento do recurso para equipamento rural tem efeito direto sobre a capacidade de manejo no setor produtivo e sobre a organização ambiental das atividades no campo. A ação municipal ajuda a conectar produção, infraestrutura e responsabilidade administrativa, temas que também aparecem na agenda regional da AMNG.

A presidência de Marcos Miguel Beux ocorre em um período decisivo para a AMNG porque a associação ainda constrói seus mecanismos de permanência. Depois da fundação e da instalação de uma sede, a entidade precisa demonstrar capacidade de reunir prefeitos, formular pedidos, acompanhar temas e manter continuidade entre uma gestão e outra. Ronda Alta ocupa papel de referência nesse processo por abrigar a estrutura da associação e por estar inserida em uma região onde agricultura, infraestrutura, regularização de áreas, cultura e acesso a recursos externos afetam a rotina das administrações municipais.

A AMNG chega a 2026 com o desafio de converter organização regional em resultado percebido pelos municípios do Norte Gaúcho. A condução de Marcos Miguel Beux será medida pela capacidade de fazer a sede funcionar como ponto de trabalho, levar a pauta rural às instâncias de decisão, manter soluções fundiárias em caminho institucional, organizar a área cultural e sustentar uma agenda regional que retire cada prefeitura do isolamento. Para uma associação nova, utilidade se prova quando a estrutura começa a produzir encaminhamento, quando a pauta encontra destino e quando a região passa a falar com maior clareza sobre aquilo que precisa resolver.

LE BERG
CDP DIREITO PÚBLICO
MASPER TV INFINITAS POSSIBILIDADES
KAYSERMAQ DISTRIBUIDORA LTDA.

LEANDRO HÖRLLE, PELA TERCEIRA VEZ CONSECUTIVA NA PRESIDÊNCIA DA AMPARA

Prefeito de Igrejinha também assume a presidência do Pró-Sinos

Edição: Rafaela Machado
Foto: Chico Pinheyro/Revista Em Evidência

No Vale do Paranhana, uma cobrança nova na rodovia, uma ponte danificada, uma família que perdeu a casa na enchente, uma consulta especializada que demora ou uma rota turística mal conectada atravessam várias cidades ao mesmo tempo. É desse território de deslocamentos constantes que Leandro Marciano Hörlle, prefeito reeleito de Igrejinha, chega à presidência da Ampara em 2026, com a tarefa de organizar respostas municipais para problemas que não cabem dentro de uma única prefeitura.

Leandro Hörlle governa Igrejinha pelo Progressistas e construiu sua carreira pública a partir da administração municipal. Contador formado pela Faccat, nasceu em 21 de maio de 1976, foi eleito prefeito em 2020 com mais de 60% dos votos e reeleito em 2024 com 75,57% dos votos válidos. A formação em contabilidade ajuda a explicar uma parte de seu modo de atuação: orçamento, obras, recuperação de danos e negociação regional dependem de cálculo, prioridade e decisão sobre onde o recurso público produz maior efeito.

Igrejinha integra o Vale do Paranhana, tem economia ligada à indústria, ao comércio, aos serviços, ao turismo e aos eventos, e se conecta por fluxos que alcançam a Serra, a Região Metropolitana e o Litoral. Ao levar essa experiência para a Ampara, Hörlle carrega a lógica de uma cidade onde desenvolvimento depende de acesso rodoviário, ambiente de negócios, serviços de saúde, obras de recuperação e articulação com os municípios vizinhos.

A pauta dos pedágios tornou-se um dos testes mais diretos dessa condução regional. O modelo de concessão rodoviária proposto para o Bloco 1 prevê cobrança por livre passagem e múltiplos pontos tarifários em estradas usadas diariamente pelos moradores do Vale. Uma tarifa mal calibrada altera o custo de trabalhadores, empresas, estudantes, pacientes e visitantes que movimentam comércio, gastronomia e hotelaria. A Ampara se posicionou contra o desenho apresentado, pediu revisão ao governo estadual e cobrou transparência sobre custos, obras, manutenção e fluxo de veículos. O efeito buscado é reduzir o peso sobre a circulação regional, defender contrapartidas compatíveis com as necessidades das rodovias e proteger a economia do Vale.

A reconstrução pós-enchentes compõe outra frente que exige coordenação. As cheias de 2024 deixaram marcas em ruas, pontes, margens de rios, moradias, empresas, escolas, unidades de saúde e serviços públicos. Para as prefeituras, a resposta envolve acolher famílias, recuperar acessos, reorganizar obras, refazer estruturas, buscar recursos e manter atendimento enquanto o orçamento municipal é pressionado por despesas extraordinárias. Na Ampara, esse tipo de encaminhamento ganha força quando os municípios apresentam uma pauta comum.

A recondução de Leandro Hörlle à presidência da Ampara para 2026 consolida essa agenda em uma entidade que reúne os municípios do Vale do Paranhana. A associação funciona como espaço de convergência para temas que exigem voz coletiva: pedágios, obras, saúde, turismo, desenvolvimento econômico e recuperação de danos climáticos. A reeleição de Hörlle ocorreu em um momento no qual a região precisava continuar discutindo impactos tarifários nas rodovias, valorização do turismo local e ações conjuntas para o desenvolvimento do Vale

A infraestrutura regional, nesse contexto, deixa de ser uma discussão res-

INSCREVA-SE @revistaemevidencia



A presidência de Leandro Hörlle na Ampara se mede pela capacidade de converter problemas compartilhados do Vale do Paranhana em encaminhamentos comuns: uma tarifa que não pese sobre quem trabalha e circula entre cidades, uma estrada recuperada depois da enchente, um hospital com condição de atender a região, um turismo que distribua movimento econômico e uma associação capaz de dar voz organizada aos municípios do Vale

trita a obras viárias. Estradas, pontes, acessos, contenções, drenagem e manutenção de vias sustentam a rotina de trabalhadores, estudantes, pacientes, transporte de cargas, equipes de saúde, turismo e serviços públicos. A presidência de Hörlle na Ampara coloca essa pauta dentro de uma leitura territorial: a obra feita em um ponto do Vale pode resolver gargalos de várias cidades, assim como a falta de intervenção em uma rodovia pode distribuir prejuízos por toda a cadeia regional.

Em Igrejinha, a regulamentação da Lei da Liberdade Econômica em 2025 oferece um exemplo de entrega municipal conectada à agenda regional de desenvolvimento. A medida liberou 685 atividades de baixo risco de alvarás e exigências burocráticas, com atendimento centralizado pela Sala do Empreendedor. O problema enfrentado era o tempo e o custo para abertura ou regularização de negócios, dificuldade que pesa sobre profissionais, comerciantes, prestadores de serviço e pequenos empreendedores. Ao simplificar etapas e reduzir exigências para atividades de menor risco, o município procura facilitar o início de operações, estimular novos investimentos e ampliar geração de emprego e renda

Na saúde, a lógica regional se impõe pelo caminho do paciente. Os municípios do Vale dependem de hospitais, consultas, exames, encaminhamentos e serviços especializados que ultrapassam a estrutura de cada secretaria municipal. A discussão sobre oncologia entre os Vales Germânico e do Paranhana, com participação de Hörlle, nasceu da demora em consultas, exames e procedimentos para tratamento de câncer e da dificuldade financeira das cidades diante de uma procura crescente por atendimento especializado. O efeito esperado é diminuir tempo de espera, dar maior segurança às famílias e evitar perda de atendimento.

O turismo regional também depende de ação coordenada. Igrejinha tem eventos, tradição germânica, comércio, gastronomia e atrativos que se conectam a Três Coroas, Taquara, Parobé, Rolante e Riozinho, formando um circuito em que acesso, calendário, divulgação, hospedagem, alimentação e serviços funcionam de maneira compartilhada. Quando a Ampara trata o turismo como pauta conjunta, o objetivo é aumentar a permanência, distribuir movimento econômico e dar melhores condições aos empreendedores locais.

Em Igrejinha, a regulamentação da Lei da Liberdade Econômica em 2025 oferece um exemplo de entrega municipal conectada à agenda regional de desenvolvimento. A medida liberou 685 atividades de baixo risco de alvarás e exigências burocráticas, com atendimento centralizado pela Sala do Empreendedor. O problema enfrentado era o tempo e o custo para abertura ou regularização de negócios, dificuldade que pesa sobre profissionais, comerciantes, prestadores de serviço e pequenos empreendedores. Ao simplificar etapas e reduzir exigências para atividades de menor risco, o município procura facilitar o início de operações, estimular novos investimentos e ampliar geração de emprego e renda

A recondução de Leandro Hörlle à presidência da Ampara para 2026 consolida essa agenda em uma entidade que reúne os municípios do Vale do Paranhana. A associação funciona como espaço de convergência para temas que exigem voz coletiva: pedágios, obras, saúde, turismo, desenvolvimento econômico e recuperação de danos climáticos. A reeleição de Hörlle ocorreu em um momento no qual a região precisava continuar discutindo impactos tarifários nas rodovias, valorização do turismo local e ações conjuntas para o desenvolvimento do Vale. A função da entidade, nesse ciclo, é transformar demandas municipais dispersas em encaminhamentos regionais capazes de chegar com maior força ao Estado, à União e aos órgãos responsáveis por financiamento, concessões, programas e investimentos.

A ligação entre Igrejinha, Leandro Hörlle e Ampara se explica pela natureza dos problemas que chegam à mesa dos prefeitos. Um município industrial e turístico, atingido por eventos climáticos e dependente de circulação constante, oferece ao gestor experiência direta com custo rodoviário, recuperação urbana, saúde, empreendedorismo e serviços compartilhados. Ao presidir a associação, Hörlle leva para o debate regional a percepção de que cada decisão tomada sobre estradas, hospitais, turismo, obras e desenvolvimento econômico interfere na rotina de várias cidades.

A presidência de Leandro Hörlle na Ampara se mede pela capacidade de converter problemas compartilhados do Vale do Paranhana em encaminhamentos comuns: uma tarifa que não pese sobre quem trabalha e circula entre cidades, uma estrada recuperada depois da enchente, um hospital com condição de atender a região, um turismo que distribua movimento econômico e uma associação capaz de dar voz organizada aos municípios do Vale.

GILBERTO SZIMAINSKI ASSUME AMPLA COM O DESAFIO DE EQUALIZAR VOZES DE UMA REGIÃO QUE É REFERÊNCIA NO NORTE GAÚCHO

Prefeito de Santo Antônio do Palma chegou à presidência no primeiro ano completo de sua gestão municipal

Edição: Rafaela Machado
Foto: Acervo

Quando uma família recebe moradia definitiva, quando um agricultor endividado precisa reorganizar sua produção ou quando uma cidade cobra respostas melhores no saneamento, a demanda deixa de caber no limite de uma prefeitura. É nesse ponto que a Associação dos Municípios do Planalto (Ampla) entra na rotina administrativa da região. Em 2026, essa condução passou a ter Gilberto Szimainski, prefeito de Santo Antônio do Palma, à frente da Ampla, entidade formada por 21 municípios e instalada na Casa dos Municípios, no Campus I da Universidade de Passo Fundo.

Gilberto Szimainski foi eleito prefeito de Santo Antônio do Palma pelo Republicanos em 2024 e chegou à presidência da Ampla no primeiro ano completo de sua gestão municipal. Nascido em Casca em 25 de novembro de 1974, construiu sua atuação pública a partir de um território em que a administração local convive com temas que cruzam moradia, infraestrutura, serviços essenciais e produção rural.

Santo Antônio do Palma integra um conjunto de cidades conectadas por deslocamentos, serviços, propriedades rurais, comércio regional e relações com polos como Casca, Marau e Passo Fundo. A economia local tem ligação com a produção rural e com famílias que dependem de estradas, crédito, abastecimento de água, atendimento público e políticas capazes de manter gente trabalhando e vivendo no próprio município. Essa base ajuda a explicar a agenda que Gilberto leva para a Ampla: assuntos que nascem em cada prefeitura, mas ganham força quando são organizados em nome de uma região.

> Compras, serviços e instrumentos regionais tendem a ter maior resultado quando reduzem isolamento administrativo e permitem que prefeituras acessem alternativas que seriam mais difíceis de sustentar sozinhas. Na região, essa lógica aparece ao lado da Ampla como parte de uma mesma necessidade: organizar capacidades municipais para responder a obrigações crescentes

A entrega de 20 moradias definitivas em Santo Antônio do Palma mostrou uma dessas frentes. Habitação envolve famílias sem solução permanente, terrenos preparados, infraestrutura mínima, seleção de beneficiários e capacidade de investimento. Pelo programa A Casa é Sua – Município Resiliência, o governo do Estado aplicou R$ 1,6 milhão, a Prefeitura entrou com R$ 809 mil e o investimento total chegou a R$ 2,4 milhões. O resultado foi um conjunto habitacional para famílias que passaram a ter endereço definitivo, com efeito direto sobre segurança familiar e organização urbana.

A continuidade dessa política aparece nas obras de infraestrutura do Loteamento Habitacional II. Antes da casa, a administração precisa preparar o espaço onde a moradia será viável: acesso, redes, condições urbanas e área adequada para receber novas famílias. A informação divulgada pelo município indica o início dessa etapa de preparação, vinculada à perspectiva de mais 20 casas. Esse encaminhamento organiza a expansão urbana e cria uma base física para que a política habitacional avance com menos dependência de soluções emergenciais.

No saneamento, a Ampla levou à

LEBERG
CDP ESCOLA SUPERIOR DIREITO PÚBLICO
MASPER TV INFINITAS POSSIBILIDADES
KAYSERMAQ DISTRIBUIDORA LTDA.



No saneamento, a Ampla levou à Agergs demandas comuns de municípios atendidos pela Corsan. A queixa de uma cidade sobre abastecimento, esgoto, obras ou resposta da concessionária pode se repetir em outras localidades, afetando usuários e colocando as prefeituras diante de cobranças que precisam de tratamento técnico. A associação formalizou as demandas por ofício, pediu providências e recebeu a indicação de abertura de um processo específico para as questões apresentadas

INSCREVA-SE @revistaemevidencia

Agergs demandas comuns de municípios atendidos pela Corsan. A queixa de uma cidade sobre abastecimento, esgoto, obras ou resposta da concessionária pode se repetir em outras localidades, afetando usuários e colocando as prefeituras diante de cobranças que precisam de tratamento técnico. A associação formalizou as demandas por ofício, pediu providências e recebeu a indicação de abertura de um processo específico para as questões apresentadas. A Agência também se colocou à disposição para uma reunião conjunta e informou nova metodologia no saneamento, com tecnologia e participação maior dos municípios e usuários.

Pelo programa A Casa é Sua – Município Resiliência, o governo do Estado aplicou R$ 1,6 milhão, a Prefeitura entrou com R$ 809 mil e o investimento total chegou a R$ 2,4 milhões. O resultado foi um conjunto habitacional para famílias que passaram a ter endereço definitivo, com efeito direto sobre segurança familiar e organização urbana

Essa agenda de saneamento tende a alterar a forma como as prefeituras acompanham o serviço. Em vez de reclamações dispersas, os problemas passam a ter canal regulatório, histórico organizado e cobrança associada à fiscalização. Para quem depende de abastecimento regular, rede adequada, obras da concessionária e respostas em prazo razoável, a atuação conjunta pode dar mais capacidade de pressão aos municípios. Para as administrações, o efeito esperado é ganhar critério na cobrança, reduzir isolamento diante da concessionária e manter os usuários dentro do processo de acompanhamento.

A pauta dos produtores rurais também entrou na condução regional da Ampla. O endividamento no campo não atinge somente quem planta, cria ou compra insumos; ele reduz investimento, segura decisões nas propriedades, pressiona cooperativas, enfraquece o comércio local e diminui a circulação econômica que sustenta parte da arrecadação municipal. Gilberto Szimainski encaminhou, em nome dos 21 municípios, pedido de apoio com foco na renegociação de dívidas dos agricultores. Uma negociação com prazos viáveis pode ajudar produtores a manter atividade, preservar renda familiar e reduzir o impacto econômico nos municípios do Planalto.

A primeira reunião da Ampla em 2026 incluiu ainda a Lei Complementar nº 226/2026, conhecida como Lei do Descongela. O congelamento de vantagens funcionais desde 2021, no contexto da pandemia, criou efeitos para servidores e para o planejamento das prefeituras. A retomada do tema exige que os municípios tratem recomposição de direitos, folha de pagamento, orçamento e responsabilidade fiscal sem romper a prestação dos serviços. Para os servidores, a discussão toca perdas acumuladas; para os gestores, exige cálculo, calendário e segurança administrativa.

A Ampla também cumpre função técnica para prefeituras que lidam com obrigações cada vez mais complexas. Saneamento exige interlocução com agência reguladora e concessionária. Habitação depende de projeto, contrapartida, terreno e execução. Agricultura passa por crédito, renegociação e relações com governos estadual e federal. Servidores envolvem orçamento, legislação e planejamento de pessoal. A associação foi criada para favorecer troca de experiências, cooperação entre cidades, qualificação de gestores e assessoramento às administrações, e essa estrutura ganha sentido quando ajuda municípios a organizar problemas que se repetem no Planalto.

A relação com o Ciplam, consórcio ligado à Região do Planalto Médio, reforça outra camada dessa organização regional. Enquanto a Ampla opera como espaço de articulação política, institucional e técnica entre prefeitos, o consórcio permite que municípios tratem demandas compartilhadas por meio de soluções conjuntas. Compras, serviços e instrumentos regionais tendem a ter maior resultado quando reduzem isolamento administrativo e permitem que prefeituras acessem alternativas que seriam mais difíceis de sustentar sozinhas. Na região, essa lógica aparece ao lado da Ampla como parte de uma mesma necessidade: organizar capacidades municipais para responder a obrigações crescentes.

A condução de Gilberto Szimainski na Ampla nasce desse cruzamento entre Santo Antônio do Palma e os demais municípios do Planalto. Moradia depende de parceria pública e infraestrutura. Saneamento exige fiscalização, processo regulatório e participação municipal. Produção rural precisa de crédito em condições possíveis para manter propriedades ativas. Servidores municipais dependem de decisões que conciliem direitos e orçamento. Quando essas frentes são tratadas de forma regional, o prefeito organiza demandas que pertencem a várias cidades ao mesmo tempo.

A presidência de Gilberto Szimainski na Ampla será medida pela capacidade de transformar demandas distribuídas pelo Planalto em encaminhamentos com começo, interlocutor e consequência. Saneamento com fiscalização, habitação com parceria pública, produtores com condições de renegociar dívidas e prefeituras com suporte técnico formam uma agenda que não cabe em discursos genéricos. O Planalto cobra respostas que cheguem à casa, à propriedade rural, ao serviço público e ao orçamento municipal; a Ampla, sob sua condução, passa a ser uma das mesas onde essas respostas precisam ganhar forma. ■

CDP DIREITO PÚBLICO
MASPER TV INFINITAS POSSIBILIDADES
KAYSERMAQ DISTRIBUIDORA LTDA.

DANIEL MICHAELSEN, PRESIDENTE DA AMSERRA

Prefeito de Nova Petrópolis assume a presidência da entidade em um momento no qual os municípios turísticos da Serra precisam organizar interesses comuns sem perder as características próprias de cada cidade

Edição: Rafaela Machado
Foto: PMNP

Na Serra, o turismo depende de estrada funcionando, acesso ao centro urbano, calendário de eventos, comércio preparado, preservação cultural, saúde preventiva e cooperação entre municípios. A circulação de moradores e visitantes sustenta lojas, restaurantes, hotéis, serviços, feiras, malharias, espaços culturais e propriedades ligadas à produção local. É nesse ambiente que Daniel Carlos Michaelsen, prefeito de Nova Petrópolis, passou a conduzir a Associação dos Municípios de Turismo da Serra (Amserra), com mandato à frente da entidade até março de 2027.

Daniel Michaelsen chegou ao Executivo de Nova Petrópolis pelo Republicanos, eleito para comandar a gestão municipal de 2025 a 2028. Em abril de 2026, assumiu a presidência da Amserra em um momento no qual os municípios turísticos da Serra precisam organizar interesses comuns sem perder as características próprias de cada cidade. Sua atuação regional nasce de uma administração instalada em uma cidade que vive do encontro entre turismo, serviços, comércio, cultura, produção artesanal, cooperativismo e acesso rodoviário.

Nova Petrópolis ocupa um lugar específico dentro da Serra. A cidade se relaciona com Gramado, Canela, Picada Café, Santa Maria do Herval, São Francisco de Paula e Cambará do Sul em uma rede turística que depende de fluxo constante, calendário organizado e capacidade de receber pessoas durante todo o ano. O município agrega paisagismo, eventos, gastronomia, malha, tricô, artesanato, comércio, serviços e uma história associada ao cooperativismo. Essa combinação explica a agenda que Daniel Michaelsen leva para a Amserra: uma região turística precisa funcionar como território articulado, porque o visitante que chega por uma estrada, compra em uma loja e busca um evento raramente enxerga fronteiras administrativas entre cidades vizinhas.

A via alternativa à BR-116 sintetiza essa relação entre gestão municipal e desenvolvimento regional. Em Nova Petrópolis, a dependência de uma rodovia principal afeta moradores, trabalhadores, ônibus, estudantes, transporte de cargas, turistas, comércio, serviços e atendimento público. Quando o acesso se concentra em poucos caminhos, qualquer gargalo altera horários, deslocamentos, entregas e permanência de visitantes. O convênio com o governo do Estado, por meio da Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Metropolitano, garantiu R$ 17,2 milhões para a construção da via alternativa à BR-116, ligada à Estrada Municipal Caminho Pomerano. A obra busca reduzir a pressão sobre a rodovia, melhorar a circulação entre Nova Petrópolis e Caxias do Sul e dar ao município uma estrutura de acesso compatível com uma cidade turística e de serviços.

> Municípios com forte economia de serviços recebem trabalhadores sazonais, famílias que dependem de políticas públicas, empreendedores de pequeno porte e visitantes que movimentam a renda local. A organização regional permite que prefeitos comparem soluções, alinhem calendários, busquem apoio técnico e defendam interesses comuns. Para Daniel Michaelsen, a Amserra dialoga com a rotina de um prefeito que administra uma cidade turística: acesso urbano, comércio, patrimônio, escolas, saúde, eventos e produção local precisam operar de forma coordenada

O cooperativismo oferece outro eixo da administração de Nova Petrópolis com reflexo direto na agenda regional. A cidade trata essa herança como memória, educação, turismo e economia local. Na Linha Imperial,

INSCREVA-SE @revistaemevidencia



O convênio com o governo do Estado, por meio da Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Metropolitano, garantiu R$ 17,2 milhões para a construção da via alternativa à BR-116, ligada à Estrada Municipal Caminho Pomerano. A obra busca reduzir a pressão sobre a rodovia, melhorar a circulação entre Nova Petrópolis e Caxias do Sul e dar ao município uma estrutura de acesso compatível com uma cidade turística e de serviços

CDP DIREITO PÚBLICO
MASPER TV INFINITAS POSSIBILIDADES
KAYSERMAQ DISTRIBUIDORA LTDA.

iniciativas como o Legado Coop reúnem lideranças, estudantes, empreendedores e visitantes interessados em compreender a experiência cooperativa como parte da formação do município. A Casa Cooperativa reforça esse papel educativo e histórico, conectando a trajetória do cooperativismo ao turismo de conhecimento. Essa dinâmica movimenta hospedagem, alimentação, transporte, comércio e espaços de visitação, ao mesmo tempo em que preserva uma marca territorial.

Artesanato, malha e tricô compõem uma camada econômica que a Serra não pode tratar como complemento decorativo. Pequenas empresas, expositores, artesãos, malharias, restaurantes, cafés, hospedagens e lojas dependem da chegada de visitantes e da organização de pontos de venda capazes de apresentar produção local com regularidade

A preservação de casas de relevância histórica também entra nessa leitura de cidade turística. Imóveis antigos exigem manutenção constante, e o custo dessa conservação costuma atingir famílias, instituições e proprietários que guardam parte da memória urbana e rural. Quando o poder público apoia a manutenção desses bens, escolas, grupos culturais, pesquisadores, moradores e visitantes encontram referências materiais da formação local. Em 2025, Nova Petrópolis destinou auxílio para casas de valor histórico. O encaminhamento ajuda a evitar perda de acervo arquitetônico, mantém viva a identidade cultural da cidade e reforça a oferta turística com elementos que pertencem à paisagem construída do município.

Artesanato, malha e tricô compõem uma camada econômica que a Serra não pode tratar como complemento decorativo. Pequenas empresas, expositores, artesãos, malharias, restaurantes, cafés, hospedagens e lojas dependem da chegada de visitantes e da organização de pontos de venda capazes de apresentar produção local com regularidade. Feiras e espaços voltados a esse setor ajudam a ordenar a oferta, ampliar o tempo de permanência do turista e distribuir movimento econômico para além dos atrativos mais conhecidos. Em Nova Petrópolis, essa cadeia conversa com a vocação comercial da cidade e com a circulação regional da Amserra.

A saúde preventiva amplia o olhar sobre o turismo porque uma cidade que recebe pessoas durante todo o ano também precisa manter uma rede municipal capaz de proteger famílias, crianças, adolescentes, escolas e comunidade. A certificação de Município Amigo da Vacina, ligada ao cumprimento de metas de imunização, dá visibilidade a uma área que aparece menos que obras e eventos, embora tenha efeito direto na rotina das famílias. Ao atingir metas em vacinas como Pentavalente, Tríplice Viral e HPV, o município reforça prevenção e organiza melhor a relação entre escolas, unidades de saúde e responsáveis.

A Amserra foi criada para reunir municípios turísticos da Serra em torno de demandas comuns de desenvolvimento. A entidade, fundada em 1º de maio de 1996, agrega cidades como Cambará do Sul, Canela, Gramado, Nova Petrópolis, Picada Café, Santa Maria do Herval e São Francisco de Paula. A eleição de Daniel Michaelsen colocou Nova Petrópolis na condução de uma associação que precisa lidar com estradas, calendário turístico, cultura, economia local, saúde preventiva e organização administrativa entre cidades com grande circulação de pessoas.

Uma das pautas regionais que aproximam esses municípios é a vacinação contra o HPV e outras metas de imunização. A Serra turística reúne estudantes, famílias, trabalhadores do atendimento ao público, redes municipais de saúde e escolas que enfrentam dificuldades semelhantes para manter cobertura vacinal adequada. Quando a Amserra trabalha o tema entre prefeitos e equipes municipais, o problema deixa de ficar isolado em cada cidade e passa a ser enfrentado como responsabilidade regional. O resultado esperado é ampliar a adesão, reduzir atrasos de vacinação e fortalecer a prevenção em um território com circulação intensa durante todo o ano.

Essa mesma lógica vale para assistência social, cultura e turismo. Municípios com forte economia de serviços recebem trabalhadores sazonais, famílias que dependem de políticas públicas, empreendedores de pequeno porte e visitantes que movimentam a renda local. A organização regional permite que prefeitos comparem soluções, alinhem calendários, busquem apoio técnico e defendam interesses comuns. Para Daniel Michaelsen, a Amserra dialoga com a rotina de um prefeito que administra uma cidade turística: acesso urbano, comércio, patrimônio, escolas, saúde, eventos e produção local precisam operar de forma coordenada.

A condução de Daniel Michaelsen na Amserra será medida pela capacidade de converter a força turística da Serra em organização regional. Acesso urbano mais eficiente, patrimônio preservado, cooperativismo convertido em educação e economia, produção local conectada ao visitante e municípios dispostos a trabalhar juntos formam uma agenda que sustenta a região durante todo o ano. Na Serra, cada estrada, feira, casa histórica, vacina aplicada, malharia aberta e calendário organizado participa da mesma engrenagem: manter os municípios preparados para receber, produzir e cooperar.

INSCREVA-SE @revistaemevidencia

NORIMAR LEOPOLDO SCHOSSLER, PRESIDENTE DA AMUCELEIRO

À frente da Amuceleiro, Norimar assume a missão de fortalecer a integração entre os municípios e defender pautas consideradas estratégicas para o crescimento da Região Celeiro

Edição: Rafaela Machado
Foto: Acervo Pessoal

O prefeito de Bom Progresso, Norimar Leopoldo Schossler, assumiu em 2026 a presidência da Associação dos Municípios da Região Celeiro (Amuceleiro), entidade que representa os 21 municípios da região. A chegada de Norimar ao comando da associação marca um momento histórico para Bom Progresso, que passa a ocupar a presidência da entidade pela primeira vez em mais de três décadas, reforçando seu protagonismo nas discussões que envolvem o desenvolvimento regional.

À frente da entidade, Norimar assume a missão de fortalecer a integração entre os municípios e defender pautas consideradas estratégicas para o crescimento da Região Celeiro. Em uma das áreas mais produtivas do Rio Grande do Sul, onde a agricultura, a pecuária e a agroindústria movimentam a economia, investimentos em infraestrutura e logística são fundamentais para garantir competitividade, qualidade de vida e oportunidades para a população.

Entre as principais bandeiras da entidade está o avanço da ponte binacional entre Porto Soberbo, em Tiradentes do Sul, e El Soberbio, na Argentina. O projeto é considerado uma das mais importantes iniciativas de integração internacional do Noroeste gaúcho, com potencial para impulsionar o comércio, o turismo, a circulação de mercadorias e o intercâmbio entre os dois países.

Outra pauta permanente nas assembleias da associação é a construção da ponte interestadual entre Barra do Guarita, no Rio Grande do Sul, e Itapiranga, em Santa Catarina. Defendida há anos pelas lideranças regionais, a obra representa muito mais do que uma ligação física entre os dois estados. Trata-se de um projeto capaz de fortalecer a economia regional, ampliar o fluxo de pessoas e mercadorias, reduzir distâncias e criar novas oportunidades de desenvolvimento para comunidades que mantêm relações históricas, culturais e comerciais entre si.

A infraestrutura viária também ocupa posição de destaque na agenda regional. A conclusão e qualificação da ERS-305, a ampliação das ligações asfálticas entre municípios e comunidades e a melhoria das condições de tráfego são reivindicações consideradas essenciais para facilitar o escoamento da produção agrícola, garantir segurança aos usuários e promover maior integração entre os municípios da Região Celeiro.

Outro tema estratégico defendido pela Amuceleiro é a retomada da pauta do aeroporto regional de Três Passos. A iniciativa busca ampliar a conectividade da região, fortalecer o desenvolvimento econômico e criar novas possibilidades para deslocamentos institucionais, atendimento de saúde, ações de defesa civil e atração de investimentos.

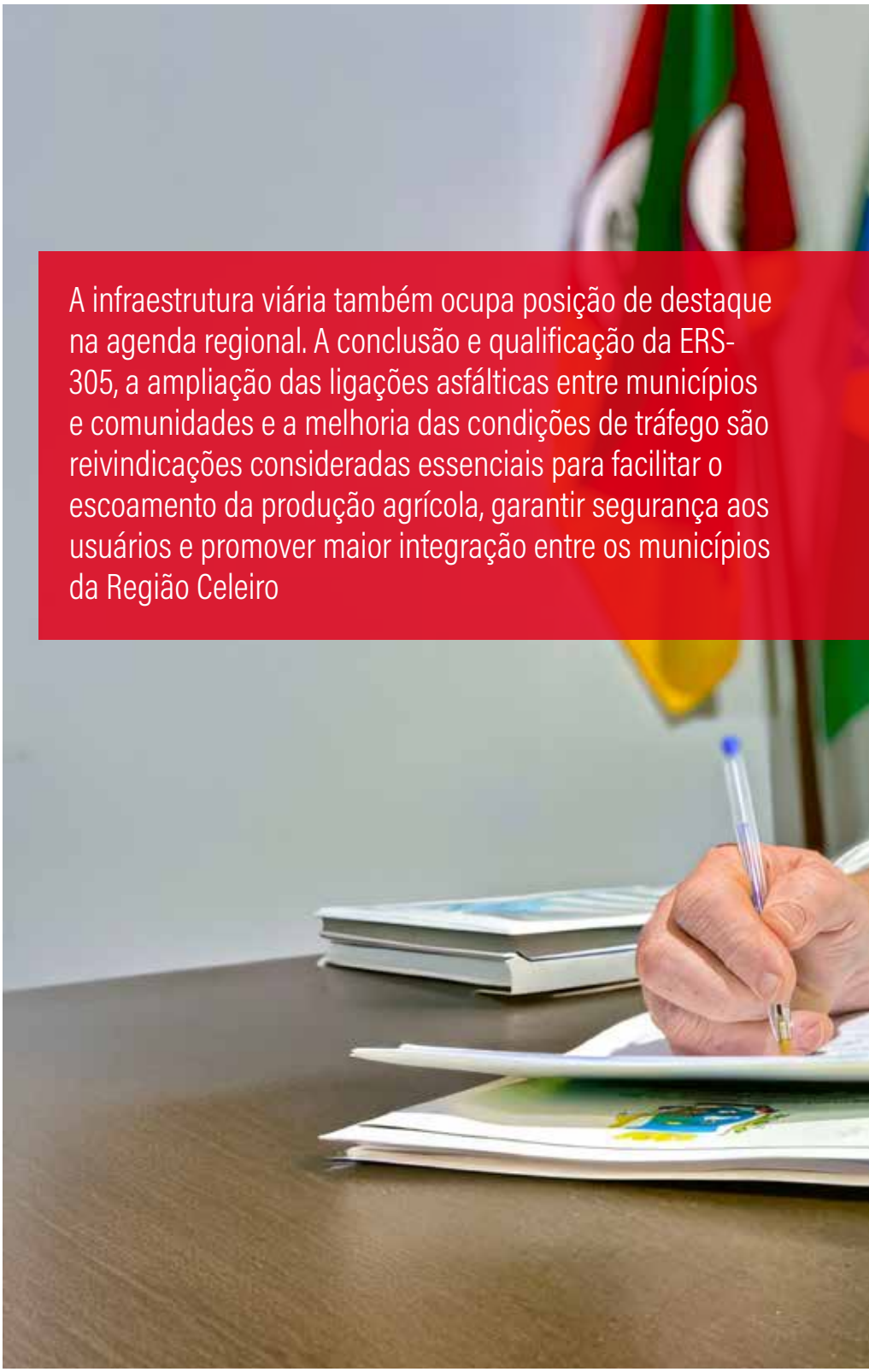
> Em parceria com o Consórcio Rota do Yucumã e instituições especializadas, a associação promove capacitações voltadas ao aperfeiçoamento da gestão pública, contribuindo para que os municípios atuem com mais eficiência, planejamento e segurança na aplicação dos recursos públicos. A pauta climática também ganhou relevância nas discussões regionais. Diante dos impactos provocados por fenômenos como o El Niño, prefeitos, lideranças, órgãos públicos e entidades técnicas vêm intensificando o diálogo e o planejamento conjunto para antecipar ações preventivas

Além das obras e projetos estruturantes, a entidade tem investido na qualificação técnica das administrações municipais. Em parceria com o

CDP DIREITO PÚBLICO
MASPER TV INFINITAS POSSIBILIDADES
KAYSERMAQ DISTRIBUIDORA LTDA.

Consórcio Rota do Yucumã e instituições especializadas, a associação promove capacitações voltadas ao aperfeiçoamento da gestão pública, contribuindo para que os municípios atuem com mais eficiência, planejamento e segurança na aplicação dos recursos públicos.

Em uma das áreas mais produtivas do Rio Grande do Sul, onde a agricultura, a pecuária e a agroindústria movimentam a economia, investimentos em infraestrutura e logística são fundamentais para garantir competitividade, qualidade de vida e oportunidades para a população. Entre as principais bandeiras da entidade está o avanço da ponte binacional entre Porto Soberbo, em Tiradentes do Sul, e El Soberbio, na Argentina



A infraestrutura viária também ocupa posição de destaque na agenda regional. A conclusão e qualificação da ERS-305, a ampliação das ligações asfálticas entre municípios e comunidades e a melhoria das condições de tráfego são reivindicações consideradas essenciais para facilitar o escoamento da produção agrícola, garantir segurança aos usuários e promover maior integração entre os municípios da Região Celeiro

A pauta climática também ganhou relevância nas discussões regionais. Diante dos impactos provocados por fenômenos como o El Niño, prefeitos, lideranças, órgãos públicos e entidades técnicas vêm intensificando o diálogo e o planejamento conjunto para antecipar ações preventivas. O objetivo é minimizar prejuízos causados por enchentes, temporais e outros eventos extremos, protegendo estradas, pontes, estruturas públicas, propriedades rurais e comunidades. A prevenção passou a ser entendida como uma ferramenta indispensável para garantir segurança e resiliência diante dos desafios impostos pelas mudanças climáticas.

A presidência de Norimar Schossler na Amuceleiro representa a continuidade de um trabalho baseado na cooperação regional, no diálogo e na busca por soluções compartilhadas. Mais do que defender obras e investimentos, a entidade trabalha para fortalecer a representatividade dos municípios, transformar demandas históricas em resultados concretos e construir um futuro de mais desenvolvimento, integração e oportuni-

INSCREVA-SE @revistaemevidencia



dades para toda a Região Celeiro.

Em uma região que cresce pela força do trabalho de sua gente e pela união de seus municípios, a Amuceleiro segue desempenhando um papel fundamental na construção de caminhos que aproximam comunidades, fortalecem a economia e ampliam a qualidade de vida da população. Sob a presidência de Norimar Schossler, a entidade inicia um novo ciclo com o compromisso de transformar desafios em conquistas e preparar a Região Celeiro para os próximos anos de desenvolvimento.

PINHAL DA SERRA CHEGA À PRESIDÊNCIA DA AMUCSER

José Robison Rodrigues Duarte, o Robito, é prefeito de Pinhal da Serra pelo Progressistas e assumiu a presidência da Associação dos Municípios dos Campos de Cima da Serra na gestão 2026

Edição: Rafaela Machado
Foto: Amucser

Nos Campos de Cima da Serra, uma estrada em condição de uso pode definir o horário de chegada do transporte escolar, o deslocamento de uma ambulância, o acesso de uma família a um serviço público e a saída da produção rural em dias de frio, chuva ou geada. A distância entre comunidades, sedes municipais e polos de atendimento exige planejamento, máquinas disponíveis, equipes orientadas e cooperação regional. É nesse território que José Robison Rodrigues Duarte, prefeito de Pinhal da Serra, passa a conduzir a Amucser em 2026.

José Robison Rodrigues Duarte, o Robito, é prefeito de Pinhal da Serra pelo Progressistas e assumiu a presidência da Associação dos Municípios dos Campos de Cima da Serra na gestão 2026. Sua chegada ao comando da entidade ocorre a partir de uma administração localizada em uma área onde o serviço público convive com comunidades rurais, produção agropecuária, deslocamentos prolongados e demandas que ultrapassam o limite de uma prefeitura. Essa combinação ajuda a formar a agenda que chega à Amucser.

Pinhal da Serra ajuda a explicar essa condução. O município integra os Campos de Cima da Serra e está ligado a uma base econômica rural, com agricultura, pecuária, serviços municipais espalhados e relação direta entre estradas, trabalho no campo e acesso a atendimento público. Máquinas agrícolas, orientação ao produtor e transporte para atendimento em outra cidade entram na mesma cadeia de responsabilidades, com infraestrutura, informação e capacidade de execução.

A Amucser reúne Bom Jesus, Campestre da Serra, Esmeralda, Ipê, Jaquirana, Monte Alegre dos Campos, Muitos Capões, Pinhal da Serra, São José dos Ausentes e Vacaria. A entidade organiza temas que se repetem na região: estradas submetidas ao clima, assistência social pressionada por famílias que precisam de orientação, turismo dependente de acesso e conservação, defesa civil acionada em situações extremas, equipes técnicas que precisam dominar normas e programas públicos. Para prefeitos com serviços distribuídos em longas distâncias, a associação funciona como ponto de articulação de problemas comuns.

As estradas estão entre os assuntos que mais conectam as administrações dos Campos de Cima da Serra. Em áreas rurais, a manutenção de vias condiciona o transporte de estudantes, a circulação de equipes de saúde, o trabalho das secretarias de agricultura, o deslocamento de máquinas, a chegada a comunidades afastadas e o escoamento da produção. Quando a Amucser coloca esse tema na pauta regional, o problema alcança escola, lavoura, atendimento médico, comércio local e rotina familiar. A cooperação entre prefeituras permite compartilhar diagnósticos e defender soluções comuns.

> Um prefeito de município rural precisa lidar, ao mesmo tempo, com estrada, clima, assistência social, saúde, educação, previdência, agricultura, turismo e atendimento disperso. Cada área parece separada no organograma da prefeitura, mas se encontra na rotina. Uma estrada ruim atrasa o transporte escolar e afeta a produção. Uma orientação previdenciária incompleta aumenta o sofrimento de uma família. Uma equipe sem formação técnica perde prazo, erra fluxo ou deixa de acessar um programa. Uma emergência climática exige máquinas, abrigos, alimento, comunicação e apoio entre cidades

A resposta a eventos climáticos também dá medida do papel institucional da Amucser. Nas enchentes

INSCREVA-SE @revistaemevidencia



José Robison Rodrigues Duarte, o Robito, é prefeito de Pinhal da Serra pelo Progressistas e assumiu a presidência da Associação dos Municípios dos Campos de Cima da Serra na gestão 2026. Sua chegada ao comando da entidade ocorre a partir de uma administração localizada em uma área onde o serviço público convive com comunidades rurais, produção agropecuária, deslocamentos prolongados e demandas que ultrapassam o limite de uma prefeitura. Essa combinação ajuda a formar a agenda que chega à Amucser

de 2024, a associação mobilizou os municípios dos Campos de Cima da Serra para auxiliar Igrejinha e Três Coroas, duas cidades atingidas com severidade. Cada prefeitura associada fez aporte financeiro para a aquisição de itens de primeira necessidade, e a ação reuniu cobertores, travesseiros e colchões destinados às famílias afetadas. As administrações também organizaram caminhões e retroescavadeiras para auxiliar na reconstrução. A iniciativa ocorreu antes da presidência de José Robison, mas permanece como exemplo do tipo de resposta regional que a entidade precisa manter quando uma emergência excede a força de uma cidade.

Nos Campos de Cima da Serra, a cooperação regional ganha sentido quando aparece no serviço que chega sem alarde: a família orientada antes de perder prazo, a máquina liberada para atender um produtor, a estrada mantida para o ônibus escolar passar, a equipe preparada para encaminhar um benefício, a prefeitura capaz de apoiar outra cidade em situação de emergência

Na assistência social, a lógica regional aparece de forma menos visível, mas igualmente decisiva. Famílias em vulnerabilidade, idosos, trabalhadores rurais, pessoas sem acesso fácil a serviços digitais e moradores que dependem de benefícios públicos costumam chegar primeiro ao município. O atendimento passa por CRAS, secretarias, equipes técnicas e gestores que precisam interpretar regras, reunir informações, encaminhar pedidos e evitar que falhas de orientação atrasem uma resposta. A participação do Coegemas ligado à Amucser em reuniões regionais e estaduais cria um espaço de troca entre equipes que enfrentam questões parecidas. Soluções de fluxo, documentação e atendimento podem circular entre municípios.

A orientação previdenciária reforça esse mesmo caminho. O curso do Programa de Educação Previdenciária promovido por agências do INSS de Vacaria e Caxias, com participação do Coegemas/Amucser, trata de uma dificuldade frequente em municípios rurais: muitos cidadãos dependem da prefeitura para compreender benefícios, reunir papéis e saber qual encaminhamento fazer. Idosos, trabalhadores do campo e famílias que buscam amparo previdenciário enfrentam termos, exigências e etapas que podem travar um pedido quando a orientação inicial é frágil. A formação de servidores e equipes ligadas à assistência social melhora a triagem, reduz idas desnecessárias, qualifica a informação entregue ao cidadão e fortalece o atendimento municipal.

O turismo de natureza entra na agenda dos Campos de Cima da Serra pela mesma rede de dependências. A região tem altitude, frio, paisagens abertas, parques, áreas rurais, roteiros e municípios conhecidos por atrativos naturais. O turismo precisa de estrada em condição de acesso, informação organizada, serviços locais preparados e articulação entre cidades próximas. Em Pinhal da Serra, a administração levou projetos à Secretaria de Turismo do Estado e buscou investimentos também em áreas relacionadas ao esporte e ao desenvolvimento rural. Esse movimento interessa à Amucser porque a circulação regional alcança comércio, manutenção de vias, limpeza, sinalização, cultura, hospedagem e atendimento público.

A agricultura oferece outro exemplo de como uma ação municipal dialoga com a pauta regional. Em 2025, Pinhal da Serra recebeu uma retroescavadeira Manitou para a Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente, adquirida com recursos próprios. O equipamento reforça serviços ao setor agrícola e aos produtores rurais. Em municípios de base rural, à máquina disponível significa menor espera para serviços, melhor resposta em áreas de difícil acesso e maior capacidade de atender propriedades que dependem de apoio público para manter atividades produtivas. A compra traduz uma demanda comum da região, onde agricultura, estradas e máquinas pesam na administração.

Essa relação entre Pinhal da Serra e Amucser dá base à presidência de José Robison. Um prefeito de município rural precisa lidar, ao mesmo tempo, com estrada, clima, assistência social, saúde, educação, previdência, agricultura, turismo e atendimento disperso. Cada área parece separada no organograma da prefeitura, mas se encontra na rotina. Uma estrada ruim atrasa o transporte escolar e afeta a produção. Uma orientação previdenciária incompleta aumenta o sofrimento de uma família. Uma equipe sem formação técnica perde prazo, erra fluxo ou deixa de acessar um programa. Uma emergência climática exige máquinas, abrigos, alimento, comunicação e apoio entre cidades.

Nos Campos de Cima da Serra, a cooperação regional ganha sentido quando aparece no serviço que chega sem alarde: a família orientada antes de perder prazo, a máquina liberada para atender um produtor, a estrada mantida para o ônibus escolar passar, a equipe preparada para encaminhar um benefício, a prefeitura capaz de apoiar outra cidade em situação de emergência. Entre a sede municipal e as comunidades, a Amucser cumpre sua função mais concreta: ajudar municípios distantes entre si a responder melhor aos problemas que atravessam toda a região.

JÚLIO CÉSAR MATTIAZZI, PRESIDENTE DA AMUFRON

A escolha colocou à frente da entidade um prefeito de cidade com forte vínculo rural e com uma pauta que depende de cooperação entre administrações

Edição: Rafaela Machado
Foto: PMT

Na Fronteira Noroeste, o leite passa por propriedades familiares, assistência técnica, cooperativas, transporte, comércio local e orçamento público. Quando a produção perde renda ou segurança, o efeito alcança a família rural, a secretaria de Agricultura, o laticínio, a loja da cidade e o movimento entre municípios vizinhos. É por esse caminho, ligado ao produtor e às cadeias que sustentam a economia regional, que Júlio César Mattiazzi, prefeito de Tuparendi, chegou à condução da Amufron em 2026.

Mattiazzi administra Tuparendi pelo Progressistas na gestão 2025–2028 e foi eleito presidente da Associação dos Municípios da Fronteira Noroeste para o exercício de 2026. A escolha colocou à frente da entidade um prefeito de cidade com forte vínculo rural e com uma pauta que depende de cooperação entre as administrações. Sua atuação na Amufron parte de uma leitura simples de gestão: há problemas que nenhuma prefeitura resolve bem quando trabalha sozinha, porque a causa, o custo e o efeito atravessam limites municipais.

A Amufron reúne 20 municípios e carrega uma história de cooperação anterior ao nome atual. Criada em 1964 como Associação dos Municípios da Grande Santa Rosa, passou a se chamar Associação dos Municípios da Fronteira Noroeste em 2019, acompanhando uma identificação territorial mais ampla. No cotidiano das prefeituras, essa estrutura organiza problemas que se repetem em diferentes administrações, como cadeia produtiva, saúde, educação, saneamento, legislação, rodovias, custos municipais, inspeção sanitária, compras e contratos

Tuparendi ajuda a explicar essa agenda. O município integra a Fronteira Noroeste, região em que agricultura, pecuária, produção de leite, suinocultura, comércio, serviços e pequenas indústrias formam uma economia conectada a Santa Rosa, Três de Maio, Horizontina, Santo Cristo e aos demais centros próximos. A circulação de máquinas, produtos, pacientes, estudantes e equipes municipais cria uma dependência diária entre cidades. Para um prefeito que sai desse ambiente, a pauta regional passa a integrar o funcionamento da própria administração.

A Amufron reúne 20 municípios e carrega uma história de cooperação anterior ao nome atual. Criada em 1964 como Associação dos Municípios da Grande Santa Rosa, passou a se chamar Associação dos Municípios da Fronteira Noroeste em 2019, acompanhando uma identificação territorial mais ampla. No cotidiano das prefeituras, essa estrutura organiza problemas que se repetem em diferentes administrações, como cadeia produtiva, saúde, educação, saneamento, legislação, rodovias, custos municipais, inspeção sanitária, compras e contratos.

A cadeia do leite ocupa lugar central nesse desenho. Produtores enfrentam custos de alimentação, energia, sanidade, equipamentos, sucessão familiar e exigência técnica crescente, enquanto secretarias municipais precisam manter orientação no campo com equipes e recursos limitados. O Seminário Regional de Produção de Leite, promovido pela Amufron com parceiros técnicos e entidades do setor, reuniu prefeitos, secretários, técnicos e representantes ligados à atividade para discutir ações dentro e fora da porteira, assistência técnica, extensão rural e busca de recursos. O encaminhamento de um programa regional para a cadeia leiteira permite que a orientação deixe de depender apenas da iniciativa isolada de cada município. O produtor tende a ganhar referência técnica mais consistente, as equipes municipais passam a comparar soluções e a renda do leite permanece ligada ao comércio, às cooperativas e à permanência de famílias no campo.

CDP DIREITO PÚBLICO
MASPER TV INFINITAS POSSIBILIDADES
KAYSERMAQ DISTRIBUIDORA LTDA.

O saneamento e os resíduos sólidos apresentam outra frente de custo crescente. Quando aumenta o volume de lixo, sobem despesas de coleta, transporte, triagem, transbordo, destinação e fiscalização. Moradores, equipes de limpeza urbana, empresas contratadas e administrações municipais acabam envolvidos em uma conta que aparece no serviço diário e no orçamento anual. A discussão regional sobre quantidade de lixo e custo para os municípios, levada à assembleia da Amufron em Tuparendi, ajuda prefeitos e técnicos a comparar padrões de gasto, contratos e alternativas antes de assumir compromissos longos.

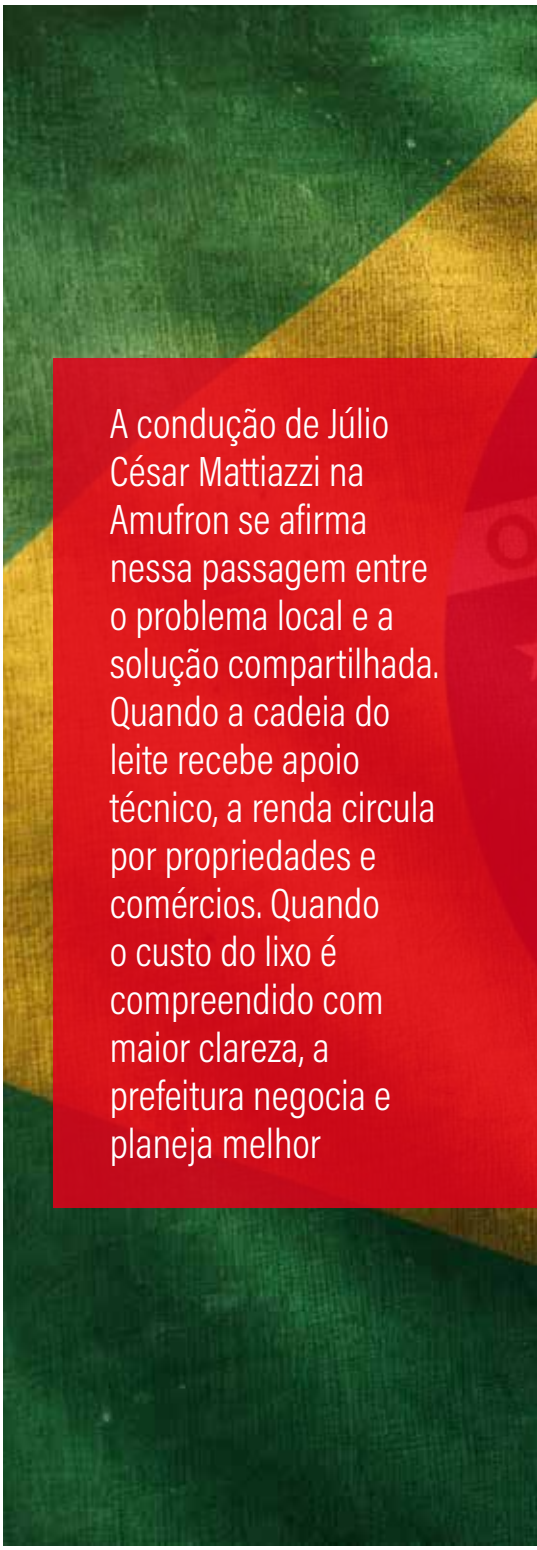
A gestão pública regional também passa pela legislação municipal. Mudanças legais, normas de fiscalização, contratos, compras, inspeção sanitária, direitos do consumidor e prestação de contas chegam ao gabinete do prefeito, às secretarias, às câmaras de vereadores e aos servidores que executam o serviço. A pauta de integração ao Cisa-Sisbi, apresentada aos municípios da Amufron, dialoga diretamente com a produção de origem animal e vegetal, pois a inspeção reconhecida amplia as condições de circulação e comercialização de produtos. Para agroindústrias, produtores, técnicos e equipes municipais, um entendimento comum diminui dúvidas, reduz retrabalho e dá maior segurança para que produtos locais alcancem mercados além da própria cidade.

Na saúde regional, a dificuldade aparece quando municípios dependem de hospitais, exames, consultas e procedimentos que não estão concentrados em uma única rede municipal. Diferenças de valores, reajustes frequentes e contratações feitas sem parâmetro comum pressionam secretarias de Saúde e tornam o planejamento instável. A criação de uma comissão regional para estudar uma tabela unificada de serviços hospitalares responde a esse problema ao reunir gestores e técnicos para levantar preços e custos praticados na região. O resultado esperado é dar maior previsibilidade às contratações, reduzir disparidades e oferecer às secretarias uma base mais clara para negociar serviços que afetam pacientes, famílias e orçamentos municipais.

As rodovias formam uma pauta decisiva porque produção agrícola, leite, insumos, transporte escolar, deslocamento de pacientes e abastecimento do comércio dependem de ligações seguras. Trechos pavimentados e não pavimentados com necessidade de conservação geram atrasos, aumentam custo de manutenção de veículos, ampliam risco no transporte e dificultam o fluxo entre cidades. A Amufron encaminhou pedido por obras urgentes, manutenção emergencial e início de serviços em pontos críticos da malha sob responsabilidade regional do DAER. O efeito dessa cobrança é manter o tema na agenda estadual e concentrar a reivindicação dos municípios em torno de uma demanda que afeta produtores, transportadores, estudantes, pacientes e empresas.

O esporte comunitário entrou como uma pauta de integração entre municípios. A 1ª Super Copa Amufron Sicredi de Futsal reuniu 12 cidades, com jogos em dias definidos e cerca de 80 partidas previstas. Para jovens, atletas, equipes municipais, ginásios, torcedores e secretarias de esporte, a competição cria um calendário regional e faz circular pessoas entre comunidades. O esporte ajuda a manter vínculos, valoriza estruturas públicas já existentes e oferece aos adolescentes um espaço de participação ligado à escola, à família e ao município.

Tuparendi também levou para esse debate uma preocupação direta com água e estrutura urbana. A adesão ao Programa Mais Água RS colocou o município em uma política estadual voltada à ampliação de soluções de abastecimento e segurança hídrica. Em períodos de estiagem, a falta de água afeta famílias, propriedades rurais, produção, serviços públicos e planejamento das secretarias. O convênio permite buscar investimento para reduzir vulnerabilidades, organizar melhor a resposta municipal e proteger atividades que dependem de



A condução de Júlio César Mattiazzi na Amufron se afirma nessa passagem entre o problema local e a solução compartilhada. Quando a cadeia do leite recebe apoio técnico, a renda circula por propriedades e comércios. Quando o custo do lixo é compreendido com maior clareza, a prefeitura negocia e planeja melhor

INSCREVA-SE @revistaemevidencia



fornecimento regular.

A condução de Júlio César Mattiazzi na Amufron se afirma nessa passagem entre o problema local e a solução compartilhada. Quando a cadeia do leite recebe apoio técnico, a renda circula por propriedades e comércios. Quando o custo do lixo é compreendido com maior clareza, a prefeitura negocia e planeja melhor. Quando a saúde regional busca critérios comuns, o paciente encontra uma rede menos desigual. Quando a rodovia entra na pauta coletiva, a cobrança deixa de depender do esforço isolado de uma administração. A associação funciona melhor quando a cooperação aparece no serviço entregue, no produtor orientado, no servidor com regra mais clara e no morador que depende de uma região organizada.

CDP DIREITO PÚBLICO
MASPER TV INFINITAS POSSIBILIDADES
KAYSERMAQ DISTRIBUIDORA LTDA.

"A prioridade é manter a Amunor próxima dos municípios"

LEONARDO PANISSON

Prefeito de Santa Cecília do Sul e presidente da Amunor

Edição: Rafaela Machado
Foto: Vinicius Comel

A Amunor tem sede em Sananduva e reúne 19 municípios do Nordeste Riograndense, com realidades administrativas distintas, mas muitas pautas em comum. Ao assumir a presidência em 2026, que leitura o senhor fez sobre o papel da entidade neste momento?

A Amunor precisa ser um ponto de encontro prático entre os municípios. A região tem cidades com vocações próprias, como Lagoa Vermelha, Tapejara, Sananduva, São José do Ouro, Machadinho, Ibiaçá, Água Santa, Barracão, Caseiros e os demais municípios associados, mas boa parte das demandas se repete: estradas do interior, saúde regional, transporte de pacientes, agricultura, arrecadação, defesa civil e apoio técnico.

A presidência tem a responsabilidade de organizar essas pautas, ouvir os prefeitos e encaminhar aquilo que ganha força quando é tratado de forma regional. Quando um município leva uma demanda sozinho, ela tem um peso. Quando a Amunor reúne a região e apresenta uma posição construída em conjunto, o diálogo com o Estado, a União, os órgãos de controle e as instituições técnicas passa a ter outra consistência.

O Nordeste Riograndense tem forte presença da produção rural, com grãos, leite, pecuária, agricultura familiar, agroindústria e cooperativismo. Como essa base econômica aparece nas prioridades da associação?

A produção rural é uma das bases mais fortes da região e aparece em praticamente todas as conversas da Amunor. Não se trata apenas da lavoura ou da propriedade em si; envolve estrada, energia, internet, transporte, assistência técnica, permanência das famílias no campo, acesso a programas públicos e capacidade de agregar valor à produção.

Quando se fala em grãos, leite, pecuária e agroindústria, estamos falando de renda que movimenta comércio, serviços, escolas, arrecadação municipal e empregos. Uma estrada do interior em boas condições, por exemplo, não serve apenas para escoar a safra. Ela permite que o leite chegue dentro do prazo, que o transporte escolar circule melhor e que uma família consiga acessar atendimento quando precisa.

A Amunor pode contribuir reunindo informações, aproximando os municípios de programas estaduais e federais, defendendo prioridades regionais e evitando que cada prefeitura precise enfrentar sozinha problemas que têm a mesma origem. A pauta rural, para nós, é uma pauta de economia, infraestrutura e permanência das comunidades nos seus lugares.

Lagoa Vermelha aparece naturalmente como referência regional em serviços, circulação e atendimento para vários municípios do entorno. Como a Amunor pode tratar a saúde de forma regional, especialmente quando o transporte de pacientes é uma realidade constante?

A saúde é uma das áreas em que a visão regional é indispensável. Muitos municípios precisam levar pacientes para consultas, exames e procedimentos fora do seu território, e essa rotina exige veículos, motoristas, organização de agenda, referência hospitalar e diálogo com a rede estadual. Lagoa Vermelha, pela estrutura que concentra, acaba tendo um papel importante para a região.

A Amunor pode ajudar a manter essa pauta organizada entre os prefeitos. Quando se discute transporte de pacientes, por exemplo, não se está falando apenas de deslocamento. Está em jogo o tempo de espera, o custo para o município, a segurança do paciente e a capacidade de cada prefeitura manter o serviço funcionando com regularidade.

Em reunião ordinária recente, a Amunor tratou de atualizações do Cirenor e também de apresentação sobre o Plano de Saneamento da Corsan. Que tipo de assunto deve ocupar a pauta regular da entidade?

A pauta regular precisa ser objetiva e ligada ao que interfere na gestão municipal. Saneamento, consórcio público, saúde, infraestrutura, estradas, defesa civil, compras compartilhadas, capacitação técnica e orientação aos municípios são temas que precisam voltar à mesa sempre que houver decisão a tomar ou informação nova para repassar.

A associação ganha relevância quan-

INSCREVA-SE @revistaemevidencia



> A prioridade é manter a Amunor próxima dos municípios. Isso significa reuniões com pauta concreta, apoio técnico, diálogo com o Cirenor, atenção à saúde regional, defesa da infraestrutura, fortalecimento da produção rural, cuidado com a defesa civil e busca de programas que tenham aplicação real nos municípios associados

do a reunião gera encaminhamento. O prefeito sai dali sabendo o que precisa fazer, quem procurar, qual prazo observar e como a região vai se posicionar.

A relação entre Amunor e Cirenor aparece com frequência nas agendas regionais. Como essa aproximação pode produzir resultados concretos para municípios com estruturas administrativas diferentes?

A associação e o consórcio têm papéis que se complementam. A Amunor organiza a pauta política e institucional dos municípios. O Cirenor permite tratar interesses comuns por meio de instrumentos administrativos, convênios, compras, projetos e serviços que podem atender a vários municípios ao mesmo tempo.

Para cidades com estruturas administrativas diferentes, isso é muito importante. Nem todos os municípios têm equipes técnicas grandes ou capacidade de acompanhar todos os editais, exigências legais e procedimentos sozinhos. Quando há apoio regional, o conhecimento circula melhor e as prefeituras conseguem agir com mais segurança.

O resultado aparece em temas concretos: aquisição de equipamentos, apoio em saúde, qualificação profissional, organização de serviços e orientação técnica. A lógica é simples: aquilo que pode ser resolvido em conjunto deve ser discutido em conjunto, respeitando a autonomia de cada prefeitura.

O senhor é prefeito de Santa Cecília do Sul e preside uma entidade que reúne municípios como Tapejara, Lagoa Vermelha, Sananduva, Machadinho, Barracão e Vila Lângaro. Como equilibrar a realidade do seu município com uma agenda regional mais ampla?

A presidência exige escuta. Cada município tem sua rotina, sua arrecada-

CDP DIREITO PÚBLICO
MASPER TV INFINITAS POSSIBILIDADES
KAYSERMAQ DISTRIBUIDORA LTDA.

ção, sua equipe e suas urgências, mas o presidente da associação precisa olhar para o conjunto. Santa Cecília do Sul faz parte dessa realidade regional, com demandas muito parecidas às de outros municípios, especialmente no interior, na agricultura, na saúde e na manutenção dos serviços públicos.

O equilíbrio vem do diálogo com os prefeitos. A Amunor não pode funcionar a partir de uma visão isolada. Ela precisa reunir posições, identificar convergências e levar adiante aquilo que representa a região.

A Expo Tapejara 2026 sediou o 1º Fórum de Turismo da Região das Araucárias, com debate sobre turismo rural, identidade regional e novas possibilidades de renda. Como o turismo entra na agenda de uma região tão associada à produção rural?

O turismo entra como uma extensão da identidade regional. A Região das Araucárias, o interior, a gastronomia, os eventos, a cultura local, os rodeios, as comunidades e a paisagem rural formam um conjunto que pode gerar movimento econômico sem descaracterizar os municípios.

Tapejara, Capão Bonito do Sul, Machadinho, Sananduva e outros municípios têm experiências e potenciais diferentes. O importante é tratar o turismo com seriedade, conectando produtores, empreendedores, gestores públicos e entidades. Um roteiro regional bem organizado pode criar renda complementar, fortalecer pequenos negócios e fazer com que a população reconheça valor naquilo que muitas vezes já faz parte do cotidiano.

Estradas do interior são uma demanda permanente nos municípios da Amunor. Na região, elas atendem produção rural, transporte escolar, acesso à saúde e circulação diária. Como transformar esse tema em pauta regional, sem reduzir a conversa a manutenção de máquinas?

A estrada do interior é uma infraestrutura econômica e social. Ela sustenta a produção de leite, o transporte de grãos, a chegada de insumos, o deslocamento de alunos, o acesso das equipes de saúde e a vida das comunidades. Quando há estiagem, chuva forte ou evento climático severo, a condição dessas vias aparece ainda mais.

A Amunor pode tratar o tema com base em prioridades comuns: acesso a recursos, máquinas, pontes, bueiros, cascalhamento, projetos técnicos e defesa de programas estaduais e federais que considerem a realidade rural. A manutenção diária é responsabilidade de cada prefeitura, mas a busca por estrutura e recursos precisa ter força regional.

Eventos climáticos e estiagens afetam diretamente a produção e a arrecadação dos municípios. O que a Amunor pode fazer quando uma pauta como essa atinge vários associados ao mesmo tempo?

A primeira função é organizar informação confiável. Municípios como Água Santa, Ibiaçá, Cacique Doble, Paim Filho, Tupanci do Sul e tantos outros sentem impactos diferentes, mas precisam registrar perdas, comprovar danos e encaminhar pedidos dentro das normas.

Depois, a associação pode ajudar na articulação política. Quando a estiagem ou um evento climático atinge a região, a resposta precisa envolver prefeituras, Defesa Civil, Estado, União, sindicatos, cooperativas e órgãos técnicos.

A arrecadação municipal, o retorno de ICMS e a capacidade de manter serviços públicos aparecem com frequência nas conversas entre prefeitos. Como a Amunor pode contribuir para que essa pauta seja tratada com mais técnica?

A arrecadação precisa ser acompanhada com atenção porque define a capacidade de investimento e de manutenção dos serviços. Para muitos municípios, pequenas variações no retorno de ICMS, no movimento econômico ou nos repasses constitucionais fazem diferença direta no orçamento.

A Amunor pode promover reuniões técnicas, aproximar especialistas, compartilhar experiências entre municípios e orientar os gestores sobre boas práticas administrativas. A região tem forte peso da produção, do comércio, dos serviços e da agroindústria; por isso, o cuidado com informações econômicas, notas fiscais, produção primária e indicadores municipais precisa fazer parte da agenda de gestão.

Esse trabalho não substitui a equipe de cada prefeitura. Ele oferece apoio regional para que as administrações tomem decisões com mais segurança e consigam defender melhor seus interesses.

Ao olhar para a gestão de 2026, que prioridades devem orientar a Amunor para que a entidade siga sendo útil aos municípios do Nordeste Riograndense?

A prioridade é manter a Amunor próxima dos municípios. Isso significa reuniões com pauta concreta, apoio técnico, diálogo com o Cirenor, atenção à saúde regional, defesa da infraestrutura, fortalecimento da produção rural, cuidado com a defesa civil e busca de programas que tenham aplicação real nos municípios associados.

Também é importante valorizar a identidade do Nordeste Riograndense. A região tem agricultura forte, cooperativismo, comunidades organizadas, vocação para o trabalho, eventos tradicionais, turismo em construção e cidades com perfis diversos. A associação precisa representar esse conjunto com seriedade, sem exagero e sem perder de vista o que os prefeitos enfrentam todos os dias na administração municipal. ■

INSCREVA-SE @revistaemevidencia

"Cada município seguirá fazendo a sua parte, mas a Amuplam pode ajudar a transformar a pauta em prioridade regional, com mais força política e melhor organização técnica"

RÔMULO TEIXEIRA CARVALHO

Prefeito de Condor e presidente da Amuplam

Edição: Rafaela Machado
Foto: Amuplam

A Amuplam reúne 11 municípios com vocações muito ligadas ao campo, à indústria, ao comércio regional e aos serviços públicos de referência. Ao assumir a gestão 2026, qual é a leitura que o senhor faz desse conjunto?

A Amuplam representa uma região que tem uma identidade muito clara. O Planalto Médio combina produção rural forte, cooperativismo, indústria ligada ao agro, comércio regional, serviços de saúde, universidades, formação técnica e municípios com perfis administrativos diferentes. Essa diversidade precisa ser tratada como força, porque cada cidade contribui de uma maneira para o desenvolvimento regional.

A nossa leitura é que a associação precisa aproximar ainda mais os prefeitos, organizar demandas comuns e dar consequência prática às pautas. Condor tem uma realidade, Ijuí tem outra, Panambi tem outra, e municípios como Bozano, Nova Ramada, Pejuçara, Coronel Barros e Ajuricaba também têm demandas próprias. A Amuplam existe para fazer essa escuta, construir posição regional e levar as prioridades com mais peso ao Estado, à União e às entidades municipalistas.

A sua escolha para presidir a Amuplam ocorreu em um momento em que os municípios discutem fortemente reforma tributária, queda de arrecadação e manutenção de serviços. Como essa pauta entra na agenda da associação?

A reforma tributária é uma das maiores preocupações da gestão. A região tem municípios muito ligados à produção, ao agro, à indústria e à circulação econômica que nasce no campo. Quando muda a forma de arrecadação e o peso passa a recair mais sobre o consumo, existe risco concreto de perda para municípios que hoje sustentam serviços públicos com base nessa dinâmica produtiva.

No caso de Condor, já se discutiu uma estimativa de impacto muito significativa, próxima de R$ 9 milhões. Isso mostra que o tema precisa ser tratado com seriedade. A Amuplam vai acompanhar os números, reunir prefeitos e técnicos, dialogar com a Famurs e buscar posição junto às bancadas estadual e federal, porque a consequência prática de uma queda de receita aparece na saúde, na educação, nas estradas, no transporte de pacientes e na capacidade de investimento das prefeituras.

O senhor vem de Condor, município com forte relação com a produção rural e com a indústria ligada ao agro. Essa experiência ajuda a conduzir uma associação em uma região em que a agricultura, máquinas, cooperativas e logística municipal estão tão conectadas?

Ajuda muito, porque essa realidade é vivida todos os dias. A produção rural não está separada da cidade. Ela passa pela estrada municipal, pela manutenção de pontes, pelo transporte escolar, pela assistência técnica, pelo comércio, pela cooperativa, pela oficina, pela indústria e pelo orçamento público.

Quando a safra sofre com estiagem, excesso de chuva ou endividamento, o efeito chega aos municípios. Cai movimento econômico, aumenta a demanda por apoio e as prefeituras precisam responder com recursos limitados. Por isso, o agro será tratado como pauta regional, incluindo dívidas rurais, estradas, armazenagem, acesso a crédito, defesa civil e diálogo com Estado e União.

A região tem Ijuí como polo de serviços, Panambi com presença industrial forte e municípios com base rural muito expressiva. Como fazer a Amuplam trabalhar sem concentrar a pauta apenas nos centros maiores?

A associação precisa funcionar com equilíbrio. Ijuí e Panambi têm estruturas importantes para toda a região, especialmente em saúde, ensino, comércio e indústria, mas a Amuplam só cumpre seu papel quando também dá voz às demandas de municípios como Jóia, Augusto Pestana, Catuípe, Pejuçara, Coronel Barros, Bozano, Nova Ramada, Ajuricaba e Condor.

Na prática, isso significa ouvir antes

CDP DIREITO PÚBLICO
MASPER TV INFINITAS POSSIBILIDADES
KAYSERMAQ DISTRIBUIDORA LTDA.



> A reforma tributária é uma das maiores preocupações da gestão. A região tem municípios muito ligados à produção, ao agro, à indústria e à circulação econômica que nasce no campo. Quando muda a forma de arrecadação e o peso passa a recair mais sobre o consumo, existe risco concreto de perda para municípios que hoje sustentam serviços públicos com base nessa dinâmica produtiva

de definir posição. Uma pauta de estrada pode ter peso maior para um município com grande extensão rural. Uma pauta de saúde pode aparecer com mais força para quem transporta pacientes diariamente. Uma pauta de arrecadação pode atingir de forma diferente cada prefeitura. A associação precisa transformar essas diferenças em agenda conjunta, sem apagar a realidade de ninguém.

A Amuplam realizou e divulgou o Fórum da Saúde de 2026, com temas como financiamento, aplicação de recursos, pisos, legislações, Gercon, Gerint e judicialização. O que esse tipo de encontro revela sobre a pressão que a saúde exerce sobre os municípios?

Revela que a saúde é uma das áreas mais complexas da gestão municipal. O prefeito responde pela atenção básica, pelo transporte de pacientes, por demandas judiciais, por encaminhamentos regionais, por contratos, por filas e por custos que mudam o tempo todo. Quando se discute financiamento, pisos, sistemas de regulação e judicialização, se está falando da rotina concreta das secretarias municipais.

O Fórum da Saúde é importante porque reúne gestores, técnicos e profissionais para organizar informação e evitar que cada município enfrente sozinho problemas parecidos. Gercon e Gerint, por exemplo, são ferramentas que afetam diretamente o fluxo de encaminhamentos. A judicialização interfere no orçamento. Os pisos e legislações mexem na folha. Quando o debate é técnico e regional, a

INSCREVA-SE @revistaemevidencia

chance de decisão correta aumenta.

O transporte de pacientes é uma realidade diária em muitos municípios do Planalto Médio. Como a associação pode tratar essa pauta sem reduzir o tema apenas a custo de deslocamento?

O transporte de pacientes envolve custo, equipe, veículo, tempo, regulação e acesso. Para muitas famílias, ele é a ponte entre a cidade onde vivem e o atendimento especializado em Ijuí, Panambi ou em centros fora da região. Então a discussão precisa considerar a organização da rede, a previsibilidade dos encaminhamentos e a capacidade financeira dos municípios.

A Amuplam pode ajudar colocando o tema na mesa com dados e com diálogo entre secretários de saúde. Quando vários municípios enfrentam a mesma dificuldade, a associação tem condição de buscar soluções regionais, pactuações melhores e apoio técnico. O objetivo é reduzir o improviso e dar mais segurança para quem precisa do serviço.

Na Missão Municipalista realizada pela Famurs em Santo Ângelo, gestores das Missões e do Planalto Médio debateram temas como Reserva Legal, Mata Atlântica, despesa de pessoal, terceirização da saúde, SAERS, educação e vedação eleitoral. Que aprendizado esse encontro deixa para a Amuplam?

A Missão Municipalista mostrou que muitos temas municipais exigem leitura regional. Reserva Legal e Mata Atlântica afetam diretamente municípios com produção rural. Despesa de pessoal e terceirização da saúde atingem a gestão financeira. SAERS e educação envolvem resultado, planejamento e acompanhamento das redes municipais. São pautas muito práticas.

Também é importante a aproximação com a região das Missões. Existem temas em que Planalto Médio e Missões têm desafios parecidos, principalmente no campo, na infraestrutura, na defesa civil e na relação com os órgãos estaduais e federais. Quando as associações dialogam, a reivindicação chega mais organizada.

Estradas municipais aparecem em praticamente todas as conversas regionais. No Planalto Médio, elas têm relação direta com a safra, leite, máquinas, transporte escolar e acesso aos serviços. Qual deve ser o encaminhamento da Amuplam nessa área?

Estrada municipal é infraestrutura econômica e social. Ela serve para escoar produção, levar aluno à escola, permitir acesso à propriedade rural, garantir atendimento de saúde e manter a atividade econômica funcionando. Em uma região produtiva como a nossa, a estrada ruim gera prejuízo para o produtor, para a indústria, para a cooperativa e para a prefeitura.

O encaminhamento precisa envolver levantamento das demandas, busca de programas estaduais e federais, apoio para maquinário, manutenção de pontes e atenção a rotas usadas pela produção. Cada município seguirá fazendo a sua parte, mas a Amuplam pode ajudar a transformar a pauta em prioridade regional, com mais força política e melhor organização técnica.

O Planalto Médio conviveu nos últimos anos com estiagens, prejuízos no campo e também com eventos climáticos severos no Rio Grande do Sul. Como a defesa civil entra na agenda dos prefeitos da Amuplam?

A defesa civil passou a ocupar espaço permanente na gestão municipal. A estiagem afeta lavouras, abastecimento, produção leiteira e renda das famílias. Chuvas intensas e eventos extremos exigem resposta rápida, máquinas, equipes, abrigos, documentação correta e articulação com o Estado.

A Amuplam pode contribuir com prevenção, orientação técnica e padronização de procedimentos. Muitas vezes, o município sabe do problema, mas precisa organizar laudos, decretos, registros e encaminhamentos para acessar apoio. A associação pode aproximar técnicos, secretários e prefeitos para que a região responda melhor antes, durante e depois das crises.

A Amuplam completa uma trajetória longa desde sua fundação, em 1975, e chega a 2026 com nova diretoria. Que prioridade o senhor considera essencial para preservar a continuidade institucional da associação?

A prioridade é manter a associação ativa, presente e útil para os municípios. A Amuplam precisa ter agenda, reunião, pauta técnica, diálogo político e acompanhamento das demandas depois que elas são apresentadas. A continuidade institucional depende disso.

Também é importante reconhecer o trabalho das gestões anteriores. Cada presidente deixou uma contribuição, e a gestão atual deve dar sequência ao que está funcionando, ajustar o que precisa melhorar e abrir novas frentes quando a realidade exigir. A associação pertence aos 11 municípios, e essa compreensão precisa orientar todas as decisões.

Ao final da gestão 2026, que marca o senhor gostaria que os prefeitos da Amuplam reconhecessem no trabalho realizado?

Gostaria que os prefeitos reconhecessem uma gestão de presença, diálogo e encaminhamento. A Amuplam precisa estar junto dos municípios, compreender as demandas de cada cidade e buscar soluções possíveis, com responsabilidade e firmeza.

Também quero que a região avance na organização de suas pautas principais: reforma tributária, agro, saúde, estradas, defesa civil, educação, formação técnica e fortalecimento da representação municipalista. Se a associação conseguir deixar essas agendas mais claras, com os prefeitos mais próximos e com maior capacidade de interlocução, teremos prestado um bom serviço ao Planalto Médio.

CDP DIREITO PÚBLICO
MASPER TV INFINITAS POSSIBILIDADES
KAYSERMAQ DISTRIBUIDORA LTDA.

DIEGO WILLIAN FRANCISCO, PRESIDENTE DA AMVAG

Prefeito de Estância Velha também acumula o cargo de presidente do CP Sinos

Rafaela Machado
Foto: Acervo Pessoal

À frente da Amvag em 2026, o prefeito de Estância Velha, Diego Willian Francisco, chega à entidade com uma pauta ligada à adaptação climática, ao CP Sinos, ao suporte técnico às prefeituras, à educação, ao turismo, à cultura e à organização dos municípios do Vale Germânico.

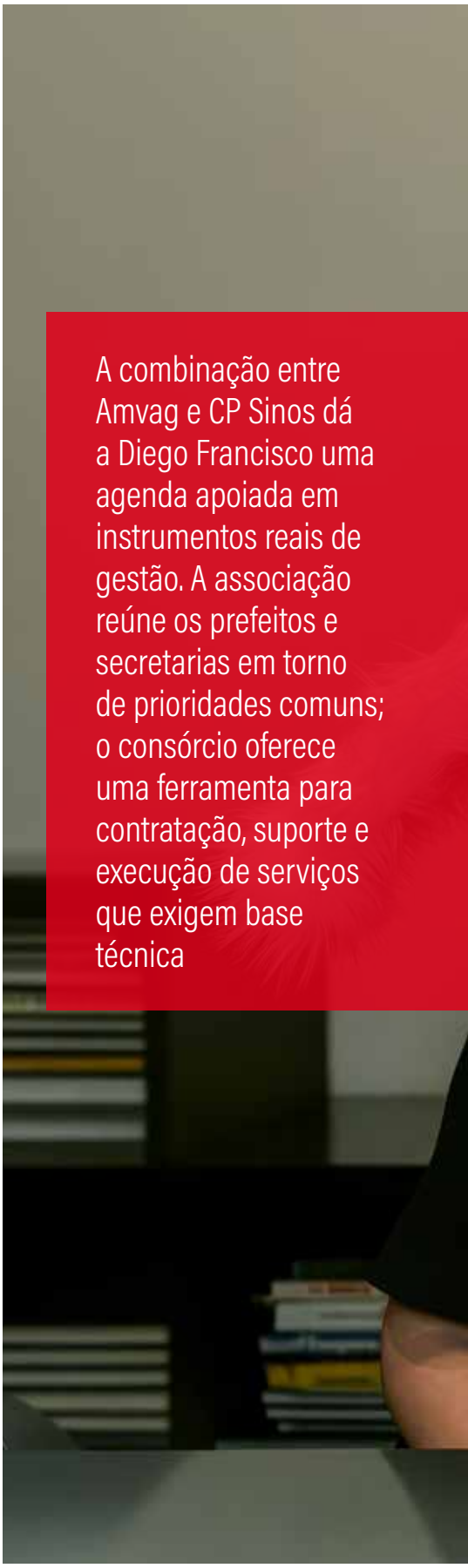
Quando uma prefeitura planeja drenagem, escola, saúde, obra pública e defesa civil sem considerar enchentes, enxurradas, calor intenso e mudanças no comportamento do clima, a conta chega depois ao bairro alagado, à rua danificada, à unidade pública interrompida e ao orçamento pressionado por reparos. No Vale Germânico, essa preparação começou a ganhar tratamento regional pela Amvag. É dentro dessa agenda que Diego Willian Francisco, prefeito de Estância Velha, conduz a Associação dos Municípios do Vale Germânico em 2026, aproximando cidades que enfrentam problemas parecidos.

Diego Francisco chega a esse comando como prefeito de Estância Velha pelo PSDB, eleito para a gestão municipal de 2025 a 2028, e como presidente da Amvag em 2026. No mesmo período, passou a presidir o CP Sinos, consórcio público ligado à associação e usado pelos municípios para dar suporte a demandas que exigem contratação, estrutura técnica e solução compartilhada. O retorno coloca novamente Estância Velha no centro de uma pauta que mistura gestão municipal, serviço técnico e planejamento entre cidades vizinhas.

Estância Velha ajuda a explicar a agenda que Diego leva à Amvag. O município pertence ao Vale Germânico e ao Vale do Sinos, em uma área marcada pela indústria do couro e do calçado, pelo comércio, pelos serviços e pela relação com a Região Metropolitana. Essa composição exige do poder público decisões que não cabem apenas dentro do limite municipal. Obras viárias, expansão urbana, atendimento em saúde, educação, desenvolvimento econômico, turismo e prevenção climática dependem de equipes locais e de articulação com cidades próximas.

A Associação dos Municípios do Vale Germânico reúne cidades com características diferentes, mas atingidas por dificuldades semelhantes. A entidade organiza temas que aparecem ao mesmo tempo em várias prefeituras: adaptação climática, suporte técnico, educação, turismo, cultura, planejamento, gestão pública e serviços consorciados. Quando esses assuntos são tratados de forma isolada, cada administração precisa montar sua própria resposta e repetir caminhos que poderiam ser compartilhados.

A elaboração do Plano Regional de Adaptação às Mudanças do Clima coloca a Amvag diante de um tema que deixou de ser distante para as admi-



A combinação entre Amvag e CP Sinos dá a Diego Francisco uma agenda apoiada em instrumentos reais de gestão. A associação reúne os prefeitos e secretarias em torno de prioridades comuns; o consórcio oferece uma ferramenta para contratação, suporte e execução de serviços que exigem base técnica

INSCREVA-SE @revistaemevidencia



nistrações municipais. Enchentes, enxurradas, períodos de estiagem, calor intenso, deslizamentos e danos à infraestrutura atingem moradores em áreas vulneráveis, escolas, unidades de saúde, obras públicas, agricultura, comércio e equipes de defesa civil. A iniciativa AdaptaCidades envolve os 14 municípios do Vale Germânico, com coordenação do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima e apoio da Secretaria Estadual do Meio Ambiente e Infraestrutura. O trabalho prevê suporte técnico, capacitação de servidores, governança climática regional e levantamento de vulnerabilidades. Com isso, as prefeituras passam a reunir informações para definir prioridades, preparar obras, orientar equipes e reduzir decisões tomadas apenas depois do dano.

O CP Sinos completa essa lógica por outro caminho. Muitas prefeituras precisam de arquitetos, engenheiros, biólogos, geólogos, topógrafos, turismólogos, arquivistas, técnicos de eletricidade e profissionais de áreas ambiental e sanitária para tocar projetos, licenciamento, obras, planejamento, saneamento, turismo e organização documental. Nem sempre o quadro municipal tem todas essas especialidades disponíveis no momento em que a demanda chega. O credenciamento aberto pelo CP Sinos para profissionais e máquinas cria uma estrutura regional de apoio às prefeituras da Amvag. A mesma lógica vale para máquinas usadas em obras, manutenção e resposta a problemas locais.

Na educação, a pauta regional aparece quando secretarias municipais, conselhos de educação e nutricionistas são chamados a discutir o Plano Nacional de Educação e seus reflexos na rede local. Metas educacionais chegam à sala de aula, ao planejamento das escolas, à alimentação dos estudantes, à organização dos conselhos, ao trabalho dos professores e à rotina das famílias. Quando os municípios da Amvag iniciam essa conversa em conjunto, cada cidade ganha referência para ajustar sua política educacional sem depender apenas da interpretação isolada de sua equipe.

O turismo e a cultura entram na agenda da Amvag como parte da economia regional. O Vale Germânico reúne cidades com atrativos, calendários, comércio, gastronomia, artesanato, patrimônio cultural e serviços que dependem de circulação entre municípios. Um visitante que passa por Dois Irmãos, Ivoti, Estância Velha, Novo Hamburgo, Campo Bom, Sapiranga, Morro Reuter, Santa Maria do Herval ou outras cidades da região não organiza sua experiência pelo limite administrativo de cada prefeitura. A renovação do Plano Regional de Turismo busca atualizar diretrizes que vinham de 2020, período marcado pela pandemia, e levantar atrativos para compor uma orientação comum.

Em Estância Velha, a agenda municipal recente na saúde dá uma medida concreta dos desafios que também aparecem em outras cidades. A prefeitura conduz obras em quatro novas Unidades Básicas de Saúde, nos bairros Rincão dos Ilhéus, Bela Vista, Rincão Gaúcho e Centro, além da ampliação do Hospital Municipal Getúlio Vargas. Os investimentos somam mais de R$ 20 milhões e buscam ampliar espaços de atendimento, qualificar a estrutura para servidores e pacientes e aumentar a capacidade da atenção primária. O problema enfrentado é conhecido por qualquer município em crescimento: unidades antigas ou insuficientes pressionam equipes, aumentam deslocamentos e dificultam atendimento mais resolutivo perto de casa.

A combinação entre Amvag e CP Sinos dá a Diego Francisco uma agenda apoiada em instrumentos reais de gestão. A associação reúne os prefeitos e secretarias em torno de prioridades comuns; o consórcio oferece uma ferramenta para contratação, suporte e execução de serviços que exigem base técnica. Uma cidade pode precisar de topografia para uma obra, orientação ambiental para licenciamento, planejamento climático para reduzir risco de alagamento, debate educacional para ajustar metas ou diretriz regional para fortalecer seu calendário turístico. Quando essas frentes se encontram em uma estrutura comum, a resposta municipal deixa de depender apenas da força individual de cada prefeitura.

> A elaboração do Plano Regional de Adaptação às Mudanças do Clima coloca a Amvag diante de um tema que deixou de ser distante para as administrações municipais. Enchentes, enxurradas, períodos de estiagem, calor intenso, deslizamentos e danos à infraestrutura atingem moradores em áreas vulneráveis, escolas, unidades de saúde, obras públicas, agricultura, comércio e equipes de defesa civil

O efeito de uma região mais organizada aparece nos pontos menos visíveis da rotina administrativa. Um projeto de unidade pública avança melhor quando encontra apoio técnico no momento certo. Uma escola planeja metas com menos improviso quando sua rede conversa com outras redes que enfrentam exigências semelhantes. Uma obra de drenagem ganha outro peso quando o risco de chuva forte já entrou no planejamento e a defesa civil trabalha com informações mais claras sobre áreas vulneráveis. Para a Amvag, 2026 coloca esse tipo de organização no centro da pauta: menos isolamento para as prefeituras, melhor uso do consórcio e uma leitura regional para problemas que chegam todos os dias ao balcão das administrações municipais. ■

INSCREVA-SE @revistaemevidencia

PAULINHO LUDWIG, PRESIDENTE DA AMVARC

A condução do prefeito de Tupandi na Amvarc tende a se relacionar com essa rotina de prefeito de uma cidade produtora, industrial e conectada a vizinhos por estradas de uso cotidiano

Edição: Rafaela Machado
Foto: Acervo

Quando uma ligação cai, o problema passa pelo caminho do trabalhador, pelo transporte escolar, pela consulta marcada fora da cidade, pela carga que precisa sair da propriedade e pelo comércio que depende de movimento regular. No Vale do Rio Caí, reconstruir pontes e manter estradas significa recompor a rotina de municípios conectados. Nesse cenário, Paulinho Ludwig, prefeito de Tupandi, chega à presidência da Amvarc — Associação dos Municípios do Vale do Rio Caí, em 2026.

Paulinho Ludwig governa Tupandi na gestão 2025–2028 e chega à entidade regional a partir de um município com circulação direta entre produção rural, indústria, comércio, serviços e deslocamentos para cidades vizinhas. Filiado ao MDB, conduz a prefeitura em uma fase de obras, estradas, saúde, educação, agricultura, desenvolvimento econômico e respostas a problemas que ultrapassam os limites de uma única cidade.

Tupandi ajuda a explicar essa agenda. O município integra o Vale do Rio Caí, mantém vínculo com a agricultura familiar e participa de uma região reconhecida pela produção de citros, com cadeias que envolvem produtores, famílias rurais, cooperativas, agroindústrias, comércio e transporte. A atividade industrial e os serviços municipais completam uma economia que depende de acesso, pavimento, manutenção de estradas e ligação com pólos próximos. A relação com Bom Princípio, Harmonia, São José do Sul, São Pedro da Serra, Salvador do Sul e Barão coloca Tupandi dentro de uma malha em que a estrada que atende uma localidade também sustenta trabalho, atendimento, fornecimento e circulação econômica.

A Amvarc entra nesse conjunto como espaço de organização de problemas compartilhados. A associação reúne municípios do Vale do Caí e permite que demandas repetidas nas prefeituras ganhem tratamento regional: reconstrução de estruturas afetadas por enchentes, pontes, estradas, produção rural, turismo, saneamento, defesa civil, qualificação da gestão e relação com Estado e União. Quando a pauta é organizada pela associação, a necessidade passa a representar um território inteiro, com impactos em moradia, trabalho, produção e atendimento público.

A reconstrução pós-enchentes permanece como uma das tarefas centrais do Vale do Caí. As cheias de 2024 atingiram casas, vias, comércios, serviços públicos, áreas produtivas e conexões entre municípios, criando dificuldade de deslocamento para moradores, trabalhadores, estudantes, pacientes e produtores. A resposta exigiu recursos, projetos, orientação técnica e obras de recomposição. Para a Amvarc, a reconstrução chega como pauta herdada: organizar prioridades, sustentar pedidos conjuntos e acompanhar soluções que devolvam segurança de circulação, restabeleçam serviços e reduzam o isolamento de comunidades afetadas.

A ponte sobre o Rio Caí na BR-116, entre Caxias do Sul e Nova Petrópolis, sintetiza essa dimensão regional. A estrutura antiga foi interditada após as chuvas de maio de 2024 e substituída por uma nova travessia, entregue no fim daquele ano. A interrupção atingiu deslocamentos entre Serra e Vale do Caí, afetando moradores, trabalhadores, turismo, transporte de mercadorias e serviços que dependiam da ligação regular. A recomposição devolveu uma rota estratégica para quem precisa atravessar a região por trabalho, atendimento, estudo, abastecimento ou atividade econômica.

A produção rural reforça a mesma lógica. No Vale do Caí, a citricultura, com laranja e bergamota, convive com outras atividades agropecuárias e com propriedades que dependem de clima, sanidade, assistência técnica, crédito, mercado e escoamento. Quando uma estrada vicinal fica comprometida, quando uma ponte limita a passagem de caminhões ou quando o custo de transporte aumenta, o efeito chega ao produtor e avança para cooperativas, agroindústrias, comércio local e arrecadação municipal. A agenda regional precisa tratar a infraestrutura rural como parte da economia, porque uma safra preservada ainda precisa sair da propriedade e manter renda



circulando nas cidades.

A mobilidade regional também passa por acessos rodoviários que servem ao trabalho diário e à produção. A ERS-415, ligação entre Bom Princípio e Tupandi, recebeu bloqueio para veículos pesados e de carga em 2026 por causa de obras de requalificação e reabilitação do pavimento. A intervenção traz transtorno temporário para empresas, produtores, transportadores e moradores, mas atende a uma necessidade objetiva: recuperar uma via usada para cargas, serviços e deslocamentos entre municípios. Para uma região com produção rural, indústria e comércio interligados, pavimento em boas condições reduz desgaste de veículos, melhora previsibilidade de deslocamento e dá maior segurança.

Em Tupandi, a administração munici-

INSCREVA-SE @revistaemevidencia



A reconstrução pós-enchentes permanece como uma das tarefas centrais do Vale do Caí. As cheias de 2024 atingiram casas, vias, comércios, serviços públicos, áreas produtivas e conexões entre municípios, criando dificuldade de deslocamento para moradores, trabalhadores, estudantes, pacientes e produtores. A resposta exigiu recursos, projetos, orientação técnica e obras de recomposição

pal também trabalha com essa relação entre obra local e efeito coletivo. O pacote de investimentos anunciado pela prefeitura prevê R$ 27,6 milhões em pavimentação asfáltica, PVS, drenagem, calçadas, reformas, ampliações, renovação de maquinário, iluminação pública, revitalização de espaços e melhorias distribuídas por bairros e localidades até 2028. A pavimentação do Distrito Industrial, com 640 metros de intervenção, segue a mesma direção: resolver um gargalo de mobilidade e infraestrutura para empresas instaladas no local, melhorando acesso de fornecedores, trânsito de trabalhadores e circulação de cargas.

A saúde regional acrescenta outra camada à atuação da Amvarc. Municípios do Vale do Caí buscaram soluções conjuntas para o Hospital Montenegro diante de dificuldades financeiras e necessidade de manter atendimento de referência. O problema atinge moradores, equipes de saúde, secretarias municipais e famílias que dependem de encaminhamento hospitalar fora do município de origem. A busca por propostas coletivas ajuda a dividir responsabilidades e reduzir o risco de descontinuidade em serviços que nenhuma prefeitura consegue resolver isoladamente.

O turismo regional também depende de estradas, sinalização e conexão entre municípios. O Vale do Caí reúne experiências de turismo rural, agroecologia, gastronomia, cultura de origem alemã, propriedades produtoras, trilhas, artesanato, produtos coloniais, cervejarias e roteiros ligados à agricultura familiar. Essa cadeia econômica envolve visitantes, restaurantes, hospedagem, produtores, guias, agroindústrias e comércio. Quando os acessos funcionam, o visitante circula por mais de uma cidade, consome produtos locais e amplia a renda de pequenos empreendedores.

A condução de Paulinho Ludwig na Amvarc tende a se relacionar com essa rotina de prefeito de uma cidade produtora, industrial e conectada a vizinhos por estradas de uso cotidiano. Tupandi dá ao presidente da entidade uma experiência municipal em que obra, agricultura, indústria, atendimento público e deslocamento formam uma mesma engrenagem. No Vale do Caí, uma decisão sobre pavimento pode influenciar o escoamento de frutas; uma ponte recomposta pode devolver movimento ao comércio; uma articulação de saúde pode reduzir a insegurança de famílias que dependem de atendimento regional. A força da Amvarc em 2026 estará no resultado concreto dessas conexões preservadas. Quando uma estrada rural permite a saída da produção, quando uma travessia volta a encurtar caminhos e quando um paciente consegue chegar ao atendimento sem depender de desvio incerto, a integração regional deixa de ser discurso e se torna rotina recuperada. O Vale do Caí conhece o valor de cada ponte, acesso e serviço compartilhado. Paulinho Ludwig assume a entidade com essa tarefa diante dos municípios: manter a região funcionando pelas ligações que consegue reconstruir, cuidar e sustentar. ■

A Amvarc entra nesse conjunto como espaço de organização de problemas compartilhados. A associação reúne municípios do Vale do Caí e permite que demandas repetidas nas prefeituras ganhem tratamento regional: reconstrução de estruturas afetadas por enchentes, pontes, estradas, produção rural, turismo, saneamento, defesa civil, qualificação da gestão e relação com Estado e União. Quando a pauta é organizada pela associação, a necessidade passa a representar um território inteiro, com impactos em moradia, trabalho, produção e atendimento público

CDP DIREITO PÚBLICO
MASPER TV INFINITAS POSSIBILIDADES
KAYSERMAQ DISTRIBUIDORA LTDA.

"O caminho responsável é defender quem produz hoje e, ao mesmo tempo, abrir espaço para alternativas que gerem renda no futuro"

BENITO FONSECA PASCHOAL

Prefeito de Encruzilhada do Sul e presidente da Amvarp

Edição: Rafaela Machado
Foto: Acervo

Presidente, a Amvarp é uma das entidades municipalistas mais antigas do Rio Grande do Sul e reúne 17 municípios de perfis bem diferentes. Ao assumir novamente a presidência, o que o senhor entende que precisa ser tratado como prioridade regional neste momento?

A Amvarp tem uma responsabilidade grande porque representa municípios com vocações próprias, realidades administrativas distintas e problemas que muitas vezes se repetem em toda a região. Santa Cruz do Sul tem uma estrutura de referência regional, Venâncio Aires tem uma força muito ligada à agroindústria e ao chimarrão, Rio Pardo carrega uma importância histórica e logística, e municípios como Encruzilhada do Sul, Candelária, Sinimbu, Vale do Sol, Herveiras, Gramado Xavier, Mato Leitão, Vale Verde, Passo do Sobrado, Pantano Grande, Minas do Leão, General Câmara, Boqueirão do Leão e Vera Cruz trazem demandas concretas do interior, da produção rural, da infraestrutura e dos serviços públicos.

A prioridade é fazer com que essas pautas sejam tratadas em conjunto. Quando cada município fala sozinho, a demanda pode parecer localizada. Quando a Amvarp organiza a pauta, leva dados, escuta os prefeitos e constrói posição regional, o assunto passa a ter outro peso diante do Estado, da União, da Famurs, da CNM e dos órgãos de controle.

A região vive um momento de preocupação com a cadeia produtiva do tabaco, especialmente pela comercialização da safra e pelo impacto que isso pode ter na renda dos produtores e na arrecadação. Como a Amvarp deve atuar nesse tema?

O tabaco precisa ser tratado com seriedade porque não estamos falando apenas de uma cultura agrícola. Estamos falando de famílias, de comércio local, de transporte, de serviços, de retorno de ICMS e da capacidade dos municípios manterem políticas públicas funcionando. Quando o produtor recebe menos ou demora para vender, esse efeito aparece na cidade inteira.

A Amvarp tem se somado a outras entidades para defender o diálogo, equilíbrio e previsibilidade. A região sabe que também precisa falar de diversificação produtiva, agroindústria, turismo rural e novas oportunidades, mas isso não significa abandonar uma cadeia que sustenta muitas comunidades. O caminho responsável é defender quem produz hoje e, ao mesmo tempo, abrir espaço para alternativas que gerem renda no futuro.

A Expoagro Afubra se consolidou como uma vitrine da agricultura familiar e também como espaço de debate público. O que muda quando os prefeitos levam uma assembleia da Amvarp para dentro desse ambiente?

Muda o nível da conversa. A Expoagro reúne produtor, entidade, governo, empresa, universidade, assistência técnica e liderança pública no mesmo espaço. Quando a Amvarp realiza uma assembleia neste ambiente, a pauta municipal deixa de ficar restrita ao gabinete e passa a dialogar diretamente com a realidade da propriedade rural.

Ali se discutem temas que chegam todos os dias às prefeituras: estrada do interior, acesso a programas do Estado, irrigação, sucessão familiar, documentação, crédito, assistência técnica, energia, internet, transporte escolar e saúde nas comunidades rurais. Para os municípios do Vale do Rio Pardo, isso é gestão pública na prática.

A Amvarp participou recentemente de debates sobre leis com impacto na folha dos municípios, como o descongelamento de vantagens e o enquadramento de profissionais da educação. Por que esse tipo de pauta precisa ser discutido regionalmente?

Porque as decisões sobre folha de pagamento têm consequência direta sobre a capacidade de investimento e de atendimento da população. Cada município tem sua realidade orçamentária, mas todos precisam agir

INSCREVA-SE @revistaemevidencia



> O tabaco precisa ser tratado com seriedade porque não estamos falando apenas de uma cultura agrícola. Estamos falando de famílias, de comércio local, de transporte, de serviços, de retorno de ICMS e da capacidade dos municípios manterem políticas públicas funcionando. Quando o produtor recebe menos ou demora para vender, esse efeito aparece na cidade inteira

com responsabilidade, segurança jurídica e respeito à autonomia municipal.

Quando a Amvarp chama a Famurs, técnicos e prefeitos para a mesma mesa, ela ajuda os municípios a não tomarem decisões isoladas, sob pressão ou sem medir impacto. Não se trata de negar direitos, e sim de avaliar o que a lei permite, o que ela obriga, qual é o risco jurídico e como isso cabe dentro do orçamento. Essa prudência protege a gestão e também protege os serviços que a população usa todos os dias.

Santa Cruz do Sul funciona como referência regional em comércio, indústria, ensino superior e saúde. Como equilibrar essa centralidade com as necessidades dos demais municípios da Amvarp?

Santa Cruz do Sul é uma referência natural para o Vale do Rio Pardo, e isso precisa ser visto como um ativo

regional. Muitas pessoas estudam, trabalham, buscam atendimento, fazem compras ou acessam serviços em Santa Cruz. Ao mesmo tempo, essa centralidade só funciona bem quando os demais municípios também estão organizados, com boas estradas, atenção básica estruturada, transporte de pacientes, equipes técnicas e condições de desenvolver suas próprias vocações.

O equilíbrio vem da cooperação. A região não pode depender de uma única cidade para tudo, mas também não pode ignorar que algumas estruturas regionais precisam estar concentradas onde há maior capacidade instalada. A Amvarp ajuda a fazer essa ponte, para que Santa Cruz, Venâncio Aires, Rio Pardo, Candelária, Vera Cruz e os demais municípios pensem juntos fluxos de atendimento, desenvolvimento e infraestrutura.

A RSC-287 e os acessos municipais têm sido tema de acompanhamento regional. Por que essa rodovia é tão sensível para o Vale do Rio Pardo?

A RSC-287 é uma das principais ligações econômicas e sociais da região. Ela conecta municípios, escoa produção, atende deslocamentos para saúde e educação, liga comunidades ao comércio e influencia diretamente o custo logístico. Quando há obra, duplicação, alteração de acesso ou problema de mobilidade, o impacto não fica só na rodovia; ele chega ao produtor rural, ao estudante, ao paciente e ao empresário.

A preocupação da Amvarp é garantir que as intervenções tragam segurança sem isolar comunidades ou dificultar o acesso de quem vive e produz ao longo da estrada. A duplicação e as melhorias são importantes, mas precisam conversar com a vida real dos municípios lindeiros.

Encruzilhada do Sul, município do senhor, tem uma realidade territorial ampla, com forte presença rural. Essa vivência influencia sua forma de conduzir a Amvarp?

Influencia muito. Quem administra um município com interior extenso sabe que a prefeitura precisa lidar com escola, estrada, saúde, transporte, máquinas, pontes, abastecimento e atendimento social em distâncias grandes. Isso dá uma noção muito clara do que significa governar fora dos grandes centros.

Na Amvarp, essa experiência ajuda a olhar para os municípios com respeito às suas diferenças. Uma decisão que parece simples em uma cidade pode ter outro impacto em uma comunidade rural distante. O papel da associação é justamente fazer com que essas realidades apareçam na mesa de decisão.

A região também tem universidades, escolas técnicas, agroindústrias e empresas que formam mão de obra e geram conhecimento. Como aproximar essa estrutura das necessidades dos municípios?

O primeiro passo é transformar demanda municipal em pauta organizada. Os municípios precisam de formação técnica para servidores, projetos de engenharia, apoio em planejamento, inovação na gestão, qualificação na saúde, educação, agricultura, meio ambiente e defesa civil. A região tem instituições capazes de contribuir muito com isso.

Santa Cruz do Sul, Venâncio Aires e outras cidades concentram estruturas importantes, mas o conhecimento precisa circular. A Amvarp pode ajudar a aproximar universidades, escolas técnicas, consórcios e prefeituras, criando agendas práticas: capacitação, projetos compartilhados, diagnóstico regional e apoio aos municípios que têm equipes menores em determinadas áreas.

Em temas como ICMS, arrecadação, pisos nacionais e programas federais, os municípios muitas vezes recebem obrigações sem a mesma proporção de recursos. Como a Amvarp pode atuar nessa relação com Estado e União?

A atuação precisa ser firme e técnica. O município executa muita política pública, mas nem sempre recebe recurso suficiente para fazer frente às exigências. Isso vale para saúde, educação, assistência, defesa civil e infraestrutura. Quando surge uma nova obrigação sem fonte clara de financiamento, a conta chega na prefeitura.

A Amvarp deve levar essa discussão para a Famurs, para a CNM, para deputados, secretarias estaduais e ministérios, sempre com dados e exemplos da região. A defesa municipalista precisa mostrar consequência prática: quando a despesa cresce sem compensação, o município reduz capacidade de investimento, atrasa manutenção, limita serviços e perde margem para responder às demandas da população.

Ao final desta gestão, que tipo de resultado o senhor considera mais importante para a Amvarp entregar aos municípios do Vale do Rio Pardo?

O resultado mais importante é deixar a região mais organizada para defender suas pautas. Algumas conquistas aparecem em obras, convênios ou programas. Outras aparecem em decisões mais responsáveis, em posições conjuntas, em prevenção de problemas e em melhor diálogo com os governos.

Eu gostaria que a Amvarp fosse percebida como um espaço útil, prático e presente. Um lugar onde Santa Cruz do Sul, Encruzilhada do Sul, Venâncio Aires, Rio Pardo, Candelária, Vera Cruz, Pantano Grande, Vale do Sol, Sinimbu, Mato Leitão, General Câmara e todos os demais municípios encontrem apoio para transformar problemas comuns em agenda regional. Isso dá força política, melhora a gestão e valoriza o Vale do Rio Pardo. ■

O GRANDE DESAFIO DE GLÁUCIA SCHUMACHER

A prefeita de Lajeado, nova presidente da Amvat, e a agenda de manter a entidade unida pós-eventos climáticos

Edição: Rafaela Machado
Foto: Acervo Pessoal

Depois de uma enchente, uma ponte deixa de ser só passagem. Ela define se um trabalhador chega ao emprego, se uma família acessa atendimento, se uma empresa recebe insumos e se uma prefeitura consegue manter serviços entre uma cidade e outra. No Vale do Taquari, a reconstrução passou a envolver estradas, moradias, escolas, unidades de saúde, áreas produtivas e ligações urbanas e rurais atingidas pelas cheias. É nesse cenário que Gláucia Schumacher, prefeita de Lajeado, começa a conduzir a Amvat em 2026.

Gláucia chegou ao Executivo de Lajeado pelo Progressistas, eleita para a gestão 2025–2028, e assumiu a presidência da Associação dos Municípios do Vale do Taquari com mandato iniciado em 1º de janeiro de 2026. Sua escolha ocorreu por aclamação em dezembro de 2025 e marcou a primeira vez, em 64 anos, que uma mulher passou a comandar a entidade. O dado se soma a um momento em que a região exige coordenação entre cidades, continuidade de obras, negociação por recursos e atenção a problemas que ultrapassam qualquer limite municipal.

Lajeado ajuda a explicar essa agenda. A cidade ocupa papel de polo no Vale do Taquari por concentrar comércio, serviços, indústria, atendimento em saúde, ensino, logística e atividades que alcançam moradores de municípios vizinhos. Quando uma rodovia sofre interrupção, quando uma ponte limita deslocamentos ou quando um serviço regional fica pressionado, o efeito alcança pacientes, estudantes, trabalhadores, transportadores, empresas e famílias que dependem da circulação diária entre cidades próximas.

A Amvat reúne 26 municípios e organiza temas regionais. Reconstrução, rodovias, pontes, meio ambiente, saúde, turismo, serviços públicos e busca de recursos junto ao Estado e à União exigem escala regional. A entidade evita que cada cidade trate sozinha problemas semelhantes, como estradas danificadas, ligações perdidas, equipamentos públicos atingidos, habitação e obras voltadas à redução de novos riscos.

Entre essas pautas, a Ponte dos Vales ocupa lugar central. A nova travessia sobre o Rio Taquari, entre Cruzeiro do Sul e Estrela, foi contratada pelo governo do Estado com investimento superior a R$ 288 milhões, custeado com recursos do Fundo do Plano Rio Grande. A obra ligará a ERS-130 à ERS-129 e terá 3,1 quilômetros de extensão. O projeto responde a um problema sentido de forma dura depois das enchentes: a interrupção de caminhos entre cidades, com reflexo sobre moradores, trabalhadores, transporte escolar, pacientes, cargas, comércio, empresas e serviços públicos. Ao chegar à gestão de Gláucia na Amvat, a ponte aparece como conquista regional em andamento, capaz de recompor fluxos, reduzir isolamento e dar suporte material à reconstrução.

A relação entre Lajeado e Amvat se fortalece nesse ponto. A prefeita de uma cidade que concentra serviços, empregos, atendimento em saúde, ensino e atividade econômica lida diariamente com fluxos regionais. Um paciente que chega de outro município, um estudante que se desloca para aula, uma empresa que depende de fornecedor externo e uma carga que precisa vencer uma rodovia atingida fazem parte da rotina administrativa de Lajeado e da agenda coletiva do Vale

A reconstrução pós-enchentes ainda pressiona a rotina das prefeituras do Vale. Casas foram destruídas ou tornaram-se inseguras, estradas e pontes exigiram reparos, escolas e unidades de saúde precisaram reorganizar atendimento, empresas tiveram perda de estrutura e produtores enfrentaram danos em áreas rurais.

LE BERG
CDP ESCRITÓRIO DE DIREITO PÚBLICO
MASPER TV INFINITAS POSSIBILIDADES
KAYSERMAQ DISTRIBUIDORA LTDA.



A reconstrução pós-enchentes ainda pressiona a rotina das prefeituras do Vale. Casas foram destruídas ou tornaram-se inseguras, estradas e pontes exigiram reparos, escolas e unidades de saúde precisaram reorganizar atendimento, empresas tiveram perda de estrutura e produtores enfrentaram danos em áreas rurais

INSCREVA-SE @revistaemevidencia

Famílias, estudantes, pacientes, servidores, comerciantes e trabalhadores sentiram o efeito de uma crise que atingiu cidades diferentes ao mesmo tempo. A atuação regional da Amvat permite reunir pleitos por recursos, obras e apoio técnico em uma pauta comum, com Estado, União e entidades do Vale envolvidos na busca por respostas que acelerem a retomada e reduzam a solidão administrativa de cada prefeitura.

Lajeado ajuda a explicar essa agenda. A cidade ocupa papel de polo no Vale do Taquari por concentrar comércio, serviços, indústria, atendimento em saúde, ensino, logística e atividades que alcançam moradores de municípios vizinhos. Quando uma rodovia sofre interrupção, quando uma ponte limita deslocamentos ou quando um serviço regional fica pressionado, o efeito alcança pacientes, estudantes, trabalhadores, transportadores, empresas e famílias que dependem da circulação diária entre cidades próximas

O Bloco 2 de rodovias estaduais acrescenta outra camada. As estradas do Vale do Taquari e da região Norte entram em concessão com prazo longo, investimentos bilionários, duplicações, manutenção, atendimento aos motoristas, tecnologia de cobrança e tarifas. Para quem trabalha em uma cidade e mora em outra, para empresas que dependem de carga regular, para estudantes que circulam entre municípios e para pacientes que buscam atendimento fora da cidade de origem, a rodovia não é um tema distante. A Amvat participa desse debate para defender prazos claros, custos compatíveis com o uso cotidiano e obras que aumentem a segurança.

A pauta ambiental ganhou peso depois das cheias. A Conferência Intermunicipal de Meio Ambiente do Vale do Taquari reuniu municípios em torno da emergência climática e da necessidade de propostas ligadas à prevenção. Drenagem, ocupação de áreas de risco, resíduos, proteção de bacias, alertas, evacuação e planejamento urbano passaram a ter relação direta com a segurança de moradores, equipes de defesa civil, agricultores, empresas e técnicos municipais. Com esse tratamento regional, a Amvat ajuda as prefeituras a alinhar critérios e preparar respostas antes de alagamentos, bloqueios e serviços interrompidos.

Em Lajeado, a reconstrução também aparece em decisões de cidade-pólo. A implantação de 71 apartamentos destinados a famílias atingidas pelas cheias históricas, no Residencial São Bento, envolve investimento superior a R$ 14 milhões e prazo estimado de 18 meses. A medida responde à necessidade de retirar famílias de áreas vulneráveis e oferecer moradia segura depois das perdas provocadas pelas águas. O efeito alcança a organização urbana, a assistência social, a saúde e a educação, porque uma família reassentada ganha endereço capaz de sustentar a volta ao trabalho, à escola e aos serviços públicos.

A saúde regional também entra nessa agenda. A Fundef, em Lajeado, atende pacientes dos Vales do Taquari e do Rio Pardo e tem referência em fissura labiopalatal e saúde auditiva. Quando uma instituição dessa natureza apresenta sua estrutura aos prefeitos da Amvat, o tema ultrapassa o custeio local. Crianças, adultos, famílias e equipes de saúde de vários municípios dependem de atendimento especializado que não está disponível em todas as cidades. O apoio regional ajuda a manter serviços que reduzem deslocamentos, orientam encaminhamentos e preservam atendimento contínuo.

O turismo regional também participa da recomposição econômica. A Amturvales iniciou 2026 com equipe técnica e definição de ações junto aos municípios associados, em uma região que precisa recuperar circulação, agenda de visitação e renda para empreendedores. Restaurantes, hospedagens, guias, comércio, produtores e municípios dependem de calendários organizados e divulgação conjunta para atrair visitantes e distribuir movimento entre diferentes cidades. Para o Vale do Taquari, o turismo ajuda a recolocar pessoas em circulação e a devolver receita aos negócios afetados pelas interrupções dos últimos anos.

A relação entre Lajeado e Amvat se fortalece nesse ponto. A prefeita de uma cidade que concentra serviços, empregos, atendimento em saúde, ensino e atividade econômica lida diariamente com fluxos regionais. Um paciente que chega de outro município, um estudante que se desloca para aula, uma empresa que depende de fornecedor externo e uma carga que precisa vencer uma rodovia atingida fazem parte da rotina administrativa de Lajeado e da agenda coletiva do Vale. Ao conduzir a Amvat, Gláucia leva para a entidade essa leitura de interdependência regional.

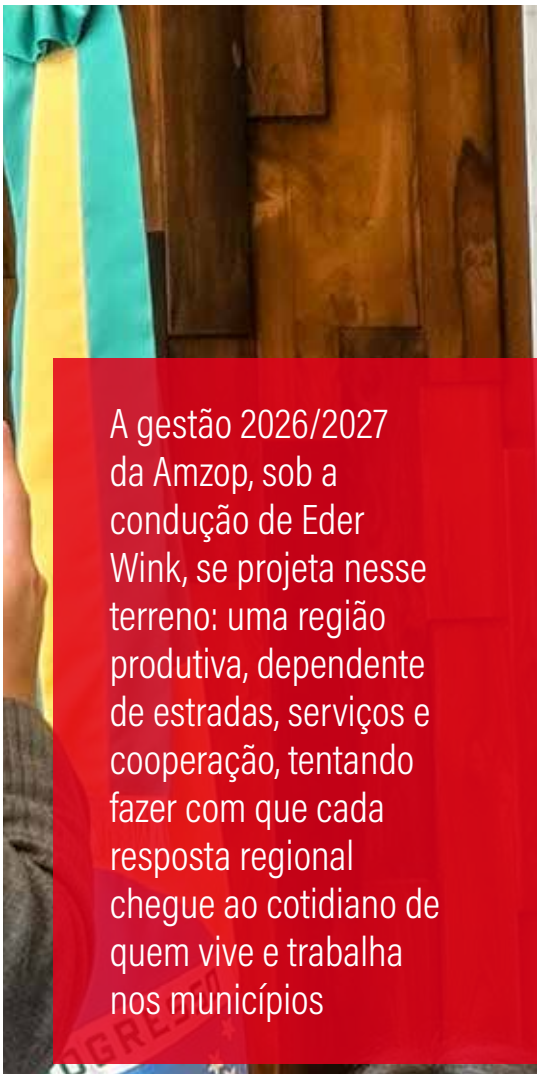
Quando a Ponte dos Vales avançar sobre o Rio Taquari, seu efeito será percebido no caminho refeito. Um trabalhador poderá reduzir incertezas no deslocamento, um paciente terá ligação mais segura, uma empresa voltará a contar com rota previsível e uma prefeitura encontrará apoio em uma estrutura pensada para reconectar a região. Para a Amvat, a reconstrução do Vale do Taquari passa por resultados desse tipo: cidade ligada a cidade, serviço restabelecido, família reassentada e obra capaz de devolver movimento ao território em reconstrução.

CDP DIREITO PÚBLICO
MASPER TV INFINITAS POSSIBILIDADES
KAYSERMAQ DISTRIBUIDORA LTDA.

EDER WINK À FRENTE DA PODEROSA AMZOP

Os desafios e perspectivas do prefeito de Erval Seco frente à entidade

Rafaela Machado
Foto: Agência ALRS



A gestão 2026/2027 da Amzop, sob a condução de Eder Wink, se projeta nesse terreno: uma região produtiva, dependente de estradas, serviços e cooperação, tentando fazer com que cada resposta regional chegue ao cotidiano de quem vive e trabalha nos municípios

Na Zona da Produção, a economia passa por lavouras, propriedades familiares, caminhões de grãos, produção leiteira, máquinas agrícolas, cooperativas, casas comerciais e estradas que conectam comunidades a sedes municipais. Quando o custo do leite aperta, quando a piscicultura busca apoio, quando uma rodovia precisa de manutenção ou quando uma prefeitura procura orientação técnica, a demanda atravessa a divisa de um único município. É nesse ambiente que Eder Wink, prefeito de Erval Seco, passa a conduzir a Amzop no período 2026/2027.

Prefeito de Erval Seco pelo PDT, Eder Wink chegou ao comando da Associação dos Municípios da Zona da Produção em um momento em que as prefeituras precisam organizar problemas recorrentes em pedidos acompanháveis pelos órgãos estaduais e federais

Prefeito de Erval Seco pelo PDT, Eder Wink chegou ao comando da Associação dos Municípios da Zona da Produção em um momento em que as prefeituras precisam organizar problemas recorrentes em pedidos acompanháveis pelos órgãos estaduais e federais. Sua função à frente da Amzop parte de uma condição direta: quem administra um município produtor lida diariamente com estradas rurais, atendimento de saúde, escolas, transporte, secretarias de Agricultura, máquinas públicas e serviços que dependem de orçamento, planejamento e apoio externo.

Erval Seco ajuda a explicar esse ponto de partida. O município está inserido em uma região em que agricultura e produção rural sustentam parte importante da vida econômica, movimentando comércio, serviços, transporte, agroindústrias e demandas municipais. As estradas conectam propriedades a cooperativas, alunos às escolas, pacientes aos serviços de saúde e famílias aos centros urbanos vizinhos. Para um prefeito desse território, a pauta regional nasce no deslocamento de máquinas, na conservação de acessos, no atendimento ao produtor, na manutenção de serviços públicos e problemas que se repetem em toda a Zona da Produção.

A Amzop reúne 28 municípios e ocupa um lugar tradicional no municipalismo gaúcho desde 1966, com sede em Seberi. Sua importância está na capacidade de organizar temas que aparecem, com variações, em várias prefeituras da região. Agricultura, infraestrutura, gestão pública, saúde, educação, esporte, estradas e relação com órgãos estaduais ganham consistência quando são tratados regionalmente. A associação permite reunir casos semelhantes, ordenar prioridades e sustentar pedidos que representem um conjunto de cidades.

A pauta agrícola ganhou um exemplo claro em Chapada, quando a Amzop

INSCREVA-SE @revistaemevidencia



aproximou produtores de bovinocultura de leite e piscicultura, prefeitos e lideranças municipais da Secretaria da Agricultura do Estado. O setor leiteiro enfrentava custo de produção elevado em relação ao preço de venda, enquanto a piscicultura buscava atenção para uma cadeia que depende de orientação, estrutura e condições de comercialização. Agricultores, cooperativas, secretarias municipais de Agricultura, comércio local e municípios produtores têm interesse direto nessas respostas, porque a renda do campo repercute nas famílias, nas empresas locais e na arrecadação municipal.

Sua função à frente da Amzop parte de uma condição direta: quem administra um município produtor lida diariamente com estradas rurais, atendimento de saúde, escolas, transporte, secretarias de Agricultura, máquinas públicas e serviços que dependem de orçamento, planejamento e apoio externo

A infraestrutura regional segue a mesma lógica. Em maio de 2026, a Amzop levou demandas ao DAER envolvendo manutenção de rodovias e melhorias na mobilidade da Zona da Produção. Estradas em más condições aumentam tempo de deslocamento, encarecem fretes, dificultam o transporte de leite e grãos, afetam o acesso de pacientes e interferem no transporte escolar. Moradores, produtores, transportadores, estudantes, empresas e equipes das prefeituras sentem o efeito. Quando a associação reúne pedidos de diferentes municípios, o tema passa a formar um mapa regional de prioridades.

Em Erval Seco, a administração de Eder Wink também passou por uma agenda voltada ao fortalecimento agrícola local. Em 2025, foram confirmados mais de R$ 2 milhões em recursos destinados ao setor. A agricultura precisa de apoio para manter atividade, ampliar condições de trabalho e sustentar a economia que movimenta comércio, serviços e arrecadação. Quando o recurso chega ao setor produtivo, o efeito alcança fornecedores, oficinas, mercados, transporte e famílias do interior.

Outro tema municipal com reflexo direto na vida das famílias foi a retomada da obra da Proinfância em Erval Seco. A administração conseguiu, em 2025, unificar em uma única matrícula os lotes onde a escola está construída, sanando um entrave que impedia o avanço regular da obra. Quando uma pendência imobiliária trava uma construção, as famílias ficam sem a solução esperada e a estrutura já iniciada deixa de cumprir sua função.

Na gestão pública regional, a Amzop mantém espaço para temas que raramente aparecem para a população, mas sustentam a segurança das prefeituras. Controladores internos municipais da região se reuniram para tratar de reforma tributária, auditoria interna e padronização de procedimentos. Esses assuntos afetam servidores, secretarias, contratos, compras públicas e decisões de governo. Uma falha de controle pode atrasar repasses, comprometer convênios ou gerar insegurança em processos administrativos. Ao reunir técnicos e gestores, a associação ajuda os municípios a corrigirem dúvidas antes que elas se tornem problemas maiores.

O esporte regional entra nessa agenda como forma de integração comunitária. A Copa Amzop Sesc Sicredi 2026 reuniu equipes de futebol de campo da categoria Livre e da categoria Veteranos, com participação de municípios da Zona da Produção. A competição mobiliza secretarias municipais, atletas, famílias, campos, transporte e comércio local nos dias de jogos. Para os jovens e para os atletas amadores, um calendário regional cria compromisso, convivência entre cidades e uso dos espaços esportivos. Para as prefeituras, também é uma maneira de cooperar fora das pautas administrativas tradicionais.

A relação com o Estado e com estruturas federativas completa esse quadro. Agricultura, rodovias, saúde regional, educação e recursos públicos dependem de decisões que muitas vezes saem do alcance imediato de cada prefeitura. Quando uma associação como a Amzop organiza prioridades, os municípios conseguem apresentar demandas com maior ordem e continuidade. Isso pesa em regiões produtoras, onde a demora em uma estrada, a ausência de resposta técnica ou a falta de apoio a uma cadeia agrícola repercute rapidamente na renda, no atendimento público e na circulação entre comunidades.

Eder Wink chega a essa função trazendo a experiência de um município onde lavoura, cooperativa, comércio, esporte comunitário, educação e serviço público se cruzam todos os dias. Erval Seco entra nessa história como um ponto de leitura para compreender a Zona da Produção. A rotina de um prefeito dessa região passa por máquinas no interior, produtores pedindo apoio, famílias esperando obra educacional, estradas que precisam de conservação, equipes técnicas que precisam acertar processos e jovens que encontram no esporte uma forma de circular entre municípios.

Quando a Zona da Produção consegue agir em conjunto, o resultado aparece no caminhão que chega melhor à cooperativa, na secretaria municipal que encontra orientação antes de perder prazo, na família que vê uma obra de educação voltar ao caminho certo e no atleta que passa a ter calendário entre cidades vizinhas. A gestão 2026/2027 da Amzop, sob a condução de Eder Wink, se projeta nesse terreno: uma região produtiva, dependente de estradas, serviços e cooperação, tentando fazer com que cada resposta regional chegue ao cotidiano de quem vive e trabalha nos municípios.

"A história do carvão faz parte da identidade regional [...] O caminho correto é reconhecer essa história, preservar o que ela representa e, ao mesmo tempo, abrir novas frentes de desenvolvimento"

JÚLIO CESAR PRATES CUNHA

Prefeito de São Jerônimo e presidente reeleito da Asmurc

Edição: Rafaela Machado
Foto: Chico Pinheyro/Revista Em Evidência

Presidente, a Asmurc reúne municípios com uma história muito própria, marcada pelo carvão, pelo Rio Jacuí, pela indústria, pela agricultura, pela energia e pela ligação direta com a Região Metropolitana. Como o senhor enxerga hoje o papel da associação para transformar essa identidade regional em pauta concreta de trabalho?

A Região Carbonífera tem uma característica que precisa ser respeitada: ela não nasceu de uma vocação única. O carvão deu nome e história ao território, mas os municípios também se organizaram em torno da indústria, da produção rural, da logística, dos serviços públicos, da educação e da relação com Porto Alegre e com outras regiões do Estado. A Asmurc precisa olhar para tudo isso de forma integrada.

O papel da associação é transformar assuntos que muitas vezes aparecem separados em uma agenda comum. Quando São Jerônimo debate saúde regional, quando Butiá recebe uma reunião sobre desenvolvimento, quando Charqueadas discute indústria, quando Minas do Leão fala de mineração ou quando Triunfo entra na pauta pela força industrial e logística, todos esses temas têm ligação entre si. A função da Asmurc é dar unidade a essas demandas e levar uma posição regional mais organizada ao Estado, à União, aos órgãos técnicos e às entidades municipalistas.

São Jerônimo abriga a sede da Asmurc e também aparece como referência institucional em várias agendas regionais. O que essa posição representa para a condução da entidade?

São Jerônimo tem uma responsabilidade natural por sediar a associação e por concentrar parte importante das agendas regionais, mas a Asmurc só funciona quando todos os municípios se reconhecem dentro dela. A presidência precisa ouvir Arroio dos Ratos, Butiá, Charqueadas, General Câmara, Minas do Leão, Barão do Triunfo, Triunfo e Vale Verde com o mesmo cuidado.

A sede em São Jerônimo facilita a articulação, especialmente em pautas como saúde, educação, consórcios, encontros técnicos e diálogo institucional. Mas a condução precisa circular pela região. Quando uma reunião ocorre em Butiá, Minas do Leão ou General Câmara, por exemplo, o debate se aproxima da realidade local e mostra que a entidade não pode ficar restrita a uma mesa formal.

A Região Carbonífera discute há anos a necessidade de ampliar sua base econômica sem abandonar sua memória ligada à mineração. Como trabalhar a transição econômica sem tratar o passado carbonífero como problema?

A história do carvão faz parte da identidade regional. Arroio dos Ratos, Minas do Leão, Butiá e São Jerônimo carregam essa memória de forma muito forte, inclusive do ponto de vista cultural, urbano e familiar. O caminho correto é reconhecer essa história, preservar o que ela representa e, ao mesmo tempo, abrir novas frentes de desenvolvimento.

A transição econômica precisa ser prática. Ela passa por atração de investimentos, qualificação profissional, recuperação de áreas, melhoria de acessos, apoio à indústria já instalada e fortalecimento de setores que podem crescer, como turismo histórico, serviços, produção rural e tecnologia aplicada à gestão pública. Não se faz transição apenas com discurso; ela precisa aparecer em emprego, arrecadação, formação técnica e oportunidades para os jovens permanecerem na região.

Também é importante tratar o tema ambiental com seriedade. A recupera-

CDP DIREITO PÚBLICO
MASPER TV INFINITAS POSSIBILIDADES
KAYSERMAQ DISTRIBUIDORA LTDA.



> A Asmurc pode reunir prefeitos, organizar documentos, apresentar demandas, dialogar com entidades empresariais, universidades, governo do Estado, União e órgãos de controle. Essa é uma atuação institucional. Cada prefeitura mantém sua autonomia, mas a região ganha força quando deixa claro o que considera prioridade

ção de áreas impactadas, a adaptação climática e o aproveitamento responsável do território precisam entrar na mesma conversa do desenvolvimento. Para os municípios, a consequência prática é muito clara: sem planejamento, a região perde população, perde receita e perde capacidade de atender bem. Com planejamento regional, ela consegue negociar melhor e preparar novas alternativas.

A saúde regional entrou novamente na pauta da Asmurc, com debate sobre consórcio, custos e fortalecimento dos atendimentos vinculados ao Hospital Regional São Jerônimo. Qual é a prioridade nessa área?

A prioridade é garantir acesso mais organizado para a população. Saúde regional exige escala, porque muitos atendimentos não se resolvem dentro de um único município. O transporte de pacientes, os encaminhamentos, os exames, as consultas especializadas e a retaguarda hospitalar precisam ser tratados como rede.

Quando os prefeitos discutem consórcio e melhor uso dos recursos, a preocupação é simples: fazer o dinheiro chegar ao atendimento. Municípios com estruturas diferentes enfrentam

INSCREVA-SE @revistaemevidencia

o mesmo problema quando precisam encaminhar pacientes para serviços especializados. Se a região consegue reduzir custos administrativos, melhorar fluxos e fortalecer o Hospital Regional São Jerônimo, o cidadão sente isso no tempo de espera, no deslocamento e na continuidade do cuidado.

A BR-290, o Rio Jacuí, a proximidade com a Região Metropolitana e a presença industrial dão à Carbonífera uma posição logística importante. O que ainda precisa avançar para essa localização virar vantagem permanente?

A região tem localização, história produtiva e conexão com mercados importantes. Mas localização sozinha não resolve. É preciso melhorar infraestrutura, acessos, segurança viária, manutenção de estradas, capacidade de escoamento e articulação com projetos maiores do Estado.

A BR-290 é uma pauta permanente porque afeta deslocamento, transporte de cargas, acesso a serviços e integração com Porto Alegre e outras regiões. O Rio Jacuí também precisa ser visto dentro de uma estratégia de desenvolvimento, ambiente, defesa civil e turismo. Quando Charqueadas, Triunfo, São Jerônimo e os demais municípios olham para logística, não se trata apenas de estrada; trata-se de competitividade, segurança, tempo e custo para quem produz e para quem precisa se deslocar.

Em reuniões recentes, a Asmurc tratou de desenvolvimento regional e de apoio a investimentos com impacto para emprego e arrecadação. Como a associação pode atuar sem invadir a autonomia de cada município?

A associação não substitui a decisão de nenhum município. O que ela faz é construir posição regional quando uma pauta ultrapassa os limites de uma cidade. Um investimento industrial, uma mudança tributária, uma obra de infraestrutura ou uma decisão ambiental com impacto econômico não afeta apenas o município onde ela ocorre; afeta fornecedores, trabalhadores, arrecadação, serviços e circulação de pessoas em toda a região.

A Asmurc pode reunir prefeitos, organizar documentos, apresentar demandas, dialogar com entidades empresariais, universidades, governo do Estado, União e órgãos de controle. Essa é uma atuação institucional. Cada prefeitura mantém sua autonomia, mas a região ganha força quando deixa claro o que considera prioridade.

A região também tem uma pauta forte de defesa civil, enchentes, eventos climáticos e adaptação das cidades. Como isso entrou na agenda da Asmurc?

Entrou porque deixou de ser um tema eventual. Os municípios passaram a lidar com chuva extrema, estradas danificadas, famílias atingidas, pontes, bueiros, áreas de risco, perdas na produção e dificuldade de resposta rápida. A defesa civil precisa ser regionalizada, com equipes preparadas, troca de informação e apoio técnico.

O debate sobre adaptação climática ajuda a tirar o município da resposta improvisada. General Câmara, Arroio dos Ratos, São Jerônimo, Butiá e os demais precisam de planos, mapas de risco, orientação técnica e capacidade de buscar recursos. Quando uma cidade se prepara melhor, a região toda ganha, porque os problemas não respeitam a divisa municipal.

A educação e a formação técnica aparecem como pontos decisivos para a transição econômica. Que tipo de aproximação com universidades, escolas técnicas e instituições de ensino faz sentido para a Carbonífera?

Faz sentido aproximar a formação daquilo que a região precisa. A Carbonífera tem indústria, mineração, saúde, logística, administração pública, agricultura, turismo e demandas ambientais. A formação técnica precisa conversar com essas áreas, para preparar trabalhadores e também qualificar os serviços públicos.

A aproximação com instituições como a Ulbra em São Jerônimo, escolas técnicas e estruturas de formação profissional pode ajudar em saúde regional, tecnologia, gestão, indústria e capacitação de servidores. Para o jovem, isso significa enxergar oportunidade sem precisar sair da região. Para a empresa, significa encontrar mão de obra mais preparada. Para a prefeitura, significa melhorar a gestão e criar ambiente mais favorável ao desenvolvimento.

Também há um efeito social importante. Quando educação, emprego e identidade regional se conectam, a população passa a ver futuro no próprio território. Isso vale para Charqueadas, Minas do Leão, Arroio dos Ratos, Triunfo e todos os municípios associados.

Ao fim da atual gestão, que marca o senhor gostaria de deixar na Asmurc?

Gostaria de deixar uma associação mais presente, mais técnica e mais respeitada como voz regional. A Região Carbonífera precisa ser vista pelo Estado não apenas pela sua história, mas pela capacidade atual de produzir, empregar, formar pessoas, atender a população e construir novas alternativas econômicas.

A marca que importa é a continuidade. Reuniões bem conduzidas, pautas documentadas, diálogo com Famurs, Estado, União, universidades, consórcios e entidades locais ajudam os próximos gestores. A Asmurc precisa sair de cada encontro com encaminhamento, não apenas com registro de presença.

Se conseguirmos fortalecer a saúde regional, defesa civil, infraestrutura, formação técnica, turismo, transição econômica e debate fiscal com seriedade, já teremos dado um passo importante. Cada município tem sua vocação, mas a Região Carbonífera precisa falar com mais unidade quando o assunto é futuro.

CDP DIREITO PÚBLICO
MASPER TV INFINITAS POSSIBILIDADES
KAYSERMAQ DISTRIBUIDORA LTDA.

"A marca precisa ser de presença e encaminhamento. A Azonasul já tem história, sede, representação e uma rede de prefeitos que entende a importância da cooperação"

ANDRÉ SELAYARAN

Prefeito de Santa Vitória do Palmar e presidente da Azonasul

Edição: Rafaela Machado
Foto: Chico Pinheyro/Revista Em Evidência

A Azonasul chega a esta gestão com uma agenda muito concreta: rodovias federais, saúde regional, arrecadação, defesa civil e desenvolvimento da Zona Sul. Como o senhor organiza essas prioridades para que a associação não fique apenas reagindo aos problemas?

A primeira decisão é trabalhar com uma pauta comum. A Zona Sul tem municípios com vocações próprias, mas muitos problemas se repetem: custo de transporte, manutenção de estradas, pressão sobre a saúde, queda de arrecadação, dificuldade de custear serviços que chegam ao cidadão todos os dias. A Azonasul precisa transformar essas demandas em posição regional, com documento, reunião, encaminhamento e acompanhamento.

Também é importante manter a agenda descentralizada. Quando a associação se reúne em Rio Grande, Pelotas, Jaguarão, Santa Vitória do Palmar ou São Lourenço do Sul, ela aproxima os prefeitos da realidade de cada território. A pauta deixa de ser abstrata. A rodovia aparece ligada ao porto, à safra, ao turismo, ao transporte de pacientes e ao custo de vida das famílias.

A nova concessão das rodovias federais, especialmente no eixo da BR-116 e da BR-392, entrou no centro da pauta regional. Qual é a preocupação dos prefeitos da Azonasul?

A preocupação principal é que o modelo não aumente o custo de circulação dentro da própria região. A Zona Sul depende muito da ligação com Pelotas, Rio Grande, Jaguarão, Canguçu, São Lourenço do Sul, Candiota e Santa Vitória do Palmar. São deslocamentos de carga, de trabalho, de estudo, de saúde e de serviços públicos. Quando uma praça ou pórtico de cobrança é mal localizado, ele pode criar uma barreira dentro da vida regional.

A Azonasul defende investimento em rodovia, segurança e manutenção permanente. O que precisa ser discutido é a forma de cobrança, o impacto sobre os municípios e a competitividade da Metade Sul. Uma tarifa que pesa demais no transporte de arroz, carne, leite, frutas, pescado, insumos industriais ou cargas que seguem para o Porto do Rio Grande acaba reduzindo a capacidade econômica da região inteira.

Rio Grande tem o porto, Pelotas concentra serviços e universidades, Jaguarão se liga à fronteira, Santa Vitória do Palmar e Chuí estão no Extremo Sul do Estado. Como fazer uma pauta regional respeitando perfis tão diferentes?

A diferença de perfil é justamente a força da Zona Sul. Rio Grande tem uma estrutura portuária decisiva para o Estado e para o país. Pelotas concentra serviços, ensino, saúde, comércio e formação. Jaguarão e Chuí expressam a relação de fronteira com o Uruguai. Santa Vitória do Palmar, São José do Norte e São Lourenço do Sul trazem a relação com lagoas, litoral, pesca, turismo e produção. Canguçu, Piratini, Pinheiro Machado, Pedras Altas, Herval e Aceguá mostram a força rural, a pecuária, a agricultura familiar e as longas distâncias administrativas.

A função da Azonasul é organizar essa diversidade em pautas que façam sentido para todos. Logística, saúde regional, educação técnica, defesa civil, estradas, habitação, saneamento, produção rural e retorno de ICMS passam por todos os municípios, cada um com sua realidade. Quando a região fala junta, o Estado e a União conseguem enxergar a escala do problema.

A saúde regional apareceu em reuniões recentes da associação, inclusive com preocupação sobre a Santa Casa do Rio Grande e a demanda por exames, consultas e cirurgias. O que os municípios esperam nessa área?

Os municípios esperam previsibilidade. A população precisa do atendimento básico perto de casa, mas

INSCREVA-SE @revistaemevidencia



> A função da Azonasul é organizar essa diversidade em pautas que façam sentido para todos. Logística, saúde regional, educação técnica, defesa civil, estradas, habitação, saneamento, produção rural e retorno de ICMS passam por todos os municípios, cada um com sua realidade. Quando a região fala junta, o Estado e a União conseguem enxergar a escala do problema

muitos procedimentos dependem de referência regional. Rio Grande, Pelotas e outros centros atendem pacientes de várias cidades. Isso envolve transporte, regulação, filas, pactuação e financiamento. Quando uma instituição regional entra em dificuldade, o impacto não fica restrito ao município sede.

A Azonasul tem insistido que a saúde precisa ser tratada como rede. Um paciente de Herval, Canguçu, Arroio Grande ou Santa Vitória do Palmar que precisa se deslocar para consulta, exame ou cirurgia gera custo para a família e para a prefeitura. Sem aumento real de recursos, os municípios acabam cobrindo vazios do sistema com orçamento próprio.

A consequência prática é clara: mais pressão sobre ambulâncias, motoristas, combustível, diárias, equipes de saúde e secretarias municipais. Por isso, a pauta da saúde não pode ser discutida apenas em momentos de crise. Ela precisa estar no centro das conversas com o Estado e com a União.

A educação também entrou na pauta da reunião regional em Rio Grande, especialmente pelo impacto do ICMS da Educação e possíveis perdas de receita. Por que esse tema preocupa tanto?

Porque qualquer mudança no critério

de retorno do ICMS mexe diretamente no caixa municipal. A educação é prioridade, mas o município precisa entender o critério, medir o impacto e ter condição de se adaptar. Quando uma regra muda e a receita cai, o efeito aparece em várias áreas, inclusive nas próprias políticas educacionais.

A Azonasul pode ajudar muito nesse ponto com informação técnica. Prefeituras com estruturas administrativas distintas precisam ter acesso ao mesmo nível de análise, para saber onde estão perdendo, onde podem melhorar indicadores e que tipo de correção deve ser cobrada do Estado quando houver distorção.

A Zona Sul tem universidades, institutos federais, escolas técnicas e uma economia que exige formação em várias áreas. Que papel a formação profissional pode ter no desenvolvimento regional?

A formação técnica precisa conversar com a produção real da região. Temos porto, indústria, comércio, agricultura familiar, pecuária, arroz, fruticultura, pesca, turismo, serviços de saúde e gestão pública. Quando o jovem encontra formação ligada a essas atividades, aumenta a chance de permanecer na região com trabalho e perspectiva.

Pelotas e Rio Grande têm papel importante pela presença universitária e técnica. Mas essa formação precisa alcançar também municípios como Canguçu, São Lourenço do Sul, Jaguarão, Santa Vitória do Palmar, Piratini e Arroio Grande. A qualificação de servidores, por exemplo, já é uma demanda constante. Licitações, prestação de contas, convênios, saúde, educação e defesa civil exigem atualização permanente.

A Azonasul tem atuado também com capacitação, inclusive por meio da Escola de Gestão Pública e parcerias com órgãos como o TCE-RS e o Consórcio Público do Extremo Sul. Qual é o efeito disso na rotina das prefeituras?

O efeito aparece na qualidade da decisão. Uma licitação bem conduzida, uma prestação de contas correta, um servidor preparado para operar sistemas e interpretar regras evita retrabalho, apontamentos, atrasos e insegurança. Isso é muito concreto para a prefeitura.

Na Zona Sul, muitos municípios têm equipes enxutas e acumulam responsabilidades. Quando a associação promove capacitação regional, ela reduz distância, custo e isolamento técnico. O servidor de Turuçu, Cerrito, Capão do Leão, Aceguá ou Morro Redondo precisa ter acesso à mesma atualização que uma estrutura maior teria. Esse é um papel silencioso da Azonasul, mas muito relevante.

A produção rural da Zona Sul é diversa: arroz em terras baixas, pecuária, agricultura familiar, leite, frutas, agroindústrias e pesca. Como essa pauta entra na agenda municipalista?

Ela entra pela infraestrutura, pela inspeção, pela estrada, pela comercialização, pela assistência e pela regularização. O produtor precisa escoar, acessar serviço, vender com segurança e cumprir exigências legais. O município, muitas vezes, é a primeira porta para resolver ou encaminhar esses problemas.

A experiência regional com inspeção e certificação de produtos de origem animal mostra que a cooperação entre municípios pode abrir mercado para as agroindústrias. Isso é desenvolvimento na prática. Uma pequena agroindústria regularizada vende mais, contrata mais, compra mais matéria-prima local e gera retorno para o município.

Também há a questão climática. Estiagens e enchentes afetam lavouras, estradas do interior, pontes, abastecimento de água e renda das famílias. A pauta rural precisa estar ligada à defesa civil e à infraestrutura, não apenas à produção.

A região convive com enchentes, estiagens, vento, cheias de arroios, impacto nas estradas vicinais e problemas recorrentes de infraestrutura. O que mudou na forma de tratar defesa civil?

Mudou a necessidade de planejamento. Defesa civil não pode aparecer só depois do desastre. Os municípios precisam de plano, mapeamento, equipamentos, comunicação e canais claros com o Estado e a União. Na Zona Sul, a água pode ser problema por excesso ou por falta, e isso exige leitura territorial.

A associação tem condição de aproximar experiências. O que uma cidade aprendeu com alagamento pode ajudar outra; o que uma cidade organizou para estiagem pode servir de referência regional. A consequência prática é reduzir o improviso, proteger famílias e diminuir a perda de estrutura pública.

Ao assumir a presidência da Azonasul, o senhor representa Santa Vitória do Palmar, mas passa a falar por uma região ampla, de Aceguá a São José do Norte, de Pelotas a Chuí. Que marca o senhor pretende deixar na condução da entidade?

A marca precisa ser de presença e encaminhamento. A Azonasul já tem história, sede, representação e uma rede de prefeitos que entende a importância da cooperação. A gestão deve continuar esse trabalho com foco em resultado: reunião que gera documento, documento que vira agenda, agenda que produz resposta.

Quero uma associação próxima dos municípios e respeitada pelos governos. A Zona Sul tem produção, conhecimento, porto, fronteira, cultura, turismo e gente preparada. Quando esses elementos aparecem juntos, a região deixa de ser tratada como periferia das decisões e passa a ocupar o espaço que merece no planejamento do Rio Grande do Sul. ■

INSCREVA-SE @revistaemevidencia

DOUGLAS MARTELLO, PRESIDENTE DA GRANPAL

O que o prefeito de Alvorada deve priorizar frente à entidade

Edição: Rafaela Machado
Foto: Chico Pinheyro/Revista Em Evidência

Antes de chegar ao trabalho, à escola, ao hospital ou ao comércio, milhares de moradores da Região Metropolitana atravessam limites municipais que quase desaparecem no ritmo do dia. O ônibus que sai de Alvorada, a consulta marcada em Porto Alegre, o emprego em outra cidade e a passagem paga todos os dias mostram uma região organizada por ligação, custo e tempo. É desse território urbano que Douglas Martello, prefeito de Alvorada, chega à presidência da Granpal no biênio 2026–2027.

Eleito prefeito de Alvorada pelo PL para a gestão municipal iniciada em 2025, Douglas assumiu a condução da Associação dos Municípios da Região Metropolitana de Porto Alegre em 31 de março de 2026. A função coloca o chefe do Executivo de Alvorada diante de problemas divididos por cidades que usam as mesmas vias, dependem de serviços interligados e sentem, ao mesmo tempo, o impacto de decisões tomadas fora de seus limites administrativos.

Alvorada ajuda a explicar esse ponto de partida. O município integra a Região Metropolitana de Porto Alegre e mantém relação diária com a Capital por trabalho, estudo, atendimento em saúde, comércio, serviços e transporte coletivo. A cidade tem áreas urbanas densas, demandas de habitação, necessidade de infraestrutura e população que depende de deslocamentos frequentes. A agenda que Douglas leva à Granpal nasce dessa circulação: gente que mora em uma cidade, trabalha em outra, busca atendimento em uma terceira e sente no bolso cada alteração de tarifa, combustível e oferta de ônibus.

A Granpal entra onde a divisa municipal deixa de resolver o problema. Transporte, clima, habitação, saneamento, segurança, tecnologia pública, saúde e serviços compartilhados exigem organização entre prefeitos. A entidade aproxima cidades metropolitanas com estruturas fiscais, redes urbanas e capacidades administrativas diferentes. Quando a região precisa discutir tarifa, drenagem, abastecimento, moradia ou resposta a emergências, a associação evita que a pauta fique fragmentada entre municípios vizinhos.

A Granpal entra onde a divisa municipal deixa de resolver o problema. Transporte, clima, habitação, saneamento, segurança, tecnologia pública, saúde e serviços compartilhados exigem organização entre prefeitos. A entidade aproxima cidades metropolitanas com estruturas fiscais, redes urbanas e capacidades administrativas diferentes

No transporte coletivo, a pressão do diesel tornou a discussão metropolitana decisiva. A alta ou a falta do combustível atinge empresas, mexe nos custos das linhas e pode levar a remanejamentos de horários, redução de atendimento ou reajustes difíceis para quem depende do ônibus. Trabalhadores, estudantes, pacientes, famílias, empresas, prefeituras e operadores entram na mesma equação porque a viagem diária não se organiza pelo mapa político. Ao tratar tarifa e diesel como tema regional, a Granpal busca soluções de custo, subsídio, continuidade de linhas e equilíbrio do sistema, com efeito direto sobre quem precisa chegar ao trabalho, à aula, ao posto de saúde ou ao comércio sem ver a passagem consumir mais renda.

A adaptação climática também ganhou peso na condução da entidade. Enchentes, alagamentos, falhas de drenagem e eventos extremos atingem casas, escolas, unidades de saúde, comércio, transporte, áreas vulneráveis e orçamento público. A água que sobrecarrega uma cidade pode comprometer vias de outra, interromper linhas, atrasar atendimentos e deslocar famílias. A criação de um sistema metropolitano de monitoramento climático responde a esse cenário ao ampliar o acesso a dados de previsão, risco e resposta. Com informação organizada, defesa civil, secretarias e equipes de campo podem orientar obras, preparar abrigos, proteger equipamentos públicos e reduzir danos em novas ocorrências.

Saneamento e drenagem aparecem

CDP DIREITO PÚBLICO
MASPER TV INFINITAS POSSIBILIDADES
KAYSERMAQ DISTRIBUIDORA LTDA.



Douglas Martello chega a essa função vindo de uma cidade que sente todos esses temas no mesmo dia. Em Alvorada, o transporte para Porto Alegre, o custo da passagem, a drenagem de uma rua, a espera por serviço, a segurança de uma mulher ameaçada, a moradia em área vulnerável e o acesso a atendimento público formam uma agenda sem separação rígida. Na Granpal, essas questões ganham escala regional porque se repetem em municípios vizinhos com estruturas diferentes e circulação de pessoas em comum

nessa mesma lógica. Em Alvorada, reclamações de moradores sobre obras, buracos, recapeamentos, resíduos e bueiros obstruídos levaram a administração municipal a cobrar providências da concessionária responsável pelos serviços. O problema afeta moradores, comércio, ônibus, acesso a escolas, atendimento em saúde e escoamento da água da chuva. Quando a Granpal aproxima municípios e prestadores de serviço para discutir abastecimento, saneamento, investimentos e planejamento, a cobrança ganha escala e ajuda a ordenar intervenções urbanas.

Na habitação, a questão metropolitana aparece em bairros adensados, famílias em áreas vulneráveis e pressão sobre redes de saúde, educação, assistência e transporte. Uma moradia precária em área sujeita a alagamento exige drenagem, regularização, acesso seguro, escola próxima, posto de saúde e rota de transporte conectada ao restante da cidade. Quando esse tema chega à Granpal, ele precisa ser tratado como organização do território urbano. A política

INSCREVA-SE @revistaemevidencia



habitacional reduz risco para famílias, diminui respostas emergenciais repetidas e cria condições para que obras e serviços públicos cheguem a regiões que cresceram sob forte pressão social.

A tecnologia pública entrou nessa agenda por serviços que mudam a resposta do poder público diante de problemas concretos. Em Alvorada, o Botão Lilás, integrado ao aplicativo Alvorada Digital, permite que mulheres em situação de violência acionem a Guarda Civil Municipal pelo celular, com alerta ao Centro Integrado de Comando e Controle e atendimento no local indicado. O recurso atende mulheres sob medida protetiva ou em situação de vulnerabilidade e foi reforçado com investimento para ampliar monitoramento e acompanhamento de ocorrências. O uso da ferramenta interessa à Região Metropolitana por ter função clara: atendimento, segurança, informação e resposta de equipes.

Entre as entregas municipais, o Prefeitura no Bairro traduz esse raciocínio em atendimento cotidiano. Ao levar serviços essenciais às comunidades, a administração reduz deslocamentos desnecessários, aproxima equipes de demandas locais e permite que moradores resolvam solicitações sem depender sempre da ida ao centro da cidade. Em uma cidade conectada diariamente a Porto Alegre, esse tipo de ação tem efeito sobre famílias que dividem o dia entre trabalho, escola, transporte e cuidado com serviços públicos. A lógica municipal conversa com a pauta metropolitana porque ambas lidam com o mesmo problema: fazer o serviço chegar onde a população está.

A relação entre associação e Consórcio Granpal completa a estrutura regional. Enquanto a Granpal organiza a representação política dos municípios e reúne prefeitos em torno de temas comuns, o consórcio pode apoiar a execução de projetos conjuntos e compras compartilhadas em áreas como saúde, mobilidade, saneamento, educação e resíduos. A Região Metropolitana precisa de decisões coordenadas e capacidade técnica para converter demandas comuns em medidas aplicáveis. Na gestão 2026–2027, a atuação conjunta reduz o isolamento entre as prefeituras.

A relação entre associação e Consórcio Granpal completa a estrutura regional. Enquanto a Granpal organiza a representação política dos municípios e reúne prefeitos em torno de temas comuns, o consórcio pode apoiar a execução de projetos conjuntos e compras compartilhadas em áreas como saúde, mobilidade, saneamento, educação e resíduos

Douglas Martello chega a essa função vindo de uma cidade que sente todos esses temas no mesmo dia. Em Alvorada, o transporte para Porto Alegre, o custo da passagem, a drenagem de uma rua, a espera por serviço, a segurança de uma mulher ameaçada, a moradia em área vulnerável e o acesso a atendimento público formam uma agenda sem separação rígida. Na Granpal, essas questões ganham escala regional porque se repetem em municípios vizinhos com estruturas diferentes e circulação de pessoas em comum. A condução da entidade passa por esse ponto: organizar a região a partir dos problemas que os moradores já vivem sem pedir licença à divisa municipal.

Quando a articulação metropolitana funciona, ela aparece no tempo de espera do ônibus, no custo que cabe melhor no orçamento, na rua que escoa a chuva com menos dano, no bairro que recebe atendimento sem atraso, na mulher que consegue acionar ajuda pelo celular e na família que mora com maior segurança. A Granpal ocupa esse espaço da vida urbana, onde a rotina de quem atravessa avenidas, pontes, bairros e cidades todos os dias depende de decisões tomadas em conjunto pela Região Metropolitana. ■

CP BERG
CDP DIREITO PÚBLICO
MASPER TV INFINITAS POSSIBILIDADES
KAYSERMAQ DISTRIBUIDORA LTDA.

CRIMES ELEITORAIS EM 2026: O QUE CANDIDATOS E GESTORES PÚBLICOS PRECISAM SABER

ACERVO PESSOAL



MATEUS MARQUES
Sócio do escritório Mateus Marques Advocacia Criminal
Doutor em Direito e professor de Processo Penal

INSCREVA-SE @revistaemevidencia

O processo eleitoral brasileiro é, ao mesmo tempo, o mais sofisticado instrumento de renovação democrática e um dos campos jurídicos mais áridos para quem o enfrenta sem preparo. À medida que o calendário das Eleições de 2026 avança, cresce a responsabilidade de candidatos e gestores públicos em compreender com precisão os limites legais que regem a disputa, não como mera formalidade, mas como condição indispensável para a legitimidade de qualquer candidatura. A legislação eleitoral estabelece vedações cuja violação pode resultar em consequências irreversíveis: cassação do registro de candidatura, perda do mandato obtido nas urnas e decretação de inelegibilidade. Em determinadas hipóteses, a responsabilidade ultrapassa a esfera administrativa e alcança o campo penal. Nesse sentido, trazemos ao conhecimento do leitor pontos que, tanto pela recorrência, quanto pela gravidade, podem aparecer durante o pleito eleitoral, e que merecem especial atenção.

O primeiro deles é também o mais subestimado: a captação ilícita de sufrágio, muito além da compra de votos. O art. 41-A da Lei nº 9.504/1997 tipifica essa prática como o ato de doar, oferecer, prometer ou entregar bem ou vantagem pessoal ao eleitor com a finalidade de obter seu voto. Ela alcança um espectro amplo de situações, como a distribuição de bens materiais, promessas de benefícios individuais e oferecimento de serviços, e prescinde da efetiva entrega para sua configuração: a mera promessa já satisfaz o tipo legal. O ilícito incide a partir do pedido de registro da candidatura, período que muitos subestimam como fase ainda "informal" da campanha, e cujas consequências podem se estender muito além do pleito.

Se a captação ilícita de sufrágio costuma ser percebida como um ato pontual, o abuso de poder econômico e político opera de forma mais silenciosa e, por isso, mais perigosa. Ele ocorre quando recursos patrimoniais, públicos ou privados, são mobilizados de forma a comprometer a igualdade da disputa eleitoral. O uso de estrutura pública em benefício de candidatura, o desvio de servidores para atividades eleitorais em horário de expediente e o direcionamento de contratos administrativos a grupos de apoio político são exemplos recorrentes na jurisprudência do Tribunal Superior Eleitoral. O abuso de poder político, por sua vez, caracteriza-se pelo emprego das prerrogativas do cargo para influenciar o resultado do pleito. Ambas as condutas sujeitam o infrator à inelegibilidade e à cassação do diploma, sendo que frequentemente ocorrem de forma gradual, sem que o candidato perceba com clareza o momento em que ultrapassou os limites da legalidade.

A esses riscos já conhecidos, o ciclo eleitoral de 2026 acrescenta um novo e igualmente relevante: o uso irregular de inteligência artificial na propaganda política. O TSE aprovou normas específicas sobre o tema, e a utilização de deepfakes, clonagem de voz e manipulação digital de imagens para distorcer declarações de candidatos configura ilícito eleitoral com potencial de cassação do registro ou do mandato. O ambiente digital, frequentemente tratado com informalidade pelas equipes de campanha, é hoje objeto de fiscalização crescente e sistemática pela Justiça Eleitoral. A velocidade com que um conteúdo irregular se propaga nas redes sociais não reduz a responsabilidade de quem o produziu ou autorizou.

Diante desse cenário, a assessoria jurídica preventiva deixa de ser um diferencial e passa a ser uma necessidade. A experiência na advocacia criminal demonstra que o momento mais crítico não é o da investigação instaurada, mas o que a antecede. Candidatos que estruturam suas campanhas com assessoria jurídica desde a fase pré-eleitoral constroem uma candidatura mais segura e blindada contra riscos evitáveis. Mapear vulnerabilidades, orientar equipes e estabelecer protocolos claros de conduta custam incomparavelmente menos, em tempo, em recursos e em reputação, do que enfrentar um processo eleitoral já instaurado. Em 20 anos de advocacia criminal, aprendi que o erro eleitoral cobra um preço que vai muito além do processo judicial. Cobra reputação, cobra trajetória, cobra legado. E quem já esteve ao lado de quem pagou essa conta sabe: a prevenção nunca foi tão barata quanto parece antes do erro.



CDP DIREITO PÚBLICO
MASPER TV INFINITAS POSSIBILIDADES
KAYSERMAQ DISTRIBUIDORA LTDA.

VIVER NO AUTOMÁTICO O ABSURDO QUE VIROU NORMAL

DANI BARCELLOS



ANDRÉIA FIORAVANTE
Advogada, mentora de vida, educadora feminina
idealizadora do Método Despertando Mulheres

INSCREVA-SE @revistaemevidencia

Talvez uma das maiores tragédias do nosso tempo não seja a violência, a crise econômica ou a falta de oportunidades. Talvez seja algo muito mais silencioso.

Estamos tão ocupados sobrevivendo que esquecemos de viver.

Acordamos cansados. Pegamos o celular antes mesmo de agradecer por mais um dia. Corremos para o trabalho. Respondemos mensagens. Cumprimos compromissos. Pagamos contas. Resolvemos problemas e chegamos ao final do dia exaustos.

E repetimos tudo novamente na manhã seguinte e, sem perceber, transformamos a correria em estilo de vida e a exaustão em símbolo de sucesso.

Normalizamos o cansaço, a ansiedade. a falta de tempo, os relacionamentos superficiais, a ausência de presença e tornamos o que hoje é comum em normal.

E o que deveria ser um sinal de alerta passou a ser considerado apenas mais uma segunda-feira.

De tempos em tempos, acontecimentos que chocam a sociedade nos obrigam a parar e refletir. Casos envolvendo crianças esquecidas dentro de veículos por adultos amorosos e responsáveis, ou tragédias causadas por falhas humanas em atividades que deveriam ser seguras, como o caso da moça de apenas 21 anos que morreu durante uma atividade de rope jump após ser lançada sem estar conectada ao equipamento de segurança, sendo que nem ela, nem o namorado e nem as pessoas que a lançaram, perceberam o fato não terem cordas presas a ela. E tudo isso nos leva a uma pergunta desconfortável:

O que está acontecendo conosco? Por que estamos nos acostumando a viver no "piloto automático"?

Especialistas falam sobre sobrecarga mental, excesso de estímulos, estresse crônico e funcionamento em piloto automático.

Mas talvez a reflexão mais importante não esteja nas manchetes, mas sim, dentro de cada um de nós.

Quantas vezes estamos fisicamente presentes, mas emocionalmente ausentes? Ouvimos sem escutar, olhamos sem enxergar e convivemos sem nos conectar.

Quantas vezes deixamos para depois aquilo que realmente importa?

Depois eu descanso. Depois eu vou ao médico. Depois eu passo mais tempo com meus filhos. Depois eu invisto no meu casamento. Depois eu realizo aquele sonho. Depois eu volto a viver.

Ao longo de mais de três décadas caminhando ao lado de pessoas, especialmente mulheres, tenho observado uma realidade preocupante: pessoas extremamente competentes, produtivas e responsáveis, mas profundamente desconectadas de si mesmas.

Mulheres que cuidam de todos, resolvem tudo, sustentam famílias, carreiras, empresas e relacionamentos, mas que, em algum momento da caminhada, perderam a si mesmas.

Sabem cumprir tarefas, mas já não sabem o que as faz felizes. Sabem administrar agendas, mas não conseguem administrar a própria paz.

Sabem sobreviver, mas esqueceram como viver.

Foi justamente dessa realidade que nasceu o Método Despertando Mulheres. Da compreensão de que nenhuma conquista externa sustenta uma vida desalinhada internamente.

Não adianta conquistar reconhecimento e perder a saúde. Construir patrimônio e perder a paz. Dar conta de tudo e perder a si mesma no caminho.

Sucesso sem paz, dinheiro sem propósito e produtividade sem equilíbrio, tem um preço, e muitas pessoas estã pagando essa conta sem perceber.

E então surge uma pergunta que talvez ninguém queira responder: O que mais precisará acontecer para que você desperte? Um diagnóstico? Um esgotamento até chegar ao burnout? Um divórcio? A perda de alguém que você ama?

Ou chegará o dia em que você perceberá, por si mesma, que a vida está passando rápido demais?

A neurociência diz que o cérebro não realiza múltiplas tarefas ao memso tempo, ele apenas alterna o foco simultaneamente, o que aumenta a fadiga mental, a chance de erros e a sensação de falta de tempo. E a Bíblia nos ensina que há tempo para todas as coisas: "Tempo de plantar. Tempo de colher. Tempo de trabalhar. Tempo de descansar. Tempo de construir. Tempo de recomeçar."

O problema não é ter muitas responsabilidades, mas sim quando elas ocupam tanto espaço que não sobra tempo para viver.

Talvez você termine a leitura deste artigo e volte imediatamente para sua rotina. Para suas mensagens, seus compromissos, seus problemas, sua lista interminável de tarefas.

Mas eu gostaria que levasse apenas uma pergunta: se sua vida continuar exatamente como está hoje pelos próximos cinco anos, você ficará feliz com a pessoa que estará se tornando?

Porque a vida não é feita apenas de metas alcançadas, mas dos momentos que não voltam, dos abraços que não se repetem, das pessoas que não estarão aqui para sempre e dos sonhos que não podem esperar indefinidamente.

Ainda há tempo, mas é preciso despertar, porque a vida não acontece depois. A vida acontece agora.

Especialista em transformação de vidas
@andreia.fioravante

CDP DIREITO PÚBLICO
MASPER TV
KAYSERMAQ DISTRIBUIDORA LTDA.

SEGURANÇA JURÍDICA É TUDO

CHICO PINHEYRO/REVISTA EM EVIDÊNCIA



GLADIMIR CHIELE
CEO da CDP - Consultoria em Direito Público

INSCREVA-SE @revistaemevidencia

O gestor público está submetido, em todos os momentos, à tomada de decisões. Geralmente, são decisões tomadas sob pressão, com prazo curto, em que o erro não pode ser justificado. Recursos escassos, demandas crescentes e uma legislação federal cada vez mais invasiva, abusiva e distante da realidade municipal formam o pano de fundo do universo conturbado do setor público. Nesse contexto, a segurança jurídica passa a ter um papel fundamental para a própria sobrevivência do erário... e, sem dúvida, da pessoa física do administrador. Assessoria especializada deixou de ser um detalhe protocolar e passou a ser condição essencial da gestão.

Não se trata apenas de cumprir a lei, mas de compreender, antes que o impacto chegue ao caixa do município, o significado de cada nova norma em termos de despesa, de cobertura orçamentária e de risco fiscal. Muitas leis nascem em Brasília sob aplausos, com discurso falacioso de avanço social, mas sem qualquer estudo sério sobre quem vai pagar a conta. E essa despesa gerada sem previsão e sem responsabilidade alguma, invariavelmente, chega aos municípios, sem qualquer participação na decisão. Além de não serem ouvidos sobre os impactos de toda ordem, na quase totalidade das vezes, não recebem um centavo de repasse adicional para sustentar a nova obrigação.

É nesse ponto que a atuação técnica e jurídica precisa ir além do parecer de rotina. Quando o Congresso Nacional aprova leis que criam direitos, reclassificam carreiras ou ampliam benefícios sem indicar fonte de custeio, sem avaliar o impacto orçamentário e sem qualquer contrapartida em serviços efetivos à população, estamos diante de uma inconstitucionalidade material que não pode ser tratada como mero detalhe formal. É matéria que compromete o equilíbrio fiscal, manda pelos ares o tal pacto federativo e, sobretudo, a capacidade do erário de manter, com o mesmo orçamento, escolas, postos de saúde, equipes e serviços essenciais à comunidade.

“Muitas leis nascem em Brasília sob aplausos, com discurso falacioso de avanço social, mas sem qualquer estudo sério sobre quem vai pagar a conta. E essa despesa gerada sem previsão e sem responsabilidade alguma, invariavelmente, chega aos municípios, sem qualquer participação na decisão. Além de não serem ouvidos sobre os impactos de toda ordem, na quase totalidade das vezes, não recebem um centavo de repasse adicional para sustentar a nova obrigação”

A CDP - Consultoria em Direito Público nasceu para ocupar esse espaço, especialmente para examinar, com rigor técnico, cada norma editada e seus efeitos sobre a administração pública municipal, identificar onde reside a inconstitucionalidade, medir o impacto financeiro e, quando necessário, levar o enfrentamento ao Judiciário. Não por gosto ao litígio, mas porque a Constituição prevê instrumentos destinados para tanto, e porque calar diante de leis eleitoreiras significa transferir ao município um custo que não cabe na conta e não lhe pertence.

Dois exemplos recentes ilustram bem essa realidade. A LC 226/2026, conhecida como “Descongela”, e a Lei 15.326/2026, que equipara monitores de educação infantil à carreira do magistério, foram aprovadas em janeiro deste ano sob forte apelo político, sem qualquer análise consistente de seu impacto sobre os cofres municipais. Ambas impõem despesas continuadas, de natureza permanente, sem repasse correspondente da União ou de quem efetivamente as criou. Sem reação, municípios assumem, sozinhos, o custo de decisões tomadas a centenas de quilômetros de distância, sem qualquer serviço novo entregue à população em contrapartida. E são dezenas de bilhões de reais.

Diante desse cenário, a missão da consultoria especializada ganha contornos claros. Não basta apontar o problema depois que ele já produziu efeitos. É preciso alertar antes, orientar a gestão sobre os riscos, preparar a defesa jurídica e, sempre que cabível, buscar no Judiciário o reconhecimento de que normas dessa natureza não podem ser aplicadas sem o devido suporte constitucional, orçamentário e financeiro. Cada ação proposta, cada impugnação apresentada, cada parecer técnico produzido tem um único objetivo: preservar as condições mínimas para que o município continue prestando serviço público de qualidade, sem que decisões legislativas irresponsáveis comprometam sua estrutura.

A serenidade do gestor público, tão necessária para decisões equilibradas e para a tranquilidade de toda a comunidade, depende diretamente desse suporte. Decisões administrativas amparadas por análise jurídica sólida transmitem segurança a toda a estrutura municipal e protegem a população, que depende da continuidade dos serviços essenciais. É esse o compromisso da CDP: caminhar ao lado do gestor, antecipar riscos e, quando for preciso, ir à luta.



MU
TÁ

PRIMEIRA OBRA DE PROTEÇÃO A FICAR PRONTA NO RIO GRANDE DO SUL

Mais segurança para os canoenses
Canoas está cada vez **mais forte** e as obras acontecem **por toda a cidade**.


RO DA CASSOL
ENTREGUE.
Tá acontecendo.
Tá avançando.
PREFEITURA DE
CANOAS

Referência de bom atendimento e eficiência no mercado de peças para equipamentos rodoviários.

FIBAM | METISA | ecoplan | PIM



KAYSERMAQ
DISTRIBUIDORA LTDA.

R. Minas Gerais, 143 - Niterói - Canoas/RS
Tel.: (51) 3475-2666 - 9958-0099
kaysermaq@kaysermaq.com.br

www.kaysermaq.com.br